



UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO ESPÍRITO SANTO

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

BRENDA AMORIM AMARO

**A CONSTITUIÇÃO DA DOCENCIA LEIGA ENTRE AS REFORMAS DO ENSINO  
CAPIXABA (1892-1930)**

VITÓRIA

2025



Centro de Educação

Programa de Pós-Graduação em Educação

BRENDA AMORIM AMARO

**A CONSTITUIÇÃO DA DOCENCIA LEIGA ENTRE AS REFORMAS DO ENSINO  
CAPIXABA (1892-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na área de Docência, Currículo e Processos Culturais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Rosianny Campos Berto.

VITÓRIA

2025

BRENDA AMORIM AMARO

**A CONSTITUIÇÃO DA DOCENCIA LEIGA ENTRE AS REFORMAS DO ENSINO  
CAPIXABA (1892-1930)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação na área de Docência, Currículo e Processos Culturais.

Aprovada em 18 de junho de 2025.

COMISSÃO EXAMINADORA

---

Profª. Drª. Rosianny Campos Berto.  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientadora.

---

Profª. Drª. Regina Helena Silva Simões.  
Universidade Federal do Espírito Santo.

---

Profª. Drª. Elda Alvarenga.  
Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e  
Inovação (ICEPi)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

## **BRENDA AMORIM AMARO**

# **A CONSTITUIÇÃO DA DOCÊNCIA LEIGA ENTRE AS REFORMAS DO ENSINO CAPIXABA (1892-1930)**

**Dissertação apresentada ao Curso de  
Mestrado em Educação da  
Universidade Federal do Espírito  
Santo como requisito parcial para  
obtenção do Grau de Mestre em  
Educação.**

**Aprovada em 18 de junho de 2025.**

### **COMISSÃO EXAMINADORA**

**Professora Doutora Rosianny Campos Berto**  
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

**Professora Doutora Regina Helena Silva Simões**  
PPGE/Universidade Federal do Espírito Santo

**Professora Doutora Elda Alvarenga**  
ICEPi/Instituto Capixaba de Ensino, Pesquisa e Inovação



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
ROSIANNY CAMPOS BERTO - SIAPE 2615738  
Departamento de Ginástica - DG/CEFD  
Em 24/06/2025 às 07:51

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1152678?tipoArquivo=O>



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

**PROTOCOLO DE ASSINATURA**



O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por  
REGINA HELENA SILVA SIMOES - SIAPE 295674  
Departamento de Educação, Política e Sociedade - DEPS/CE  
Em 15/07/2025 às 22:45

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link: <https://api-lepisma.prod.uks.ufes.br/arquivos-assinados/1165822?tipoArquivo=O>

Documento assinado digitalmente



**ELDA ALVARENGA**

Data: 16/07/2025 11:33:25-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

A485c Amaro, Brenda Amorim, 1998-  
A Constituição da Docência Leiga entre as Reformas do Ensino Capixaba (1892-1930) / Brenda Amorim Amaro. - 2025. 108 f. : il.

Orientadora: Rosianny Campos Berto.  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação.

I. Berto, Rosianny Campos. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Educação. III. Título.

CDU: 37

---

## AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por contribuir durante 1 ano e 7 meses através da bolsa de estudos, para que eu usufrísse de um tempo de qualidade para desenvolver e me aprofundar nos estudos referentes ao curso do Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), com um bom aproveitamento.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Por contribuir com a minha formação, através da equipe que compõe o programa. Assim como, os professores e suas aulas que com qualidade, são desenvolvidas para o curso. Somadas, a elaboração e organização de eventos formativos, que integraram o meu processo de ensino-aprendizagem.

À professora Rosianny Campos Berto, por toda atenção, confiança e dedicação ao me orientar durante o meu percurso no curso do Mestrado. Agradeço a troca de conhecimentos e ensinamentos compartilhados durante o processo de orientação, o qual muito me ensinou sobre a escrita e a pesquisa histórica. Obrigada por contribuir com a minha formação e com o desenvolvimento dessa pesquisa.

À professora Regina Helena Silva Simões, por todos os conhecimentos e experiências compartilhados nas suas aulas e nas reuniões do Nucaphe. Sou imensamente grata pela oportunidade de vivenciar você fazendo parte da minha trajetória, desde a graduação ao curso do mestrado, e por me ensinar tanto sobre a prática docente através da sua prática, sobre a pesquisa histórica, sobre a História da Educação e por fazer parte da banca examinadora dessa pesquisa.

À professora Elda Alvarenga, pela oportunidade de aprender tanto através de sua pesquisa e por meio das reflexões compartilhadas nas reuniões do Nucaphe. Agradeço imensamente, pela oportunidade vivenciar você também fazendo parte da minha trajetória, pela troca de conhecimentos sobre a pesquisa histórica, que contribuíram grandemente para a minha formação desde a graduação. Obrigada por aceitar o convite para integrar a banca examinadora dessa pesquisa.

Aos colegas do Nucaphe, pelo acolhimento e contribuição em minha formação, como também, para o desenvolvimento desta pesquisa. Obrigada pelas experiências e reflexões compartilhadas, por colaborarem para a minha aprendizagem sobre a pesquisa histórica e por contribuírem para que se tornasse possível realizar essa pesquisa.

Aos colegas e amigos do curso, que estiveram comigo durante todo o processo da minha formação e que contribuíram direta ou indiretamente para a minha trajetória. Agradeço pelas conversas, pelos momentos alegres, pela motivação em continuar estudando, como também, pelos de momentos de estudos e reflexões.

À minha família, por toda a base, por sempre me apoiar e incentivar durante todo o processo da minha formação. Em especial, à minha mãe e ao meu pai, pela grande contribuição para que se tornasse possível o meu ingresso no mestrado e a conclusão desse curso. Obrigada, por todos os ensinamentos, pela força, motivação e incentivo que me transmitiram durante toda a minha trajetória, enquanto filha, irmã, aluna e profissional que tenho me formado dia após dia. Agradeço também, em especial, aos meus irmãos, Yuri e Pedro Anthony e toda a minha família que estiveram comigo durante esse processo, me incentivando e transmitindo força.

## RESUMO

O estudo focaliza a constituição da “docência leiga” na Instrução Pública do estado do Espírito Santo, no período compreendido entre 1892 e 1930, no contexto das políticas educacionais republicanas que marcaram o período, espelhadas nas reformas educacionais instituídas em 1892 (Moniz Freire), entre 1908 e 1909 (Gomes Cardim) e entre 1928 e 1930 (Attílio Vivacqua). Questiona, nesse sentido: Qual a configuração assumida por essa categoria docente em cada uma dessas reformas? Quem eram as docentes leigas? Que permanências e discontinuidades caracterizaram o exercício dessa docência? Para responder a essas e outras perguntas, as fontes analisadas compreendem: mensagens de governo; relatórios de governo; relatórios de inspeção escolar do ensino primário, além de resoluções, leis e decretos. Essa documentação é analisada na interlocução teórica e metodológica com as proposições dos historiadores Marc Bloch (2001) e Carlo Ginzburg (2007, 2012), na medida em que ampliam a ideia de fonte, apontando a necessidade de uma leitura indiciária e contrária às intenções daqueles que produziram tais documentos. Apresenta como resultado uma aproximação com os desdobramentos históricos que contribuiram para a constituição da docência leiga, ora intitulados como professores de concurso, professores provisórios, professores substitutos e/ou professores rurais, de acordo com a configuração de cada contexto e reforma do ensino implementada, referindo-se aos docentes sem formação específica para o cargo, com o intuito de contribuir para a expansão do ensino capixaba, erradicar o analfabetismo e suprir a carência de normalistas de modo temporário. Viabiliza a ampliação de estudos investigativos acerca da História da Educação no Espírito Santo, à medida que tece os fios e os rastros sobre a constituição da docência leiga no âmbito educacional capixaba.

Palavras-chave: Docência Leiga; Reformas Educacionais; Formação e Prática Docente; História da Educação no Espírito Santo; Período Republicano.

## ABSTRACT

This study investigates the formation of “lay teaching” (“docência leiga”) within the Public Instruction system of the state of Espírito Santo, Brazil, between 1892 and 1930, in the context of Republican educational policies of the time. It analyzes how this teaching category was shaped through the educational reforms implemented in 1892 (Moniz Freire), between 1908 and 1909 (Gomes Cardim), and between 1928 and 1930 (Atilio Vivacqua). The research seeks to answer the following questions: What configurations did lay teaching assume during each of these reforms? Who were the lay teachers? What continuities and discontinuities characterized their professional practice? To address these questions, primary sources such as government messages and reports, primary education inspection reports, resolutions, laws, and decrees were analyzed. The study adopts the theoretical and methodological perspectives of Marc Bloch (2001) and Carlo Ginzburg (2007, 2012), emphasizing an evidentiary and critical reading of the sources that challenges the intentions of their original authors. The findings highlight the historical developments that led to the formation of lay teaching, which included teachers referred to as competitive exam teachers, temporary teachers, substitute teachers, and/or rural teachers—depending on the reform and context. These individuals lacked formal teaching qualifications and were employed as a temporary measure to expand public education, combat illiteracy, and compensate for the shortage of trained normal school teachers. The study contributes to the advancement of research on the History of Education in Espírito Santo by tracing the threads and remnants of lay teaching within the region's educational landscape.

Keywords: Lay Teaching; Educational Reforms; Teacher Training and Practice; History of Education in Espírito Santo; Republican Period.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teses e dissertações relacionadas com a temática.....	27
Quadro 2 - Teses e dissertações em educação com a temática no Espírito Santo.....	28
Quadro 3 – Artigos selecionados para análise.....	29
Quadro 4 - Mensagens de Governo localizadas no acervo digital do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.....	44
Quadro 5 - Relatórios de Governo do estado do Espírito Santo.....	46
Quadro 6 – Relatórios de Inspeção Escolar.....	47
Quadro 7 – Legislações.....	47
Quadro 8 - Vencimentos dos serventuarios da Instrução Publica (1893) .....	55
Quadro 9 - Dos vencimentos dos serventuarios da Instrução Publica (1894) .....	57
Quadro 10 - A que se refere a Lei n.143 (1896) .....	58
Quadro 11 - Escolas de 1ª entrancia mixtas do Estado do Espirito Santo (1908) .....	62
Quadro 12 - Escolas do sexo masculino, de 1ª Entrancia, do Estado do Espirito Santo (1908) .....	63
Quadro 13 – Escolas do Sexo masculino de 2ª entrancia do Estado do Espirito Santo (1908) .....	64
Quadro 14 – Escolas Mixtas de 2ª entrância do Estado do Espirito Santo (1908) .....	65
Quadro 15 – Escolas do Sexo Masculino, 3ª Entrancia, do Estado do Espirito Santo (1908) ....	66
Quadro 16 – Escolas Mixtas de 3º Entrancia do Estado do Espirito Santo (1908) .....	66
Quadro 17 – Escolas de 4ª Entrancia, do Espirito Santo (1908) .....	67
Quadro 18 – Vencimentos dos profissionais da Instrução Publica (1908) .....	71
Quadro 19 – Mapeamento dos professores de São Mateus.....	75
Quadro 20 – Professores primários do Estado (1918) .....	79
Quadro 21 - Mapeamento dos professores do município de Alegre, Rio Pardo (1928) .....	89
Quadro 22 – Mapeamento dos professores do município de Alfredo Chavez (1929) .....	90
Quadro 23 – Mapeamentos dos professores do município de Santa Leopoldina (1929) .....	90
Quadro 24 – Mapeamento dos professores do município de Santa Thereza (1930) .....	91

## LISTA DE SIGLAS

APEES	Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
ASPHE	Associação Sul-rio-grandense de Pesquisadores em História da Educação
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BPES	Biblioteca Pública do Espírito Santo
CAPES	Cadernos de História da Educação
CHE	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
NUCAPHE	Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação
RBEP	Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos
RBHE	Revista brasileira de História da Educação
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.2 OBJETIVOS E QUESTÕES DE ESTUDO.....	23
<b>2 PROFESSORAS LEIGAS: APROXIMAÇÕES COM A LITERATURA.....</b>	<b>26</b>
2.1 A PRODUÇÃO SOBRE A DOCÊNCIA LEIGA EM TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS.....	27
2.1.1 A docência leiga em contexto ampliado.....	31
2.1.2 A docência leiga nas pesquisas sobre o Espírito Santo .....	34
<b>3 INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FONTES .....</b>	<b>41</b>
<b>4 A DOCENCIA LEIGA NO ESPÍRITO SANTO ENTRE AS REFORMAS DO ENSINO IMPLEMENTADAS AO LONGO DA PRIMEIRA REPÚBLICA .....</b>	<b>49</b>
<b>5 RASTROS DA DOCENCIA LEIGA NOS RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO DE ENSINO .....</b>	<b>85</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>95</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>99</b>

## APRESENTAÇÃO

Este estudo investiga processos de constituição da chamada *docência leiga*, como categoria docente que perpassa a História da Educação no Espírito Santo, entre os anos finais do século XIX e a primeira metade do século XX. Busca também, nesse contexto, por indícios do exercício docente das professoras<sup>1</sup> que compunham esse grupo, que se constituía por professoras que, apesar da ausência de uma formação específica para o cargo, atuavam no ensino primário local. Sendo assim, entre os requisitos para a contratação estavam: a conclusão do ensino primário e a classificação em concursos, ou indicações políticas.

O desejo por me aprofundar nos estudos da História da Educação, nasceu durante meu processo de formação inicial no curso de Pedagogia, na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a partir do primeiro período, em 2017, quando realizei a disciplina História da Educação. O que moveu o meu interesse naquele momento, foi um trecho do livro *Apologia da história ou o ofício do historiador*, de Marc Bloch (2001, p. 28), no qual o autor questiona: “‘Como posso saber o que vou dizer?’ Estou convencido de que, ao tomar conhecimento dessas confissões, mesmo os leitores que não são do ramo sentiriam um verdadeiro prazer intelectual”. E foi o que me ocorreu: a disciplina me proporcionou o contato com a possibilidade da investigação historiográfica, o que despertou em mim o desejo em aprender sobre a pesquisa histórica.

A partir disso, em 2018, já no segundo período do curso de Pedagogia, passei a integrar o Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), como bolsista de Iniciação Científica. Neste contexto, através do projeto de pesquisa intitulado *Mapeamento, catalogação e análise de fontes sobre a História da Educação no Espírito Santo (1908-1952)* (Edital PIIC 2018/2019), acessei uma pluralidade de fontes e entrei em contato com indícios da existência e das práticas de professoras primárias que, nomeadas como “docentes de emergência”, não apresentavam formação específica para atuação no magistério.

Esse mapeamento possibilitou o contato com diferentes tipologias de fontes, como também, com o acervo pessoal de uma estudante/professora, que sinaliza sua atuação como docente de emergência na década de 1950, em uma escola rural capixaba. Esse material compunha-se de:

---

<sup>1</sup> Considerando que apesar de as fontes analisadas nesta pesquisa indicarem a atuação de docentes leigos, homens, apontam uma maioria de mulheres em atuação no estado do Espírito Santo como professoras leigas. Por essa razão, ao longo deste trabalho, utilizaremos em diversos momentos, o termo no gênero feminino.

cadernos de planos de aula, manuais didáticos e, também, ofícios e mensagens emitidas por ela para as instâncias de governo, nos quais assinava como docente de emergência.

Desse primeiro contato, resultou o estudo subsequente (Edital PIIC 2019-2020), que teve como tema *A constituição da docência de emergência no Estado do Espírito Santo (1946-1952)*. Nesse estudo, analisei os processos de constituição das docentes de emergência no âmbito educacional capixaba, entre os anos de 1946 e 1952. O recorte temporal delimitado partia dos indícios presentes nas fontes sobre a intensa contratação dessas professoras, que se estendia até a década de 1950, período marcado pela reforma do ensino promovida por Rafael Grisi (1951-1952).

O conjunto de fontes mapeadas no primeiro projeto de iniciação científica, também indicou a continuação dos estudos sobre essa temática, que pude aprofundar no projeto intitulado *Ensino rural capixaba: trajetória estudantil e docente de uma professora que atuou no interior do Estado nas décadas de 1940-1950* (Edital PIIC 2020/2021). O desenvolvimento desse projeto propiciou aproximações com as práticas de docentes leigas e com os conteúdos socializados naquele período nas escolas rurais capixabas.

Em 2021, as pesquisas de Iniciação Científica culminaram no Trabalho de Conclusão de Curso intitulado *Professores Leigos no Espírito Santo: a constituição da docência de emergência nas décadas de 1940 e 1950*. Essa monografia indicou as discontinuidades e permanências que envolveram a constituição e o exercício de docentes leigas no Espírito Santo e chamou a atenção para o fato de que a docência primária no Estado era majoritariamente composta por professoras sem qualquer formação, o que pode ser observado ao longo de todo o período que abrange o que, atualmente, conhecemos como Primeira República brasileira.

Com isso em vista, uma busca ampliada nas pesquisas que contemplam a História da Educação no Espírito Santo no período republicano e com o foco na formação de professores, fomos ao encontro com termos como: “professoras de concurso”, “professoras substitutas”; “professoras não-habilitadas”, “cooperadoras de ensino” e “docentes de emergência”. De modo mais genérico, aparecem também: “professoras sem formação”, “professoras rurais” e “professoras leigas”. O ponto em comum no uso desses termos é a carência de formação específica apresentada por essas docentes, que deveria ocorrer em Cursos Normais, principal instância de preparação docente ao longo desse período.

Tais termos são inicialmente observados no conjunto de pesquisas desenvolvidas no âmbito do Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), como os trabalhos de Salim (2009), Berto (2013), Borel (2017), Lauff (2018), Alvarenga (2018) e Novaes (2020), que contemplam temáticas relacionadas com reformulações educacionais ocorridas em diferentes momentos no estado do Espírito Santo, sob a condução de Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1908-1909), Attilio Vivacqua (1928-1930) e Rafael Grisi (1951-1952). Tais estudos indicam a necessidade de pesquisas que tomem como centralidade a temática da (não)formação docente, uma vez que a docência leiga não chega a ser problematizada nesses trabalhos.

Considerando que o tempo, como nos ensina Bloch (2001), é um continuum, nesta pesquisa busco compreender as interconexões temporais, em um período marcado por três das quatro reformas do ensino mencionadas. Nesse contexto, busco pelos indícios da atuação de docentes leigas nas escolas capixabas em diferentes contextos, tomando como foco a configuração de um modelo educacional republicano considerado ideal, em diálogo com a historiografia local.

Nesse sentido, como nos ensina Ginzburg (2012, p. 170), “Poderíamos comparar os fios que compõem esta pesquisa aos fios de um tapete”. Dessa maneira, o contato com as fontes e as pesquisas desenvolvidas até aqui, tem indicado a possibilidade de novos fios a serem tecidos na contínua composição da História da Educação capixaba, por meio de indícios dos processos de formação e da atuação de docentes leigas no âmbito educacional local.

## 1 INTRODUÇÃO

Atentando-me para o diálogo entre as dimensões macroscópica e microscópica da observação histórica, como ensina Ginzburg (2007), questiono: quais as relações de força presentes no contexto mais amplo (nacional) e, particularmente, no contexto local, que condicionaram a constituição de um professorado leigo como categoria docente em exercício no ensino primário capixaba?

O processo de profissionalização de professoras leigas no Espírito Santo, dialoga com os debates no campo da História da Educação sobre a formação de professores para atuação nas escolas primárias, mediante a institucionalização da Instrução Pública. Guardadas as diferenças contextuais, ao analisar o cenário português, Nóvoa (1991) nos ajuda a compreender questões locais.

O autor lembra que, ao final do século XVIII, já era possível observar em Portugal indícios de enfraquecimento do poder da Igreja sobre o ensino, à medida que o Estado passava a conduzir as instituições públicas, para que as demandas econômicas e sociais fossem atendidas. No âmbito educacional brasileiro, Tanuri (2000) e Saviani (2009) lembram que com a promulgação do Ato Adicional de 12 de agosto de 1834, cada província passou a se responsabilizar pela oferta do ensino primário e secundário e pela formação de seus docentes, por meio da criação das Escolas Normais.

Alvarenga (2018) aponta que desde a década de 1830, consolidava-se no Brasil um olhar para a Instrução Pública como ferramenta para o desenvolvimento nacional. No entanto, a carência de docentes habilitadas em cursos Normais já se fazia sentir no âmbito educacional capixaba desde o Ato Adicional de 1834, considerando, como lembra a autora, a necessidade de prover o ensino primário feminino.

Desse modo, diante da carência de docentes com titulação específica, a oferta do ensino primário feminino tornou-se preocupante e fez-se comum a realização de exames e concursos para admissão de professoras, os quais exigiam como nível de conhecimento mínimo aceitável as quatro operações de aritmética, o domínio da escrita e o da leitura, que poderiam ser garantidos a partir da conclusão do ensino primário. Essa prática é mencionada por Alvarenga

(2018) indicando os esforços do governo capixaba em avançar com a expansão do ensino, em razão das dificuldades enfrentadas.

O Estado brasileiro sofreu influências internacionais que impulsionaram as discussões para uma modernização do país, as quais, a curtos passos, conforme indica Alvarenga (2018), já se desdobravam durante o período Imperial. Esses debates ocorreram entre duas tendências ideológicas que se confrontavam,

[...] a liberal, que, inspirada na constituição norte-americana, sai em defesa da descentralização federativa, e outra, mais autoritária e conservadora, inspirada no positivismo francês, que defendia uma república centralizadora. Prevalece a tendência liberal constituindo, desse modo, o Brasil como República Federativa, tendo o presidencialismo como regime de governo. Nos seus noventa e um artigos, são definidos e organizados os poderes da República, bem como, são assegurados os direitos políticos e individuais (Carlos, 2015, p. 26-27).

Benchimol (1992), indica o quanto os embates entre Jacobinos e Girondinos na França do século XVIII, contribuíram para movimentos a favor do Regime Republicano no Brasil. Diante disso, o Império brasileiro foi se fragilizando por meio de uma tendência liberal presente não só no Brasil, mas que perpassou relações de forças também externas, que seguiram influenciando o governo brasileiro.

Sob a legenda de *Ordem e Progresso*, a República Federativa Brasileira buscava por um país moderno e desenvolvido, tal como representava Paris, capital da França. Eugène Haussmann, prefeito do departamento de Seine (1863-1870), contribuiu para transformar Paris em um modelo de metrópole industrial moderna, à qual o mundo todo buscou imitar, inclusive o Brasil (Benchimol, 1992). Contudo, alcançar a modernidade, a higienização e o progresso almejado inspirado em Haussman, demandou esforços vivenciados de diferentes maneiras em cada região brasileira.

Assim, em termos educacionais, apesar de cada estado apresentar suas especificidades nessa conjuntura, eles se aproximavam em um objetivo central: investir na expansão da educação e da alfabetização da população brasileira, pois somente assim o ideário republicano se consolidaria, tanto por intermédio da arquitetura dos prédios escolares, quanto mediante à alfabetização e aos conteúdos de ensino. A modernização do Estado andaria em conformidade com o avanço educacional, na direção de superar a experiência do Império, o que caracterizava a “invenção republicana” (Schueler; Magaldi, 2009).

Esse cenário delineava-se, também, no Espírito Santo, com vistas ao desenvolvimento local. Sobre isso, Novaes (2020), ao analisar a produção das escolas isoladas na contraface dos grupos escolares, aponta que os discursos políticos locais nos primeiros anos da República estavam permeados pelo ideário iluminista, associando-se aos esforços nacionais e regionais para consolidar o novo regime, de modo que era necessário romper com o modelo imperial, cujo resultado foi a produção de um enorme contingente de analfabetos. Desse modo,

Na virada do século XIX para o XX, em meio às promessas de modernidade e à crença no progresso pela via da ciência, os debates sobre a necessidade de expansão da oferta de ensino primário se intensificam e se associam à visão da instrução pública como chave para o desenvolvimento social, político e cultural do País (Novaes, 2020, p. 43).

No contexto capixaba, a presença significativa de professoras leigas nas escolas públicas, contrasta com o sentido modernizador e expansionista atribuído às reformas educacionais efetuadas na Primeira República. Por conseguinte, a formação de professores será o foco de todas as reformas empreendidas no estado entre os anos de 1889 e 1928. Ao longo de todo esse período, a análise das fontes documentais indica que docência leiga figurará como solução temporária possível.

Ora, como se configurava a docência leiga naquele período? As discussões de Nóvoa (1991) sobre a *profissionalização* e a *funcionarização* docente portuguesa, nos ajudam a compreender elementos do contexto educacional capixaba, à medida que contribui com aproximações, apesar das diferenças locais e regionais, uma vez que o autor analisa questões da História da Educação de Portugal.

Conforme indica Alvarenga (2018), após a promulgação do Ato Adicional de 1834, as docentes capixabas deveriam atender a alguns pré-requisitos de formação e de moralidade para ingressarem no magistério público, o que se aproxima das discussões apontadas por Nóvoa (1991) sobre o final do século XVIII em Portugal. Segundo o autor, o corpo docente deveria atender a algumas demandas estabelecidas pelo Estado português, para que somente assim, as professoras fossem consideradas, de fato, profissionais e funcionárias da educação. Dessa maneira, não seria permitido atuar

[...] sem uma licença ou autorização do Estado, a qual é concedida na sequência de um exame que pode ser requerido pelos indivíduos que preencham um certo número de condições (habilitações, idade, comportamento, moral, etc.). Este documento constitui um verdadeiro *suporte legal ao exercício da atividade docente*, na medida em que contribui para a delimitação do campo profissional do ensino e para a atribuição ao professorado do direito exclusivo de intervenção na área (Nóvoa, 1991, p. 14, grifo do autor).

Segundo Nóvoa (1991), a profissão docente naquele contexto estava associada ao domínio de um conjunto de conhecimentos específicos e técnicos, que se tornaram pré-requisitos para um exercício docente qualificado, o que também se observa no âmbito educacional brasileiro. A habilitação concedida pela formação nas Escolas Normais foi uma das principais condições pré-estabelecidas pelo Estado português para aprovar um docente nos concursos e/ou exames.

Em âmbito nacional, Schueler e Magaldi (2009, p. 50) indicam que

[...] a questão da formação de professores em espaços específicos já se apresentava desde os tempos do Império, como objeto de debates e de políticas que à época conviviam com a tendência da formação de professores pela prática, este se constituiu num eixo de destaque desde os primeiros tempos republicanos, quando ao professor cada vez mais representado pela figura feminina, foi atribuída uma missão cívica primordial, a de ‘apóstolo da civilização’, o que demandava um preparo bastante consistente, tendo como referência a magnitude da tarefa.

Observam-se algumas similaridades e diferenças em relação ao contexto educacional do Espírito Santo. Alvarenga (2018) aponta a existência dos exames de concurso a serem realizados pelas docentes, somadas a um conjunto de condições que envolviam conduta, moralidade e idade, por exemplo. Entretanto, a historiografia educacional capixaba aponta, ao longo de todo o período republicano, a atuação de pessoas sem habilitação pela Escola Normal, em instituições de ensino primário, indicando a existência de uma maioria de professoras leigas.

Na contramão do ideário em vigor, não sendo qualificadas por meio de um conjunto de conhecimentos e técnicas ensinados pelas Escolas Normais, essas docentes eram, em sua maioria, alunas que haviam concluído apenas o ensino primário. Sua atuação resultava das precárias condições em que se encontrava a organização do ensino no Espírito Santo e da busca por contornar tais questões em prol da expansão do ensino e, conseqüentemente, do desenvolvimento do estado. Como exemplo, a Reforma do Ensino promovida por Moniz Freire (1892), apontava que,

Além de qualificar para o ingresso no Curso Normal, o diplomado na escola primária teria preferência no preenchimento de vagas em cargo público que não exigisse habilidades maiores. Também poderia exercer a docência em escolas de primeira entrância vagas, em caso de impedimentos ou falta de pessoal (Alvarenga, 2018, p. 142).

Nesse contexto, a contratação de docentes leigas decorria da carência de docentes normalistas, ao passo que, na falta delas, alunas recém-diplomadas no ensino primário teriam prioridade no preenchimento de vagas em cargos públicos, desde que se submetessem a um exame que promovia uma espécie de permissão para atuação. Com base nessas discussões, inferimos que essas professoras leigas foram, gradativamente, se profissionalizando como docentes.

Assim, delinear-se no estado do Espírito Santo aquilo que compreendemos como duas categorias docentes: a “docência leiga”, com formação primária, e aquela constituída por professoras com habilitação pela Escola Normal: “professoras normalistas” ou “professoras tituladas”. Em meio a crises financeiras que limitavam os investimentos na área educacional, frequentemente a culpa pela má qualidade da Instrução Pública recaía sobre as próprias professoras, considerando-se especialmente o grande número de docentes leigas. No Brasil, esse período marcado por diversas reformas do ensino relaciona-se com a implementação do Regime Republicano, seguido da promulgação da Constituição de 1891.

Hilsdorf (2007), indica que a Proclamação da República foi marcada pela atuação dos republicanos cafeicultores, o que teria contribuído para moldar a educação brasileira nesse período. Segundo a autora,

[...] a proposta republicana partilhava, com as demais, certas tendências da época: ser oferta antecipatória, na medida em que a escola era pensada como parte de uma totalidade, de um projeto político que se antecipava às reivindicações de outros setores da sociedade; ser dualista, pois embora fosse preciso fornecer ensino a toda a sociedade, não se tratava de oferecer todo o ensino para a sociedade; ser preocupada com a extensão da escola elementar, reivindicando a alfabetização das massas (Hilsdorf, 2007, p. 61).

Carvalho (2000) aponta que essa proposta se materializa por meio da organização de um sistema de ensino modelado pela reforma Caetano de Campos, em São Paulo (1893), passando a ser referência de remodelação escolar para outros estados.

Entre as características dessa reforma, podemos citar: a implementação da escola modelo, anexa à Escola Normal, onde os futuros professores poderiam aprender o exercício docente, assistindo

e imitando as práticas pedagógicas; o uso do método intuitivo de ensino e a criação do Grupo Escolar. Hilsdorf (2000, p. 66, grifo da autora) indica que nesse período o “[...] os Grupos **não** são ainda escolas de massas: são espaços pensados para uma população trabalhadora já urbanizada e dedicados tanto a alfabetização quanto à doutrinação das suas crianças no culto aos símbolos e valores republicanos [...]”.

Adicionalmente, Schueler e Magaldi (2009, p. 43), indicam que:

A escola primária experimental paulista afirmava-se, assim, como parâmetro para as escolas públicas republicanas, referido, num sentido amplo, à organização do universo escolar. O modelo formulado e disseminado era o do grupo escolar, em que assumiam grande relevo aspectos como a construção de prédios considerados apropriados para a finalidade educativa, o trabalho escolar apoiado no princípio da seriação e no destaque conferido aos métodos pedagógicos, entre os quais se situava, especialmente, o método intuitivo; a divisão e hierarquização da atuação dos profissionais envolvidos no cotidiano da escola; a racionalização dos tempos escolares; o controle mais efetivo das atividades escolares, entre outros.

Em 1908, durante o governo de Jerônimo Monteiro, foi empreendida no Espírito Santo uma reforma da Instrução Pública, conduzida pelo paulista: Carlos Alberto Gomes Cardim (1908-1909), inspirado nas influências da reforma que havia sido implementada em São Paulo. Nessa conjuntura, Novaes (2020) registra a atuação das professoras sem formação específica sob as nomenclaturas “docentes de concurso”, “docentes provisórias” e “professoras habilitadas em concurso”, que preenchiam as cadeiras vagas, caso não houvesse normalistas.

A medida tomada pelo governo do estado do Espírito Santo apresentava a justificativa de ser temporária, na expectativa de que se conseguisse ampliar o quadro de docentes normalistas. As professoras de concurso e provisórias, para serem reconhecidas como qualificadas, “[...] precisavam apresentar bons serviços, obter bons termos de visita e boa classificação durante o período de cinco anos. No entanto, ainda assim, poderiam perder o direito à cadeira, caso esta fosse suprimida ou transferida pelo presidente do Estado” (Espírito Santo, 1910a).

Nesse contexto, nos aproximando do início da década de 1920, o modelo paulista de ensino entrava em crise (Carvalho, 2000). Desse modo, as reformas do ensino antes pautadas majoritariamente em critérios políticos, passam a sofrer reconfigurações centradas no método pedagógico de ensino, assim como a implementada em 1922 no Ceará, em 1925 na Bahia e em 1927 no estado de Minas Gerais. Tendo em vista as reformulações sofridas gradativamente pelo republicanismo e o enfraquecimento oligárquico na política e na educação brasileira.

Diante disso, a influência dos adeptos e dos divulgadores da Escola Nova, ganhava espaço na política educacional nacional e local. Hilsdorf (2007, p. 80, grifo da autora), discorre que

Para Nagle, o que aconteceu na década de 20 foi um desvio no movimento do ‘entusiasmo pela educação’ que caracterizava, até então, a ação republicana de ampliação do acesso à escola elementar: isso significa que tornar acessível – democratizar – a alfabetização para todos era uma posição política que foi **despoliticada** na década de 20, quando os novos profissionais da educação passaram a se guiar por critérios **técnicos** para tratar a questão da educação escolar popular. A opção pelo modelo pedagógico da Escola Nova tinha bases técnicas: era o único portador de concepções científicas mais atualizadas, no caso a sociologia, a biologia e a psicologia. A adesão à orientação escolanovista era representada como um avanço, um progresso: tanto mais progressista quanto mais técnico, especializado, como queria a modernidade dos anos 20.

É nessa conjuntura, que a reforma do ensino promovida pelo secretário da Instrução do Espírito Santo Attilio Vivacqua (1928-1930), toma como inspiração os preceitos da Escola Nova. A partir da criação da Escola Activa de Ensaio no Espírito Santo, como um centro irradiador de um novo método de ensino. Contudo, assim como nas reformas realizadas anteriormente no estado, a de Attilio Vivacqua também enfrentou dificuldades.

A contínua atuação de docentes leigas revela os percalços enfrentados pelo governo do então presidente do estado Aristeu Borges de Aguiar, a fim de cumprir com o objetivo de expansão do ensino e modernização do estado. Berto (2013), aponta que nesse período a maioria das professoras de concurso eram leigas, representando também, uma predominância entre as categorias docentes. Desse modo, entre os 878 professores e professoras primários que estavam em exercício no Espírito Santo, 574 eram de concurso, dos quais, ao que tudo indica, a maioria era leiga. A autora aponta exemplos das impressões dos inspetores escolares sobre esses docentes, que diziam:

[...] não tem a minima consciencia dos seus deveres’ ou ‘[...] de preparo menos que mediocre’ (Ribeiro, 1929, s/p); ‘Necessita de pratica pedagogica’ (Morais, 1929, p. 10); ‘Não está em condições de exercer o magisterio’ (Malisek, 1929, s/p); ‘[...] é absolutamente leiga, não podendo ensinar [...]’ (Gonçalves, 1929, s/p); ‘A professora mal conhece as quatro operações; é semialfabetizada, apenas (Costa, 1929) (*apud* Berto, 2013, p. 195).

Tais impressões indiciam a precariedade da formação dessas professoras. Salim (2009) indica que o movimento realizado pelo governo capixaba em contratar, continuamente, docentes não habilitados, perpassou o início do século XX:

O número de professores habilitados anualmente era pequeno e insuficiente para atender à demanda do Estado. Esse problema persistiu durante toda a Primeira República, mesmo com a criação de outros centros de formação de professores, como o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e o Ginásio São Vicente de Paula na capital e o Colégio Pedro Palácios no município de Cachoeiro de Itapemirim. Esses novos estabelecimentos estavam equiparados à Escola Normal Pedro II, tendo de seguir, obrigatoriamente, o seu regimento interno e as suas normas de organização curricular e pedagógica (Salim, 2009, p. 183-184).

O acesso a essas instituições de ensino limitava-se as pessoas com melhores condições financeiras e que moravam nos centros urbanos do estado. Além disso, formavam, anualmente, um número reduzido de docentes normalistas, tendo em vista a alta demanda estadual. Diante disso, as demais regiões, principalmente de áreas rurais, careciam cada vez mais de normalistas que, mesmo após habilitadas, tinham preferência por lecionar nas áreas urbanas. Nesse sentido, estava em debate a

[...] necessidade de uma crescente especialização e legitimação do educador profissional e do próprio campo educacional, que assumia contornos mais nítidos, estimulando, por sua vez, a formação apropriada de professores em espaços concebidos para esta tarefa e inspirados pelos ideais renovadores (Schueler; Magaldi, 2009, p 50.).

## 1.2 OBJETIVOS E QUESTÕES DE ESTUDO

Esta investigação tem como objetivo analisar o processo de constituição da docência leiga, como categoria docente que teve lugar em diferentes momentos da história da educação no Espírito Santo, tomando como foco o período entre os anos de 1892 e 1930. Adota-se, para isso, como ponto de inflexão a noção de professor republicano, como ideal de docente que atravessa o período, considerando o contraponto entre o ideal e o real da docência no Espírito Santo, uma vez que para alcançar o modelo republicano almejado, “[...] se instaurou o debate educacional voltado para a necessidade da formação de um novo homem, para definição do que deveria ser o cidadão” (Veiga, 2000, p. 400).

O recorte temporal estabelecido abrange reformas do ensino capixabas ocorridas entre os anos de 1892 e 1930, nas quais a ênfase à necessidade da formação de professores e professoras, tanto na Escola Normal como em serviço, apoia-se na crítica à qualidade do ensino ministrado

em instituições escolares, especialmente tendo em vista a predominância de docentes leigas em atuação no estado. Assim, com esta pesquisa, busco responder às seguintes questões:

- a) Como ocorreu a constituição da docência leiga no Espírito Santo?
- b) O que diferenciava a categoria de docentes leigas das demais?
- c) Como ocorria sua preparação (se ocorria) e como era orientada sua prática?
- d) Em quais instituições de ensino essa categoria docente estava alocada?
- e) Qual a relação histórico-social da constituição desse conjunto de professoras, com a demanda de expansão do ensino no Estado nos diferentes momentos ao longo do período investigado?

Para responder a essas questões, este estudo organiza-se em quatro capítulos. Em um primeiro momento (segundo capítulo), a revisão de literatura apresenta um conjunto de pesquisas desenvolvidas no campo da História da Educação, que focalizam ou tangenciam a temática da constituição da docência leiga e das práticas dessas professoras no âmbito nacional e local. Na sequência, o terceiro capítulo é dedicado às interlocuções teórico-metodológicas, incluindo os caminhos percorridos para localizar as fontes e os percursos de análise.

Na sequência, o quarto capítulo é composto pela análise e discussão das fontes históricas, constituídas por mensagens de governo, relatórios de governo, como também, a legislação vigente em cada período entre as reformas do ensino capixaba ocorridas em 1892, 1908 e 1928, mapeadas no acervo digital do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Esse capítulo visa à compreensão dos processos de constituição da docência leiga no Espírito Santo, entre as reformas do ensino implementadas ao longo da Primeira República.

No quinto capítulo, a investigação indica os rastros da atuação e das práticas pedagógicas das professoras leigas entre os anos de 1928 e 1930, especificamente, a partir da análise de alguns relatórios de inspeção de ensino, elaborados pelos responsáveis por fiscalizar e avaliar o trabalho docente e as condições materiais e estruturais das escolas, por regiões do estado – os chamados inspetores escolares. A análise aponta a atuação de docentes sem preparo e/ou de concurso em escolas localizadas nos municípios capixabas de Alegre, Rio Pardo, Alfredo Chavez, Santa Leopoldina e Santa Thereza.

Por fim, nas considerações finais, apresentamos o modo como os resultados alcançados nesta investigação nos aproximam das respostas às questões iniciais, somando-se a isso, as contribuições deste estudo para o campo da História da Educação capixaba e para a elaboração de novas pesquisas sobre os processos de formação e constituição da docência no estado.

A partir desse movimento, o intuito é contribuir com a produção de investigações que tenham como foco a História da Educação no/do Espírito Santo, de modo a dar visibilidade a processos de formação e às práticas de docentes não habilitadas em atuação nas escolas locais. Para isso, atento-me a interrogar as relações de força, assim como, questões políticas, sociais, econômicas e culturais que possivelmente contribuíram para a constituição da docência leiga, como tendência que atravessa a História da Educação, de modo geral, e da profissão docente em particular, no Espírito Santo durante a Primeira República.

## 2 PROFESSORAS LEIGAS: APROXIMAÇÕES COM A LITERATURA

Visando a uma aproximação com o objeto de estudo desta investigação e com a compreensão de como a docência leiga é focalizada nas pesquisas desenvolvidas no campo da História da Educação nos âmbitos nacional e local, realizei um mapeamento dos trabalhos sobre o tema. Considerando a escassez de investigações que tomam essa temática como objeto central de análise, optei por considerar as pesquisas que tomam como recorte temporal períodos que, em alguns casos, ultrapassam a década de 1920 e, portanto, o recorte deste trabalho. Desse modo, localizei cerca de quatorze pesquisas, produzidas entre os anos de 2009<sup>2</sup> e 2020.

A busca incluiu: a) pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, disponíveis na *Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações* (BDTD)<sup>3</sup>, em busca de pesquisas produzidas no Brasil sobre o tema; e, b) pesquisas realizadas no Programa de Pós-Graduação em Educação da Ufes, disponíveis no repositório da universidade,<sup>4</sup> que contemplem a História da Educação do Espírito Santo e que tenham tematizado, de algum modo, a docência leiga.

Além da busca por dissertações e teses, foram mapeados quatro periódicos do campo da História da Educação, classificados no Qualis A da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Desse modo, busquei por pesquisas publicadas na *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE)<sup>5</sup>, nos *Cadernos de História da Educação* (CHE)<sup>6</sup>, na *Acta Scientiarum – Education* e na *Revista História da Educação* (ASPHE)<sup>7</sup>.

Em todas as bases de dados, foram utilizados os seguintes descritores de buscas: “professoras de concurso”, “professoras não-habilitadas”, “cooperadoras de ensino”, “docentes de emergência”, “professoras sem formação”, “professoras rurais” e “professoras leigas”. A escolha desses termos partiu das indicações presentes na historiografia e nas fontes locais, por serem comumente utilizados para se referirem a professores sem formação específica. Nesse movimento, foram aplicadas variações nos descritores, tais como: plural e singular, gênero,

<sup>2</sup> A escassez de estudos relacionados diretamente com a temática nos levou a ampliar o período de produção das pesquisas analisadas, iniciando a partir do momento em que localizamos a primeira pesquisa, ou seja, 2009.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://bdttd.ibict.br>

<sup>4</sup> Disponível em: <https://repositorio.ufes.br/home>

<sup>5</sup> Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/index>

<sup>6</sup> Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/che>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe>

sinônimos, além do uso dos operadores booleanos “AND” e/ou “OR”, seguindo ou antecedendo as palavras entre aspas.

## 2.1 A PRODUÇÃO SOBRE A DOCÊNCIA LEIGA EM TESES, DISSERTAÇÕES E ARTIGOS

Inicialmente, realizei o mapeamento de pesquisas desenvolvidas em programas de pós-graduação *stricto sensu*, disponíveis na BDTD. Nesse movimento, considerando os critérios e descritores estabelecidos, encontrei apenas duas pesquisas, sendo estas uma tese de doutorado e uma dissertação de mestrado em Educação, conforme indicado no Quadro 1.

Quadro 1 – Teses e dissertações relacionadas com a temática

TESE					
AUTOR/A	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ANO	RECORTE	LÓCUS
Aline de Medeiros Fernandes	A expansão das escolas unitárias primárias públicas norte-rio-grandenses (1835-1961)	PPGE/UFRN	2018	1835-1961	Rio Grande do Norte
DISSERTAÇÃO					
AUTOR/A	TÍTULO	INSTITUIÇÃO	ANO	RECORTE	LÓCUS
Rosângela Miranda Santos	Formação de professores primários na reforma da instrução pública proposta por Attilio Vivacqua nos idos 1928-1930: Vestígios do ensino de Arithmetica	PPGEEB/UFES	2018	1928-1930	Espírito Santo

Fonte: Elaboração própria (2024).

Esse primeiro mapeamento, apontou a presença de apenas um estudo sobre a História da Educação no Espírito Santo. Desse modo, optei por realizar um levantamento mais específico, por pesquisas desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFES, disponíveis no Repositório da instituição. Cerca de dez pesquisas no total foram localizadas, das quais seis são teses de doutorado e quatro dissertações de mestrado, como indica o Quadro 2:

Quadro 2 – Teses e dissertações em Educação com a temática no Espírito Santo.

TESES			
AUTOR/A	TÍTULO	ANO	RECORTE
Maria Alayde Alcantara Salim	Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República	2009	Início do século XX
Andrea Brandão Locatelli	Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena Republicana do início do século XX: Arquitetura, Memórias e História	2012	Início do século XX
Rosianny Campos Berto	A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)	2013	1928-1930
Tatiana Borel	A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906 – 1951)	2017	1906-1951
Elda Alvarenga	A inserção das mulheres no magistério capixaba: Desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)	2018	1845-1920
Rafaelle Flaiman Lauff	Diretrizes para formação de professores espírito-santenses na antessala da ditadura do Estado Novo	2018	1930-1937
DISSERTAÇÕES			
AUTOR/A	TÍTULO	ANO	RECORTE
Ana Cláudia Pezzin	A educação pública primária espírito-santense: vestígios da matemática na formação de professores no período de 1892 a 1960	2015	1892-1960
Ingrid Regis de Freitas Schmitz de Alencar	Escolarização no norte do espírito santo início do século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares	2016	Início do século XX
Rosângela Miranda Santos	Formação de professores primários na reforma da instrução pública proposta por Attilio Vivacqua nos idos 1928-1930: vestígios do ensino de arithmetica	2018	1928-1930
Maria Anna Xavier Serra Carneiro de Novaes	A emergência do grupo escolar e a produção, pela diferenciação, das “escolas isoladas” no Espírito Santo (1908-1916)	2020	1908-1916

Fonte: Elaboração Própria (2024).

No processo de mapeamento dos artigos publicados em periódicos específicos do campo da História da Educação, que tematizam a docência leiga, foram adotados os mesmos critérios. Entretanto, com base nos descritores indicados, registrou-se a incidência de apenas uma produção, localizada na *Revista Brasileira de História da Educação* (RBHE), conforme Quadro 3:

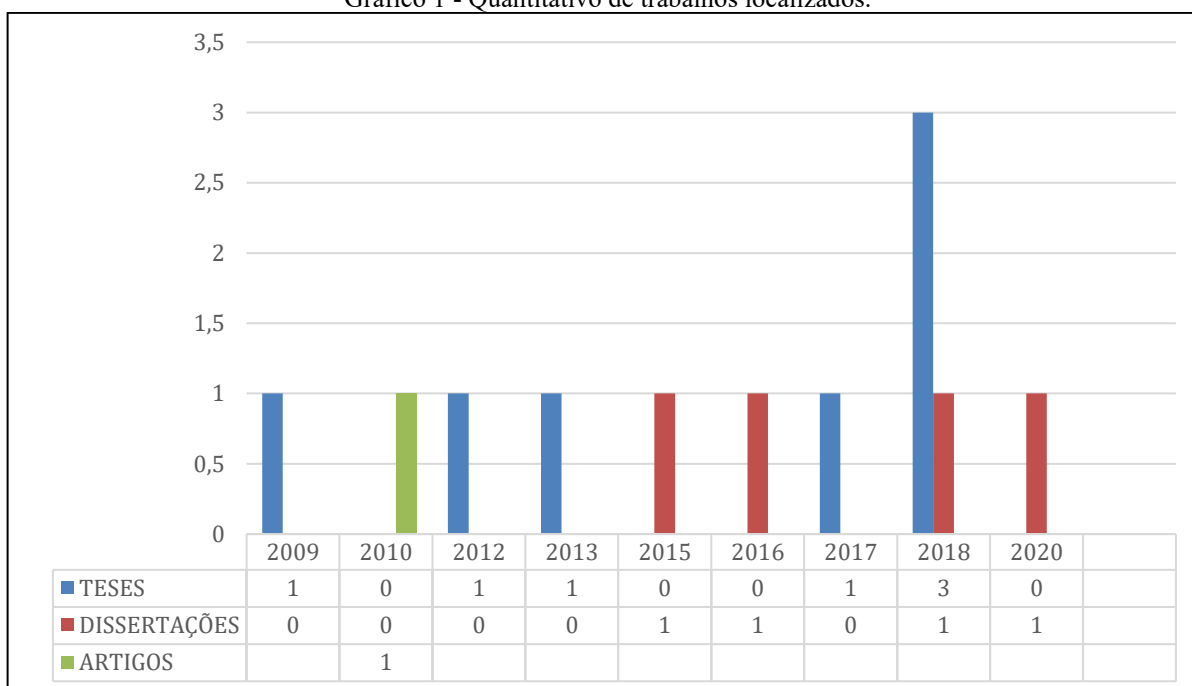
Quadro 3 – Artigo selecionado para análise.

AUTOR/A	TÍTULO	PERIÓDICO	ANO	RECORTE	LÓCUS
Carla Simone Chamon, Luciano Mendes de Faria Filho	O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo	RBHE	2010	1902	São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais

Fonte: Elaboração própria (2024).

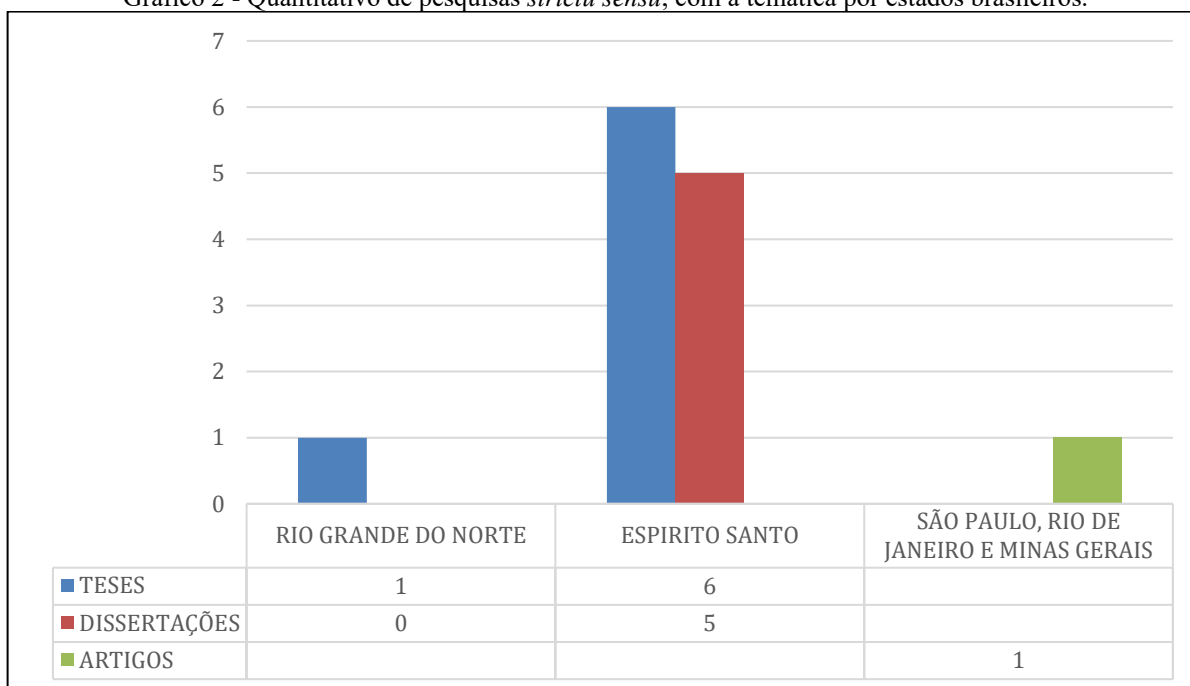
Assim, considerando a busca ampliada por trabalhos que tematizam a docência leiga, foram localizadas treze produções, totalizando: sete teses de doutorado, quatro dissertações de mestrado e um artigo, desenvolvidos entre os anos de 2009 e 2020, conforme o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Quantitativo de trabalhos localizados.



Fonte: Elaboração Própria (2025).

Como se observa no Gráfico 1, no ano de 2018 houve certa ampliação de estudos no campo da História da Educação, nos quais a docência leiga é, de algum modo, tematizada, mesmo que seja de forma tangencial e vinculada a estudos que tratam da profissão docente ou da formação de professores. Apesar disso, observa-se que, quando se utiliza especificamente os termos que designavam a docência leiga, o número de pesquisas é muito baixo, o que aponta a necessidade de desenvolvimento de estudos que contribuam para compreender o tema em sua especificidade, seja no âmbito local, seja no contexto nacional (Gráfico 2).

Gráfico 2 - Quantitativo de pesquisas *strictu sensu*, com a temática por estados brasileiros.

Fonte: Elaboração própria (2025).

Vale ressaltar que a constância maior de estudos desenvolvidos no estado do Espírito Santo (Gráfico 2), é resultado de buscas pontuais, seja no próprio repositório da universidade, seja diretamente no corpo do texto de cada trabalho. Isso foi possível no caso das pesquisas realizadas no Espírito Santo, considerando a aproximação com o Nucaphe e com as produções de seus membros, o que facilitou o percurso para mapear no interior dos próprios trabalhos a temática da docência leiga.

Assim, como se observa, com base nos critérios definidos para esta busca, não foram localizados estudos relativos ao tema em todas as regiões brasileiras, seja tangenciando o tema, seja tomando como centralidade a docência leiga. No caso do Espírito Santo, Simões, Berto e Salim (2018, p. 38), indicam que

[...] a ampliação e a circulação das pesquisas em História da Educação no Estado têm relação com a criação de grupos locais que investigam esse tema. Esses grupos consolidam-se na medida em que os Programas de Pós-Graduação começam a ser criados. No caso da Ufes, a consolidação do PPGE e a criação do PPGHIS e do PPGEF tem relação direta com o investimento em pesquisas na área e com a formação de professores universitários, cujas pesquisas passam a se voltar para o campo da História da Educação.

Entretanto, as autoras sinalizam que a centralidade de estudos sobre o século XX em detrimento dos demais períodos históricos, pode ter relação com a falta de investimento nacional na

preservação das fontes históricas, como também, quanto às dificuldades enfrentadas pelos pesquisadores em acessá-las, ou a disponibilidade e a indisponibilidade de fontes sobre determinado período ou objeto de estudo. Tais questões, possivelmente explicam a ausência de pesquisas nos programas de pós-graduação dos demais estados, que tomem a docência leiga como tema específico em seus estudos.

### 2.1.1 A docência leiga em contexto ampliado

A busca ampliada realizada na BDTD, com o foco nas pesquisas que tematizam a docência leiga no Brasil, tendo em vista os termos utilizados no período correspondente à Primeira República, indicou a existência de apenas um trabalho produzido fora do contexto capixaba. Do mesmo modo, o levantamento realizado nos periódicos, seguindo a mesma orientação, resultou em apenas um artigo. Diante disso, opto por apresentar essas produções conjuntamente, de modo a situar a existência da docência leiga em pesquisas produzidas fora do Espírito Santo.

A tese de Fernandes (2018), foi a única pesquisa produzida na pós-graduação *stricto sensu*, que pôde ser mapeada na BDTD com base nos critérios estabelecidos. Produzida na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, o trabalho aborda a atuação de docentes leigas à medida que analisa a expansão das escolas unitárias primárias públicas no estado do Rio Grande do Norte e as transformações desse modelo de escola nos séculos XIX e XX. Como resultado da análise das fontes, o estudo sinaliza que em decorrência dos pressupostos de modernização, higienização e expansão do ensino, através das escolas isoladas, se consolidava o discurso da ampliação de uma educação inovadora, idealizada no período republicano.

Conforme essas escolas se aproximavam das escolas singulares do Império, outros modelos de instituições de ensino foram criados para atender a proposta de inovação. Nesse contexto, criam-se as escolas de modelo graduado, os grupos escolares, as escolas reunidas e as escolas unitárias. Fernandes (2018, p. 95, grifo nosso) indica que apesar dessas instituições contribuírem para a expansão do ensino primário do Rio Grande do Norte, as mesmas

[...] eram descritas como **o local de ausências** (de material inadequado e de **professor desqualificado**); mas a oferta e as matrículas acendiam-se pelos baixos custos e atendiam aos locais mais distantes e desprivilegiados, democratizando o ensino primário às populações periféricas, rurais e interioranas.

Considerando a presença de professores desqualificados na região, o apontamento de Fernandes (2018), indica a existência de docentes leigas, ou seja, sem formação específica, atuando naquele estado. Nesse sentido, tais problemáticas incluíam a falta de formação docente e a carência de recursos financeiros. Todavia, frequentemente a responsabilidade pela ineficiência da escola incidia sobre os docentes primários sem formação, também nomeados como leigos.

No caso dos periódicos, o levantamento indicou a existência de apenas um artigo publicado sobre a temática, situado geograficamente na região Sudeste (Chamon; Filho, 2010). Tais apontamentos, nos permitem indicar a necessidade da produção de trabalhos que tomem como foco de análise a docência leiga, seja nos estados de cada região brasileira, seja, particularmente, no Espírito Santo.

O estudo de Chamon e Filho (2010) contribui com aproximações sobre o exercício da docência leiga nos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro do início do século XX. Os autores analisam o relatório de inspeção de Estevão de Oliveira, inspetor de ensino em Minas Gerais. Trata-se de um estudo comparado entre a educação dos três estados a partir de uma viagem realizada pelo inspetor no ano de 1902. Através dessa análise, o reformador contribuiria com o conhecimento adquirido nas viagens a fim de buscar inspiração para uma reforma do ensino primário e normal mineiro.

Nesse sentido, Chamon e Filho (2010) indicam que Estevão de Oliveira demonstrou bastante entusiasmo ao examinar o sistema educacional de São Paulo, apontando o estado como um grande exemplo a ser seguido, apesar de indicar a existência de escolas em péssimas condições e relatar a precariedade da formação docente de apenas **uma professora**. Tal ocorrência, indicada como única que destoava, entre todas as qualidades e excelências presentes no âmbito educacional paulista. Quanto ao ensino do Rio de Janeiro, o estado aparece entre São Paulo e Minas Gerais, apesar de também o enaltecer. Estevão de Oliveira indica que

Em Itaperuna visitamos duas escolas. Na do sexo feminino, dirigida por professora incompetente, eram as disciplinas elementares ministradas sem método nem sistema, mesmo dentro da órbita do mal organizado programa regulamentar, porque é regra, escreveu Spencer, que de maus educadores coisa alguma se pode esperar (Oliveira, 1902, *apud* Chamon; Filho, 2010, p. 33).

Chamon e Filho (2010), observam frequentemente no relatório do Inspetor de Ensino, o movimento de desqualificar a educação de Minas Gerais, reafirmando que os docentes da região mineira eram “verdadeiros analfabetos”, apesar de também observar problemáticas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Nesse sentido, constatamos o movimento por enaltecer e elogiar ambos os estados, à medida que Estevão de Oliveira suaviza em suas falas as problemáticas que enfrentam, a exemplo da afirmação de que havia apenas uma professora sem formação em São Paulo e apenas duas escolas do Rio de Janeiro com docentes sem formação, destacando o fato de serem mulheres.

Chamon e Filho (2010), apontam que Estevão de Oliveira era também jornalista e grande defensor do regime republicano brasileiro. Desse modo, o inspetor defendia que a solução para a crise educacional enfrentada por Minas Gerais, seria solucionada a partir da seguinte fórmula: uniformização do ensino e formação do professor

Transformada em agenda política nos editoriais de seu jornal, a causa educacional ganhava densidade em seus relatórios de inspeção de ensino. Neles, Estevão de Oliveira não apenas relatava o que via, mas analisava o estado da instrução pública mineira e voltava a reafirmar a sua fórmula. Denunciando que o alegado progresso da educação escolar não saía do papel, Estevão afirmava que o que havia era uma “febre criadora de escolas e o seu conseqüente provimento provisório”, sem que, antes disso, houvesse um esforço em organizar uniformemente o ensino no Estado e propiciar condições de formação para o professorado. Para ele, essa situação de “suposta prosperidade no ensino primário”, medida pelo crescente número de escolas e de professores, acabava por contribuir “para a progressão geométrica do analfabetismo”, não sendo o ensino primário “inteira e convenientemente transformado” (Oliveira, 1901, p. 758 *apud* Chamon; Filho, 2010, p. 25).

A análise da fonte, aponta que durante os primeiros anos do regime republicano, o inspetor chegou a denunciar a precariedade do ensino primário público de Minas Gerais, referente a falta de estrutura física e de materiais das escolas, como também, a falta de preparo dos docentes e os baixos salários que recebiam. Dessa maneira, denunciava que a contratação de docentes com “duvidosa capacidade”, ocorria com frequência apesar da existência de concursos, tendo em vista o preenchimento de cargos docentes vagos.

Dessa maneira, Chamon e Filho (2010) apontam que o relatório de ensino elaborado por Estevão de Oliveira contribuiu não só para dar visibilidade a educação dos estados visitados e aos sujeitos envolvidos, como diretores e professores, mas também serviu de base para a reforma do ensino de Minas Gerais, de João Pinheiro, em 1906. Nesse sentido, apesar da pesquisa não apontar o termo “docência leiga”, é notável os indícios da precariedade da

formação docente a partir dos discursos de Estevão de Oliveira sobre o professorado dos três estados.

A partir das discussões apresentadas, observamos uma constância nas análises da conexão entre o ensino primário rural e a atuação de docentes leigas. Ambas, frequentemente relatadas a partir da falta e da precariedade, tendo em vista que são observações comuns presentes em fontes oficiais, nas quais, observamos ser frequente a transferência da culpa pelos problemas educacionais e de expansão do ensino republicano, para essas docentes.

### **2.1.2 A docência leiga nas pesquisas sobre o Espírito Santo**

Em uma busca mais específica por pesquisas *stricto sensu* desenvolvidas no campo da História da Educação do Espírito Santo, um conjunto de estudos mapeados indicaram aproximações com os desdobramentos históricos que envolveram a atuação da docência leiga entre o final do século XIX e início do século XX no estado. Vale ressaltar que nenhum desses estudos focalizou especificamente a docência leiga como objeto, mas, a partir de seus objetos de análise, sinalizam para a compreensão do lugar que essa categoria docente ocupava no magistério primário local, durante o Período Republicano.

Iniciamos pela tese de Alvarenga (2018), que apresenta contribuições indispensáveis sobre os vestígios iniciais dessas professoras no meio educacional capixaba. Apesar de a docência leiga não aparecer com centralidade na pesquisa da autora, a temática é abordada à medida que investiga os processos históricos que envolveram a inserção das mulheres no magistério primário público local, tomando como recorte temporal o período entre 1845 e 1920.

Utilizando-se do método indiciário, a autora analisa um conjunto de fontes oficiais, bibliográficas e imagéticas que apontaram o início da feminização do magistério capixaba a partir das duas últimas décadas do século XIX, como também, a presença majoritária feminina já na segunda década do século XX. A pesquisa indicou como resultado, a expansão das escolas mistas e da oferta do ensino primário público para a classe feminina, bem como a constituição das Escolas Normais.

Situada em um recorte temporal que se inicia em um período imediatamente anterior à inauguração do Período Republicano, essa investigação apontou os primeiros vestígios da docência leiga. A autora discorre sobre o início das contratações das docentes de concurso, ou seja, aquelas que seriam “habilitadas” após a realização de um exame. Para a realização desse exame, que integrava um conjunto de pré-requisitos a serem cumpridos por essas docentes, a candidata deveria ter o ensino primário completo, o que compreendia saber ler, escrever e as quatro operações de aritmética. Prática esta, que atravessará todo o Período Republicano, como estratégia de contratação de professoras sem formação.

Nota-se, que para essa categoria que estava se constituindo não era exigida uma formação específica para o exercício docente, e sim, conhecimentos básicos do ensino primário para instruir a população capixaba que, naquele momento, era uma maioria analfabeta. Consequentemente, observamos a formação de uma classe docente paralela à docência normalista, tendo em vista a expansão do ensino primário capixaba e a instrução feminina. Essa nova classe que surgia – *professoras de concurso* – integra o que definimos aqui como *professor/a leiga/o*.

Pezzin (2015), por sua vez, nos aproxima dos indícios iniciais dessa prática ao estudar o período entre 1892 e 1960, marcado por quatro reformas do ensino no Espírito Santo. A dissertação da autora toma como objeto de estudo os processos de formação dos professores primários no estado nas Escolas Normais, analisando o ensino da matemática dentro do recorte temporal mencionado. Para isso, analisa um conjunto de fontes documentais, das quais indicaram não somente a atuação de docentes normalistas, mas também, professoras e professores primários em atuação como leigos, a partir das nomenclaturas: *professor de concurso*, *docente de emergência*, *professores provisórios* e *professores não normalistas*.

As fontes documentais analisadas pela autora, apontaram a atuação da docência leiga no Espírito Santo, entre os anos de 1917 e o final da década de 1950. Diante da carência de docentes normalistas, Pezzin (2015) discorre que possivelmente os concursos não cobravam os conhecimentos de Aritmética e Geometria contemplados no currículo de ensino da Escola Normal, tendo em vista a complexidade e a extensão dos conteúdos matemáticos que não faziam parte do ensino primário e o nível de ensino que as professoras de concurso deveriam atender como pré-requisito para aprovação nos exames. Tais questões aparecem em sua pesquisa interligadas as dificuldades de ordem financeira e política local, acrescentadas aos

percalços para a formação de docentes qualificados pela Escola Normal, tendo em vista a demanda de modernização capixaba.

Dentre os estudos mapeados, a tese de Locatelli (2012) dialoga com esse contexto marcado pelo regime republicano. A autora analisa um conjunto variado de fontes históricas sobre os processos de criação e implantação dos projetos arquitetônicos para os grupos escolares no Espírito Santo, entre os anos de 1908 e 1930. A investigação indica que a arquitetura dos prédios se constituía como uma das maneiras de atender e expressar o ideal modernizador e higienista desse período.

Desse modo, Locatelli (2012) aponta os indícios da consolidação desse projeto, por meio de simbolismos republicanos nos espaços físicos e da formação dos docentes, apesar das adversidades enfrentadas pelo estado. A autora menciona a prática de docentes leigas ao tratar de professores e professoras de concurso, que seriam gradativamente substituídos por Normalistas, ao menos que tivessem mais de cinco anos de atuação como docentes concursados. Nesse sentido, ao discorrer sobre a Reforma de Gomes Cardim (1908 - 1909), a autora aponta que

A compreensão que se teve após o “malogro da experiência” de professores que atuaram no ensino primário capixaba sem ter formação adequada para exercer suas funções – o que teria contribuído, dentre outros fatores, para que o ensino enfrentasse sérios problemas – foi a de que a solução para o ensino não se resolveria com a ampliação do número de escolas e sim com a utilização de novos modelos técnicos e didáticos e com a seleção para o magistério (Locatelli, 2012, p. 181).

Em resumo, notamos que a carência de docentes qualificados se tratava de uma problemática recorrente no Espírito Santo, compondo os percalços e percursos enfrentados no cerne das reformas educacionais capixabas.

À vista disso, os indícios da docência leiga no Espírito Santo, constituem também a dissertação de Alencar (2016), que investiga a expansão do ensino primário no Norte do estado, tomando como recorte temporal os anos de 1908 a 1930. Ao analisar o conjunto de fontes sobre a história da educação, a autora constata vestígios das dificuldades enfrentadas pelo estado para materializar na prática os ideais republicanos. Tendo em vista as ausências e as precariedades presentes em estruturas físicas, materiais, e quanto aos processos de formação docente, haja

vista a atuação dos denominados professores de concurso, inclusive, na região norte capixaba, como evidencia a autora.

Na análise das especificidades dos municípios de Colatina e São Mateus, as fontes oficiais indicam aproximações e distanciamentos entre as cidades, que apesar das dificuldades em comum, apresentavam particularidades. Dessa maneira, as fontes oficiais apontam dados quantitativos do possível número de docentes de concurso e docentes normalistas em atuação em ambas as cidades, apontando a presença constante de professoras de concurso em exercício entre os anos de 1909 e 1929. A autora destaca a presença majoritária de docentes normalistas nas áreas mais privilegiadas de cada cidade, em contraste com a atuação de professores de concurso nas demais localidades.

A dissertação de Novaes (2020), por sua vez, toma como recorte temporal os anos de 1908 a 1916, investigando as escolas isoladas no Espírito Santo. Para isso, a autora analisa um conjunto de fontes que, por meio dos pressupostos do método indiciário, apontaram distanciamentos entre o ensino rural e o urbano, observados não somente por meio da localização, mas também pela discrepância do mobiliário e de instalações adequadas, de salários docentes, como também, quanto à formação desse magistério.

Dessa maneira, é possível que as escolas isoladas das áreas ruais, tenham sido marcadas tanto pela carência de tais questões, quanto por professores menos qualificados (ou sem qualificação), conhecidos como leigos e/ou de concurso, ainda que houvesse esforços governamentais para atender a demanda de desenvolvimento do ensino capixaba. O período, marcado por políticas de ordem republicana, também é situado na tese de Salim (2009), ao investigar as práticas de leituras desenvolvidas no Ginásio do Espírito Santo e na Escola Normal D. Pedro II, instituições públicas secundárias do estado.

Salim (2009), analisa um conjunto de fontes que indicaram a participação ativa dos docentes nas atividades literárias e jornalísticas da cidade de Vitória, bem como, a circulação do material impresso e das diferentes formas dos estudantes se apropriarem da leitura e da escrita, apesar da rigidez proposta através do estudo da gramática. A docência leiga aparece no estudo, uma vez que a autora situa o reduzido número de professores habilitados com formação específica, como uma problemática vivenciada no Espírito Santo durante todo o período conhecido historicamente como Primeira República.

Partindo desses indícios, a tese de Berto (2013) segue indicando tais dificuldades entre o final dos anos de 1920 e início da década de 1930. A autora investiga os desdobramentos históricos que envolveram a constituição da *escola activa* no Espírito Santo entre 1928 e 1930, período marcado pela Reforma do ensino local promovida por Attilio Vivacqua e pela disseminação dos ideais escolanovistas. A partir do método indiciário, a pesquisa indicou que nesse decurso tais propostas articulavam-se com debates sobre a educação e a modernização do ensino provenientes tanto do âmbito nacional, quanto internacional.

Além disso, a pesquisa de Berto (2013) apontou os vestígios das dificuldades enfrentadas pelo estado, tanto de ordem econômica, quanto das precárias condições de acesso, como também, estruturais, materiais, físicas e de formação docente das escolas capixabas, que colidiram com a proposta de propagar os ideais escolanovistas por meio da formação docente. Tais questões contribuem para o frequente contraste entre o ideal de Educação Nova e o que representava o velho a ser superado.

Nesse contexto, a docência leiga representava uma problemática a ser solucionada. Com base na análise das fontes, a autora discorre que naquele momento, havia três categorias compondo o quadro docente do estado: professores normalistas, de concurso e provisórios. Contudo, tanto os docentes provisórios, quanto os de concurso eram em sua maioria docentes leigos, os quais atendiam a uma demanda de emergência do estado, a fim de que fossem substituídos gradativamente à medida que houvesse normalistas para ocuparem os cargos.

A Reforma proposta por Attilio Vivacqua, secretário da Instrução Pública, também é investigada por Santos (2018). Em sua dissertação, a autora examina os processos de formação dos docentes primários desse período, focalizando a propagação dos saberes elementares da matemática, principalmente da aritmética. Ao analisar as fontes, a investigação apontou não somente a frequente contratação de docentes leigos (professores provisórios e de concurso), como também, destaca-se que os cursos e exames de formação estabelecidos durante a reforma, ressaltaram os *saberes para ensinar*, a partir do método de ensino intuitivo e do uso de materiais didáticos para o ensino da aritmética, os quais exigiam domínio docente para aplicá-los.

As fontes analisadas por Santos (2018), apontam que o ensino da aritmética prescrito no currículo das escolas primárias deveria atender às demandas do dia a dia dos alunos. No entanto,

assim como indica Berto (2013), a análise feita pela autora aponta as dificuldades políticas e econômicas enfrentadas na educação capixaba.

Após a reforma da Escola Ativa, implementada no Espírito Santo entre os anos de 1928 e 1930, o estado foi marcado pelo governo intervencionista de João Punaro Bley. Esse período é objeto de estudo de Lauff (2018), que se centra em compreender as diretrizes traçadas para a formação e as práticas de professores, na conjuntura pós-Revolução de 1930 e antes da ditadura do Estado Novo. A análise das fontes mapeadas por Lauff (2018), indicou que naquele momento havia, entre as escolas públicas

[...] 726 estabelecimentos de ensino, nos quais atuaram 996 professores: 517 que estudavam ou já haviam se formado em curso normal e 479 não normalistas. Ou seja, 48% dos profissionais que atuavam na rede pública primária espírito-santense não tinham formação oficial para o cargo. As estatísticas nos mostram também o elevado número de escolas rurais, 532 somando-se as mantidas pelo Estado e as municipais. Aproximadamente 75% das escolas primárias capixabas encontravam-se no campo (Lauff, 2018, p. 136).

Desse modo, a constância da atuação de docentes sem formação específica permanecia uma questão a ser superada. Embora, a análise investigativa de cada um desses estudos percorridos nos indiquem uma predominância da atuação de docentes leigos/as em instituições de ensino primário, a tese de doutorado de Borel (2017) difere dos demais estudos, ao indicar o exercício docente no ensino secundário, por professores que não detinham formação específica em Educação.

O tema aparece em sua investigação à medida que estuda a configuração da docência no ginásio do Espírito Santo (1906-1951). Ao analisar um conjunto de fontes oficiais, jornais, revistas, fotografias e entrevistas referentes ao recorte temporal de estudo, Borel (2017) observa que grande maioria dos professores catedráticos do ensino secundário, alcançavam este posto tendo em vista a influência e popularidade política, como também, em demais âmbitos da sociedade, além também, de possuírem alguma formação superior, mesmo não contemplando a qualificação em educação.

Em suma, o diálogo entre os estudos historiográficos da Educação no Espírito Santo apresentados, nos indicam uma constância de problemáticas e esforços políticos em tentar contornar os desafios enfrentados no campo da educação, especificamente, no que diz respeito

à formação de professores e, ao mesmo tempo, avançar com a expansão, a higienização e a modernização do ensino, os quais contemplavam o ideário republicano.

Em linhas gerais, seja no estado do Espírito Santo ou fora dele, observa-se, pelas pesquisas localizadas, que as professoras leigas ocupam um lugar ambíguo na História da Educação, ora como apoio de emergência na falta de normalistas, ora como responsáveis pelos atrasos vivenciados no âmbito educacional. A análise das pesquisas que contemplam essa revisão de literatura indicou a importância e emergência de novos estudos em história da educação no Brasil, que tomem como objeto de análise os processos de constituição da docência leiga e o modo como se processavam suas práticas no Espírito Santo, mas também nos outros estados brasileiros.

### 3 INTERLOCUÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E FONTES

Tendo em vista que essa pesquisa é um estudo histórico, as contribuições teóricas e metodológicas de Marc Bloch (2001) e Carlo Ginzburg (2007, 2012, 1989) são fundamentais para esse processo de investigação, nos ensinando através do movimento investigativo que realizam em suas obras. Bloch (2001) e Ginzburg (2007, 2012, 1989) nos conduzem para a importância das fontes documentais plurais no processo de pesquisa, de modo que será a interrogação a esse material que delineará possíveis caminhos e respostas acerca do tema de estudo focalizado.

Para alcançarmos a compreensão almejada quanto aos percursos de constituição da docência leiga no Espírito Santo, é necessário realizar um detalhado processo de busca e de análise de fontes históricas, compreendidas por Bloch (2001, p. 79) em sua multiplicidade. Para esse historiador, “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”.

Observamos, assim, uma ampliação da ideia do que seja fonte histórica, a partir de um olhar que considera a sua heterogeneidade e a sua multiplicidade. Considerando esse apontamento, proponho contemplar como fontes a serem analisadas nesta pesquisa todos os documentos oficiais que podem informar algo sobre a docência leiga no âmbito educacional local, assim como: legislações, decretos, resoluções, relatórios de governo, mensagens de governo, relatórios de inspeção do ensino.

Mediante a isso, atentando para o recorte temporal desta investigação e para o contexto de produção das fontes históricas, Bloch (2001, p. 83) indica que “[...] os documentos não surgem, aqui ou ali, por efeito [de não se sabe] qual misterioso decreto dos deuses. Sua presença ou ausência em tais arquivos, em tal biblioteca, em tal solo deriva de causas humanas que não escapam de modo algum à análise”. Dessa maneira, tanto a presença, quanto a ausência de fontes deve ser questionada e analisada pelo pesquisador, conforme proponho neste percurso.

A análise das fontes deverá guiar-se a partir de um olhar atento para o contexto de produção; os autores; o ano e o local de publicação do documento mapeado. Nesse movimento, Bloch (2001) nos propõe que os documentos só falam a partir das perguntas que direcionamos a eles,

devendo considerar e compreender as questões do nosso tempo histórico como ponto de partida para levantar as perguntas às fontes.

Ginzburg (2002, p. 114), por sua vez, também afirma que as fontes históricas “[...] não falam sozinhas, mas só se interrogadas de maneira apropriada”. Para isso, apropriando-se de um termo de Walter Benjamin, indica que é fundamental “escovar a história a contrapelo” (Ginzburg, 2001), ou seja, o pesquisador deve buscar compreender as intenções de quem produziu essas fontes documentais, a dizer, por exemplo, de fontes oficiais e mensagens de governo, por vezes marcadas por disputas. Assim, ao escovarmos a história a contrapelo, temos a chance de observar o que não está visível no processo de análise.

Nesse sentido, para respondermos as questões quanto aos processos de constituição da docência leiga no âmbito educacional local, Ginzburg (2012) nos ensina a analisar sinais e vestígios presentes nas fontes e entre elas, indicando que, se a realidade “[...] é opaca, existem zonas privilegiadas – sinais, indícios – que permitem decifrá-la” (Ginzburg, 2012, p. 178).

Diante desses pressupostos teóricos e metodológicos, levando em conta que as pesquisas mapeadas indicam vestígios da atuação de docentes leigas entre as reformas de 1889 e 1928 no Espírito Santo, busco por meio dos ensinamentos de Bloch (2001), compreender as relações entre passado e presente, que segundo o autor, se interpenetram. Essa ideia será levada em conta na análise dos diferentes contextos e das diferentes reformas do ensino, por meio das quais foram empreendidas mudanças na perspectiva acerca da docência.

Segundo (Bloch, 2001, p. 63), “[...] a ignorância do passado não se limita a prejudicar a compreensão do presente; compromete, no presente, a própria ação”. É nessa perspectiva, que busco apreender através da análise documental, a recorrência da atuação de docentes leigas, no contexto de cada reforma do ensino implementada em seguida. Portanto, quais questões históricas estavam sendo ignoradas, contribuindo para a contratação de docentes sem formação específica em cada período composto pelas reformas educacionais locais?

Ginzburg (2007) nos conduz a atentar para as relações de força que condicionam o objeto de estudo do historiador, que devem ser analisadas, podendo incluir questões políticas, sociais, econômicas e culturais. Desse modo, à medida que analiso as fontes documentais e proponho compreender os processos de constituição da docência leiga no Espírito Santo, busco

compreender e problematizar as questões históricas que influenciavam ou permeavam o âmbito educacional local, sejam estas questões internas do estado do Espírito Santo, do âmbito nacional ou internacionais, interpelando as escalas microscópicas (questões locais e pontuais) e macroscópicas (âmbito nacional e internacional).

Diante do exposto, essa pesquisa propõe o aprofundamento na análise e na compreensão dos percursos históricos que compõem a constituição da docência leiga no Espírito Santo entre os anos de 1892, período marcado pela intervenção institucional na Educação local, empreendida pelo presidente do estado Moniz Freire, que, em matéria de Instrução Pública, referia-se aos docentes do período como “[...] um pessoal da mais assinalada incompetência [...]” (Espírito Santo, 1893, p. 12), ao ano de 1928, quando foi implementada a reforma do ensino por Attilio Vivacqua, período constituído pela criação da escola activa no estado e por pressupostos inovadores da escola nova.

Conforme nos ensina Ginzburg (1989), comparando os fios da pesquisa histórica aos fios de um tapete, esse estudo dará continuidade aos fios já tecidos nas pesquisas mapeadas que tangenciam a constituição e a atuação de docentes leigas no Espírito Santo, bem como, na análise dos vestígios presentes em uma multiplicidade de documentos. Para isso, será analisado um conjunto amplo de fontes que tratam de políticas educacionais nacionais e locais, que abrem caminho para a constituição de uma docência sem formação específica.

A intenção foi mapear nessa documentação – que no caso desta pesquisa, é intencionalmente uma documentação oficial – aquilo que nos parece ser uma tendência em torno da constituição da docência leiga, que atravessa a história da educação no estado e que marca a preocupação dos governos da primeira parte do período republicano. Entre as fontes mapeadas, encontram-se: Mensagens de Governo; Relatórios de Governo; Relatórios de Inspeção de Ensino; Resoluções, Leis e Decretos.

Entre as Mensagens de Governo, estão aquelas produzidas entre o ano de 1892 e 1930, período marcado entre o governo capixaba de José de Mello Carvalho Moniz Freire ao do interventor Aristeu Borges de Aguiar. Nessa documentação é possível acessar elementos das políticas educacionais produzidas em cada governo. Os detalhes dessa documentação e das demais, podem ser acessadas na sequência de quadros 4, 5, 6 e 7, a seguir:

Quadro 4 - Mensagens de Governo localizadas no acervo digital do APEES (continua).

Nº	Título	Data
1	Discurso Pronunciado pelo Exm. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire Presidente do Estado do Espírito – Santo após sua promessa constitucional perante o congresso constituinte	1892
2	Mensagem do Presidente do Estado do Espírito – Santo lida no congresso do mesmo Estado na sua sessão de instalação a 16 de setembro de 1893	1893
3	Mensagem lida pelo Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito – Santo na instalação do congresso legislativo	1894
4	Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito – Santo lida na instalação do congresso legislativo em 17 de setembro de 1895	1895
5	Mensagem do Exm do Sr. Presidente do Estado do Espírito – Santo lida na instalação do congresso legislativo em 22 de setembro de 1896	1896
6	Mensagem do Exm. Sr. Vice – Presidente do Estado do Espírito – Santo lida na instalação do congresso legislativo em 15 de setembro de 1897, juntamente com o relatório do Exm. Sr. Graciano dos Santos Neves	1897
7	Mensagem lida pelo Exm. Sr. Dr. José Marcellino P. de Vasconcellos presidente do estado do Espírito Santo na instalação do Congresso Legislativo em 7 de setembro de 1898	1898
8	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo da abertura da terceira sessão da terceira legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire	1900
9	Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo na abertura da primeira sessão da quarta legislatura pelo presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 28 de setembro de 1901	1901
10	Mensagem apresentada ao Congresso legislativo na abertura da segunda sessão da quarta legislatura pelo presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 2 de outubro de 1902	1902
11	Mensagem apresentada ao congresso legislativo na abertura da Terceira Sessão da Quarta legislatura pelo Presidente do Estado Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire em 22 de setembro de 1903	1903
12	Mensagem apresentada ao congresso legislativo na abertura da Primeira Sessão da Quinta legislatura pelo Presidente do Estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 7 de setembro de 1904	1904
13	Mensagem apresentada ao congresso legislativo na abertura da segunda sessão da quinta legislatura pelo presidente do estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 11 de setembro de 1905	1905
14	Mensagem apresentada ao congresso legislativo na abertura da terceira sessão da quinta legislatura pelo presidente do estado Coronel Henrique da Silva Coutinho em 9 de outubro de 1906	1906
15	Mensagem apresentada ao Congresso legislativo na abertura da primeira sessão da sexta legislatura pelo presidente do estado Coronel Henrique da Silva Coutinho	1907
16	Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso Espírito- Santense na Segunda Sessão da 6ª legislatura	1908
17	Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado ao Congresso Legislativo do Espírito Santo na terceira sessão da sexta legislatura	1909
18	Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura	1910
19	Mensagem dirigida pelo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 2ª sessão da 7ª legislatura	1911
20	Mensagem dirigida pelo presidente do estado Marcondes Alves de Souza em sua 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura	1912

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 4 - Mensagens de Governo localizadas no acervo digital do APEES (conclusão).

Nº	Título	Data
21	Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio de 1909 a 1912 pelo Exm. Sr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado durante o mesmo período	1913
22	Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado do Espírito Santo na abertura da 2ª sessão da 8ª legislatura pelo presidente do estado Marcondes Alves de Souza em 15 de outubro de 1914	1914
23	Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado do Espírito Santo na abertura da 3ª sessão ordinária da 8ª legislatura pelo presidente do estado Marcondes Alves de Souza em 8 de setembro de 1915	1915
24	Mensagem especial enviada pelo presidente do estado Marcondes Alves de Souza ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo em 18 de setembro de 1915	1915
25	Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado do Espírito Santo em 12 de outubro de 1916 pelo presidente do Estado Dr. Bernardino de Souza Monteiro	1916
26	Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao congresso legislativo, em sua 2ª sessão ordinária da 9ª legislatura	1917
27	Mensagem dirigida pelo presidente do Estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao congresso legislativo em sua 3ª sessão ordinária da 9ª legislatura	1918
28	Mensagem dirigida pelo presidente do estado do Espírito Santo, Dr. Bernardino de Souza Monteiro, ao congresso legislativo, em sua 1ª sessão ordinária da 10ª legislatura	1919
29	Mensagem apresentada pelo presidente Nestor Gomes ao congresso legislativo do estado do Espírito Santo, em 31 de outubro de 1921.	1921
30	Mensagem apresentada pelo presidente Nestor Gomes ao congresso legislativo do Estado do Espírito Santo, em 7 de setembro de 1922	1922
31	Mensagem apresentada pelo Exmo. Sr. Dr. Florentino Avido, presidente do Estado do Espírito Santo, ao congresso legislativo, na 3ª sessão ordinária da 12ª legislatura	1927
32	Mensagem apresentada pelo presidente do estado do Espírito Santo ao congresso legislativo e lida na abertura da 1ª sessão ordinária da 13ª legislatura.	1928
33	Mensagem final apresentada pelo Exmo. Sr. Presidente do estado do Espírito Santo, Dr. Florentino Avidos ao congresso legislativo, a 15 de junho de 1928, contendo dados completos de todos os serviços realizados no quadriênio de 1924 – 1928.	1928
34	Mensagem apresentada ao congresso legislativo na 2ª sessão da 13ª legislatura, em 7 de setembro de 1929, pelo doutor Aristeu Borges de Aguiar, presidente do Estado do Espírito Santo	1929
35	Mensagem apresentada ao congresso legislativo na 3ª sessão da 13ª legislatura em 22 de setembro de 1930, pelo Dr. Aristeu Borges de Aguiar, presidente do Estado do Espírito Santo.	1930

Fonte: Elaboração própria (2025).

A busca por documentos oficiais capixabas que contribuísem para análise dessa pesquisa, me permitiu acessar, inclusive, um conjunto de relatórios de governo que também se encontram preservados no acervo digital do APEES, conforme o quadro a seguir:

Quadro 5 – Relatórios de Governo do estado do Espírito Santo.

Nº	Título	Data
01	Relatorio da Directoria da Instrucção Publica Apresentado ao Exm. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire presidente do estado pelo bacharel José Joaquim Pessanha Nóvoa diretor da instrucção publica	1897
02	Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo Monteiro presidente do estado do Espirito Santo pelo diretor da instrucção Dr. Henrique A. Cerqueira Lima em 13 de agosto de 1908	1908
03	Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado pelo diretor de finanças Antonio Bernardino Ferreira Rios em 27 de julho de 1909	1909
04	Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do estado do Espirito Santo pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim	1909
05	Relatorio apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro presidente do Estado pelo director de finanças Domingos Vicente Gonçalves de Souza em 31 de agosto de 1910	1910
06	Relatorio (parte Expositiva) apresentado em 20 de agosto de 1914 ao Exmo. Snr. Coronel Marcondes Alves de Souza presidente do estado do Espirito Santo pelo Dr. José Bernardino Alves Junior secretario geral.	1915
07	Relatorio apresentado pelo Dr. Mirabeau Pimentel Secretario dos Negocios da Instrucção ao Exmo. Snr. Presidente do Estado em data de 12 de março de 1924	1924
08	Relatorio apresentado pelo Secretario da Instrucção a S. Exa. o Snr. Presidente do E. do Espirito Santo em agosto de 1922.	1922
09	Relatorio apresentado ao presidente do Estado, pelo Secretario da Instrucção – Ubaldo Ramalhete Maia, em 15 de fevereiro de 1927.	1927
10	Situação Financeira do Estado do Espirito Santo – Governo Aristeu	1929

Fonte: Elaboração própria (2025).

Neste seguimento, busquei compreender como a categoria de docentes leigas se configura entre os relatórios de inspeção escolar e na legislação local, em vigor durante o período que compõe o recorte temporal dessa pesquisa. Desse modo, o processo de análise de fontes, contempla documentos oficiais já mapeados por integrantes do Nucaphe, provenientes do Arquivo Público do Espírito Santo<sup>8</sup> (APEES). Dentre os documentos, encontram-se mapeados relatórios de inspeção dos anos finais de 1920 e início de 1930 (Quadro 6):

<sup>8</sup> Fontes mapeadas pelo Nucaphe, disponíveis na APEES disponível para consulta *on-line* em: (<http://atom.ape.es.gov.br/index.php/arquivo-publico-do-estado-do-espirito-santo-4>).

Quadro 6 – Relatórios de Inspeção Escolar.

<b>Nº</b>	<b>TÍTULO</b>	<b>AUTORIA</b>	<b>DATA</b>
01	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Alegre – 6ª zona	Inspetor Aristides Costa	03 out. 1928
02	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Alfredo Chaves – 4ª zona	Inspetor Flavio de Moraes	06 abr. 1929
03	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Afonso Cláudio e Castelo – 7ª zona	Inspetor Claudionor Ribeiro	06 mai. 1929
04	Relatório de Inspeção Escolar referente as escolas de Mimoso e Itabapoana	Inspetor Alberto D' Almeida	12 dez. 1929
05	Relatório de Inspeção Escolar referente ao Grupo escolar de Gomes Cardim	Diretor de ensino Placidino Passos	30 jan. 1929
06	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Santa Leopoldina	Inspetor Luiz Edmundo Malisek	30 abr. 1929
07	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de São Pedro do Itabapoana e Ponte do Itabapoana – 9ª zona	Inspetor Archimino Gonçalves	01 jun. 1929
08	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Collatina	Inspetor Alberto D' Almeida	28 jun. 1929
09	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Sana Theresa	Inspetor Archimino Gonçalves	26 out. 1929
10	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Vargem Alta (Vargem Grande)	Inspetor Olavo Rego	03 jul. 1930
11	Relatório de Inspeção Escolar referente ao Grupo Escolar Gomes Cardim	Inspetor Alberto D' Almeida	10 set. 1930
12	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de São Mateus	Inspetor Francisco Generoso da Fonseca	29 set. 1930
13	Relatório de Inspeção Escolar referente ao município de Santa Theresa	Inspetor Archimino Gonçalves	10 abr. 1930

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 7 – Legislações

<b>Nº</b>	<b>ESPECIFICAÇÕES DO DOCUMENTO</b>	<b>DATA</b>
01	Lei 1, de 4 de junho de 1892	1892
02	Leis do congresso legislativo do estado do Espírito Santo votadas em 1892	1893
03	Leis do congresso do estado do Espírito Santo votadas em 1893	1894
04	Leis do congresso legislativo do estado do Espírito Santo votadas em 1895	1896
05	Leis do congresso legislativo votadas nas sessões ordinárias de 1908	1909
06	Secretaria da Instrução Lei N.1693 Dispõe sobre a Instrução Publica do Estado e dá outras providencias	1929

Fonte: Elaboração própria (2025).

Marc Bloch (2001, p. 46), discorre que “A história não é a relojoaria ou a marcenaria. É um esforço para conhecer melhor: por conseguinte, uma coisa em movimento. Limitar-se a descrever uma ciência tal qual é feita será sempre traí-la um pouco”. Diante disso, o acesso e a leitura por si só, da pluralidade de documentos mencionados anteriormente, não nos aproximam de fato dos sinais, indícios e vestígios presentes na história da educação local, sobre a constituição de um professorado republicano para o ensino primário capixaba.

O trabalho do/a historiador/a demanda um movimento de análise complexo, para compor as possíveis peças do quebra cabeça que compõem a história. Para isso, consideramos os diferentes

tempos históricos, as lacunas, o local de armazenamento das fontes, os contextos e os locais de produção dos documentos, incluindo, as perguntas a que devemos elaborar direcionando ao nosso objeto de análise, que podem nos indicar algo sobre os fatos humanos no tempo.

Assim como propõe Walter Benjamin (2020), pretendo aqui “*escovar a história a contrapelo*”, partindo de uma análise crítica ao que estava posto nos documentos oficiais, assim como indicado pelos representantes do governo local. Ou seja, a história contada a partir dos grandes heróis, nesse caso, os presidentes e governadores que representaram o Espírito Santo, secretários da Instrução Pública, inspetores de ensino e demais figuras de poder, mas com o intuito de interpretá-la também contra as suas intenções.

A análise dos documentos mapeados, perpassa ainda a compreensão de que o tempo histórico é um continuum, no qual os diferentes tempos históricos se interpenetram, conforme nos ensina Bloch (2001). Desse modo, proponho-me a realizar uma análise que tem como foco uma compreensão da constituição da docência leiga no Espírito Santo, a partir de um mapeamento daquilo que compreendo como uma tendência no contexto capixaba, que ganha novos contornos a cada governo, marcados pelas reformas do ensino de 1892, 1908 e 1928. Nesse sentido, considero o tempo histórico como uma linha que se constitui entre continuidades e descontinuidades.

#### **4 A DOCENCIA LEIGA NO ESPÍRITO SANTO ENTRE AS REFORMAS DO ENSINO IMPLEMENTADAS AO LONGO DA PRIMEIRA REPÚBLICA**

Este capítulo tem por objetivo traçar uma compreensão da docência leiga como tendência no estado do Espírito Santo durante o período republicano. Para isso, realizo dois movimentos. No primeiro, percorro os fios indicados nas fontes oficiais, constituídas principalmente por mensagens de governo, relatórios e legislação, com vistas a examinar continuidades e descontinuidades da profissão docente em geral e da docência leiga em particular, no estado; no segundo movimento, aproximo-me das práticas das professoras leigas registradas nos relatórios de inspeção.

Ao analisarmos os documentos oficiais elaborados na conjuntura de cada governo capixaba entre os anos de 1892 e 1930, observamos que nos primeiros dezesseis anos que sucederam a proclamação do estado republicano, as questões relativas à Educação não parecem ter sido o foco principal dos governantes do Espírito Santo. Conforme aponta Santos (2000), nesse período o Brasil é marcado por uma pressão para que tivesse como base econômica a produção industrial, sendo este um dos fatores para a consolidação de um estado moderno.

Desse modo, a análise das mensagens de governo que compõem os primeiros dezesseis anos do período republicano no estado, indica a preocupação com aspectos estruturais locais, como questões urgentes a serem superadas. No alvo dos governos estava: a construção de estradas, ferrovias, indústrias, melhorias no porto, ampliação da mão de obra – tanto para o campo quanto para as construções urbanas –, expansão dos limites territoriais do estado para conectá-lo a outras regiões, fortalecimento das relações nacionais e internacionais, aumento das opções de moradia, entre outras questões que estão diretamente ligadas ao desenvolvimento e à expansão econômica do estado.

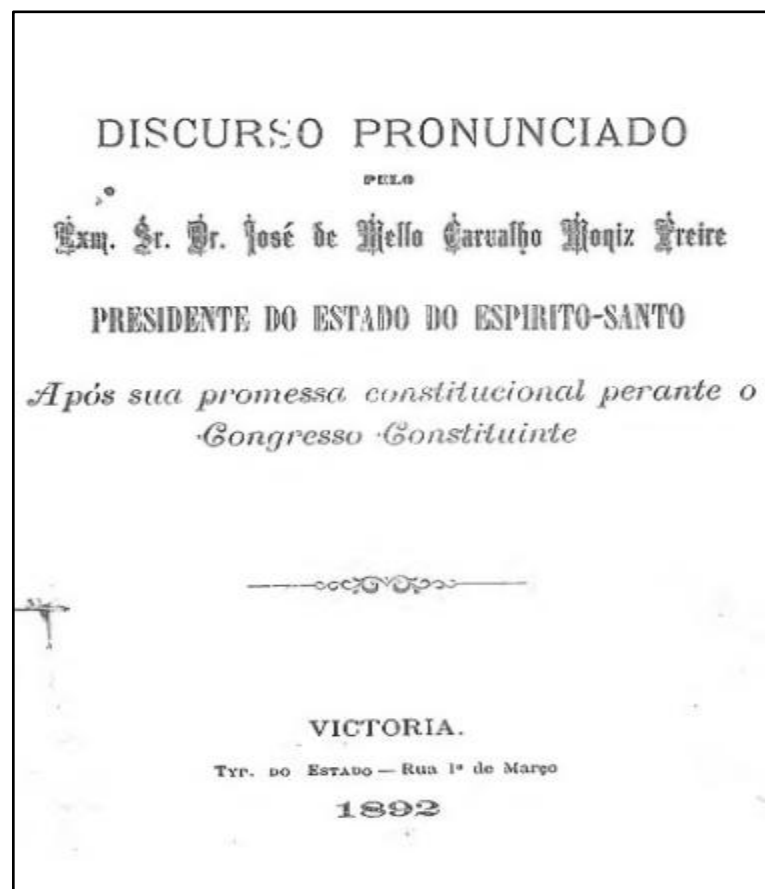
Sob a perspectiva da superação dos aspectos negativos representados pelo modelo de governo imperial, as mensagens de governo expressam, constantemente, discursos otimistas e patrióticos, sugerindo que, apesar das adversidades, os governantes do estado alcançavam avanços por meio de suas medidas governamentais, em especial os governantes dos primeiros dezesseis anos do período republicano, quais sejam: José de Mello Carvalho Moniz Freire (1892-1896/ 1900-1904); Graciano dos Santos Neves (1896-1897); José Marcelino Vasconcelos (1898-1900) e Coronel Henrique Coutinho (1904-1908). Nessa perspectiva, é

importante compreendermos a função das mensagens de governo perante a sociedade local daquele período.

As mensagens de governo eram elaboradas a partir da transcrição do discurso do presidente do estado e, como se observa na Figura 1, todas as mensagens de governo analisadas seguem esse mesmo padrão de produção. Essa formalidade ocorria a cada ano de governo, com o propósito de relatar o que foi realizado em termos de avanços, como também, o que era necessário alcançar.

Contudo, ao considerarmos as relações de força (Ginzburg, 2022) que condicionam a produção desse tipo de documento, observamos que o texto das mensagens, assim como o evento em que elas eram pronunciadas, representava um espaço de propaganda e de reafirmação política, não fazendo sentido expor os percalços e as adversidades do estado em suas camadas mais profundas.

Figura 1 – Capa da Mensagem de governo de 1892.



Fonte: APEES (2025).

Nas mensagens produzidas entre 1892 e 1908, a educação não é um tema abordado em profundidade. As questões educacionais tomam centralidade e são abordadas com maior ênfase nas mensagens a partir do governo do presidente do estado Jeronymo de Souza Monteiro (1908-1912).

Nas fontes analisadas, primeiros vestígios da docência leiga no Espírito Santo aparecem na legislação local sob a nomenclatura de *professores provisórios*, a partir do Decreto n. 2, de 4 de junho de 1892, referente ao governo e à reforma do ensino de José de Mello Carvalho Moniz Freire. O documento discorre sobre as atribuições do diretor de Instrução<sup>9</sup>, também conhecido como delegado de ensino, que assumia o cargo por indicação do presidente do estado. Este cargo, criado com o intuito de fiscalizar e administrar o ensino primário, contava com uma secretaria e com funcionários que poderiam ser livremente contratados e demitidos pelo delegado de ensino. Dessa maneira, de acordo com o capítulo I, art. 5º do decreto:

Além das attribuições geraes do cargo e das que forem-lhe expressamente commettidas n'este decreto, ao director especialmente incumbe: §1º Formar juizo proprio das aptidões moraes e intellectuaes de todos os professores primarios; §2º Visitar periodicamente as escolas do Estado, e acompanhar de perto o ensino nas da capital; **§3º Indicar ao Presidente do Estado as nomeações provisórias de professores primarios; §4º Abrir e presidir os concursos que em virtude d'este decreto tiverem logar;** §5º Nomear e demitir o official, porteiro e continuo de sua secretaria, sujeitando o acto à approvação do Presidente e indicar a este a nomeação de seu secretario (Espírito Santo, 1892, p. 31-32, grifo nosso).

Certos aspectos dessa legislação nos instigam à reflexão. O documento não menciona se tanto o diretor/delegado de ensino, quanto seus funcionários deveriam atender a alguma experiência na área da Educação. Isso, porque ambos os cargos seriam ocupados por meio de indicações superiores, com o intuito de fiscalizar e administrar o ensino e a Instrução Pública. Tal aspecto nos leva à compreensão de que a desvalorização da formação docente perpassa camadas históricas mais profundas e anteriores ao exercício em sala de aula por um/a professor/a sem o preparo específico.

Como sinaliza o Decreto, entre as atribuições do delegado de ensino, estava a responsabilidade por indicar ao presidente do estado nomeações provisórias de professores primários, além da

---

<sup>9</sup>Art. 26. “E’ creado o logar de director da instrucção publica, que será de livre nomeação e demissão do Presidente do Estado. Art. 27. O director é o delegado da Presidencia na direção suprema do ensino, e terá uma secretaria cujos empregados serão por ele nomeados e demitidos, ficando esses actos sujeitos á approvação da Presidencia” (Espírito Santo, 1892, p. 12).

responsabilidade pelos concursos, como um dos caminhos para a seleção de professores e professoras. Nesse sentido, questionamos: quem eram, naquele contexto de início da República, os docentes nomeados de modo provisório? Onde atuavam? Quais critérios deveriam atender? Esse grupo era constituído por homens ou mulheres?

A análise do capítulo três do mesmo documento nos aproxima de alguns vestígios. Após instituir que o ensino primário teria duração de quatro anos e, ao final de cada ano, os alunos seriam submetidos a exames finais e preparatórios, em dias marcados pelos delegados gerais de ensino, os artigos nº 41º e nº 42º apontam que,

Art. 41. Aos alumnos aprovados em exame final de toda a materia do curso primario se passará um certificado de habilitação. Esse certificado será assignado pelo delegado geral á vista da cópia do termo de exame, que deve ser-lhe em tempo remetida pelo fiscal. **Art. 42. O certificado de aprovação nas materias do ensino primario dará direito: § 1º A' matricula no curso normal; § 2º A' regencia provisoria das escolas de primeira entrancia em caso de vagas, impedimentos ou falta de pessoal. § 3º A' preferencia para o preenchimento dos empregos publicos que não exijam maiores habilitações** (Espírito Santo, 1892, p. 44, grifo nosso).

Nesse contexto, constatamos que a reforma do ensino promovida pelo Governo Moniz Freire oficializou duas categorias docentes que atuavam no ensino público primário: a primeira, composta por docentes habilitados pela Escola Normal e, a segunda, por professores e professoras provisórios, que haviam concluído apenas o ensino primário.

O decreto n. 2, de 4 de junho de 1892, também foi responsável pela criação e organização das escolas normais em dois cursos: um feminino e, outro, masculino. Contudo, Salim (2009, p. 152) indica que “Em relação ao ensino normal, a situação não foi diferente: a falta de uma estrutura física adequada e de profissionais aptos a atuar no ensino secundário inviabilizou a implementação da reforma curricular”, o que contribuiu diretamente, como indica a análise documental, para a contratação de docentes provisórios.

O decreto aponta, ainda, que os professores públicos primários continuariam a ser livremente nomeados, removidos e demitidos pelo presidente do estado, de acordo com as indicações do diretor/delegado de ensino. Quanto à contratação da categoria de professores provisórios primários, o candidato deveria realizar um exame perante a diretoria de Instrução e a comissão de examinadores, provando as seguintes habilidades:

Art. 6º [...] 1º saber lêr e escrever correctamente, interpretando com fidelidade as passagens; 2º Conhecer o mecanismo grammatical da lingua; 3º Conhecer e effectuar as operações fundamentais da arithmetica e as outras theorias elementares até a das proporções; 4º Noções de geographia geral do Brazil, a Constituição Federal e conhecer do Estado a sua geographia, Constituição e leis organicas. **Cumpra ao director da instrucção indicar ao Presidente do Estado as nomeações e demissões dos professores provisórios** (Espírito Santo, 1892, p. 70, grifo nosso).

Tendo em vista que docentes provisórios eram, em geral, estudantes que tinham acabado de concluir o ensino primário, observamos aproximações entre os conhecimentos prévios que esses sujeitos deveriam atender para se transformarem em docentes e o currículo do ensino primário. Havia uma discrepância com relação ao currículo das Escolas Normais<sup>10</sup> e à formação que recebida por normalistas. Todavia, a análise nos possibilita afirmar que a docência provisória se tratava, naquele momento, de uma necessidade diante da carência de normalistas. Conforme institui o artigo 105º do Decreto:

A' proporção que se forem diplomando normalistas, o Presidente do Estado irá com elles provendo diversas escolas da entrancia superior para a inferior, considerando-se dispensados, salvo a excepção do Art. 1 da parte transitoria, os professores existentes, até que fiquem devidamente providas todas as entrancias (Espírito Santo, 1892, p. 60).

Desse modo, a ideia era que professores e professoras provisórios suprissem essa necessidade temporariamente e à medida que houvesse normalistas para ocuparem as vagas, docentes provisórios seriam gradativamente dispensados. A escassez de normalistas gerava, ainda, consequências inclusive nos casos de licenças. O artigo 113º do mesmo decreto estabelece que: “Durante os seus impedimentos os professores primarios serão substituidos provisoriamente por pessoa idonea, indicada por elles e approvada pelo delegado geral, a quem compete fazer a substituição quando não houver indicação” (Espírito Santo, 1892, p. 62).

A pessoa idônea relatada no artigo em questão, refere-se a alguém com habilitação pela escola primária, mas também, que atendia às exigências de uma conduta moral da época. Nesse movimento de análise, há no documento algumas controvérsias quanto aos critérios de atuação docente, através de indícios da existência de uma subcategoria docente, também considerada leiga, mas pouco reconhecida nas fontes, como aponta o artigo 35º:

<sup>10</sup> Segundo o artigo 51º e artigo 54º do decreto analisado, com duração de cinco anos de curso, a instrução na escola normal para o sexo masculino era composta das seguintes áreas do conhecimento: língua nacional; língua francesa; geográfica e história universal; história natural; matemáticas fundamentais (aritmética, álgebra e geometria noções gerais de mecânica geral e celeste); física; química e biologia; pedagogia e metodologia. Ao passo que, o curso normal para o sexo feminino, com duração de quatro anos, contemplava as seguintes disciplinas no currículo: Língua portuguesa; língua francesa; geografia; história natural; aritmética e geometria (Espírito Santo, 1892).

Não é permittido o systema de ensino por decuriões ou monitores, sendo o professor obrigado a leccionar pessoalmente todos os alumnos. **Isso não obsta entretanto, a que o professor ponha em prova as habilitações dos alumnos, entregando-lhes accidentalmente a direccção das classes mais atrasadas** (Espírito Santo, 1892, p. 43, grifo nosso).

O art. 35 nos mobiliza a uma problematização das palavras utilizadas no Decreto. Embora a responsabilidade das aulas recaísse sobre professores regentes, a necessidade de atender às demandas das turmas consideradas mais atrasadas abria a possibilidade de que estudantes do ensino primário, passassem por um exame que atestasse seus conhecimentos, podendo, assim, assumir temporariamente a função de docentes para essas classes, de maneira “acidental”, conforme apontado.

Diante dessa análise, questiona-se quais seriam as escolas de primeira entrância indicadas no documento que, em caso de vagas, professores provisórios poderiam assumir. O art. 19, aponta que, naquele momento, a classificação por entrâncias se dava da seguinte maneira: “[...] A’ primeria pertencerão as rurais e as de povoações; A’ segunda as das villas; A’ terceira as das cidades; A’ quarta as da capital (Espírito Santo, 1892, p. 37).

Docentes provisórios e “docentes acidentais” atuariam, preferencialmente, em escolas localizadas em áreas rurais, consideradas mais remotas e de difícil acesso. Compreendemos este como um dos fatores associados à carência de normalistas nessa entrância. Tais indícios também se fazem presentes na lei n. 51 de 5 dezembro de 1892, que entraria em vigência em 1893. Essa fonte indicia as desigualdades salariais entre as categorias docentes, conforme indica o Quadro 8 a seguir (Espírito Santo, 1892, p. 305):

Quadro 8 - Vencimentos dos serventuarios da Instrucção Publica (1892)

CATEGORIAS	VENCIMENTOS		TOTAL
	ORDENADO	GRATIFIC.	
<i>Escóla normal masculina</i>			
Um pro. da 1ª cad.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$
Um dito da 2ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Um dito da 3ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Um dito da 4ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Um dito da 5ª cad.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$
Um dito da 6ª cad.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$
Um dito da 7ª cad.....	3:200\$000	1:600\$000	4:800\$
Um dito da 8ª cad.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$
<i>Escóla normal feminina</i>			
Uma regente.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Uma pf. da 1ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Uma dita da 2ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Uma dita da 3ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Uma dita da 4ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Uma dita da 5ª cad.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
Um continuo.....	800\$000	400\$000	1:200\$
Uma prof. de p. e canto.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$
<i>Professorado primário</i>			
Um prof. da 4ª entr.....	1:333\$333	666\$667	2:000\$
Um dito da 3ª entr.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$
Um dito da 2ª entr.....	800\$000	400\$000	1:200\$
Um dito da 1ª entr.....	600\$000	300\$000	900\$

Fonte: Espirito Santo (1892, p. 305).

Ao analisarmos o Quadro 8, constatamos desigualdades salariais e evidências da desvalorização docente em dois aspectos. O primeiro<sup>11</sup>, envolve a diferença salarial entre aqueles que atuavam nas escolas normais masculinas e femininas, que nos propicia a questionar se tal fator também era comum na Instrução Primária. Já no segundo aspecto, as diferenças salariais variavam de acordo com as entrâncias do ensino primário. Para a primeira entrância, que representava as áreas rurais e as povoações, o salário era o menor (900\$), seguido da segunda entrância representando as vilas (1:200\$), ao passo que, para o/a docente que atuasse na terceira entrância (cidades) o salário era de 1:500\$ e aos que atuavam para a quarta entrância (capital), recebiam um salário de 2:000\$.

A análise das fontes nos conduz a observar que professores provisórios que atuavam na primeira (áreas rurais e as povoações) e na segunda entrância (nas vilas), recebiam salários inferiores aos dos/as docentes que atuavam nas cidades ou na capital. Desse modo, o menor salário era para lecionar no meio rural, ao passo que o maior era para a atuação na capital do estado.

Esses elementos reforçam o questionamento levantado anteriormente, de que possivelmente a carência de normalistas atrelava-se a dificuldades de locomoção, à indisponibilidade de se deslocarem para o interior e o desejo de permanecerem mais próximos dos centros urbanos, somados a questões salariais. Diante dessas questões, ao analisarmos o orçamento salarial para o ano de 1894, para Instrução Pública local, vamos ao encontro de algumas permanências e descontinuidades, que integraram o governo de Moniz Freire, como observamos no Quadro 9.

---

<sup>11</sup> Alvarenga (2018), indica que primeiras professoras que ingressaram no magistério, iniciaram com salários maiores que os dos homens devido à dificuldade de se contratar professoras mulheres no período. Dessa maneira, constatamos a relevância de novos estudos que investiguem o que contribuiu para a diferença salarial a partir do recorte temporal (1892-1930) estabelecido nessa investigação.

Quadro 09<sup>12</sup> - Vencimentos dos serventuarios da instrucção publica (1893) (continua).

CATEGORIAS	VENCIMENTOS		TOTAL
	ORDENADO	GRATIFIC.	
ESCOLA NORMAL MASCULINA			
Professor 1ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 2ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 3ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 4ª cadeira.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor 5ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 6ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 7ª cadeira.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor 8ª cadeira.....	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
1 porteiro continuo.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
ESCOLA NORMAL FEMININA			
Regente e secretaria.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor 1ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 2ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 3ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 4ª cadeira.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor 5ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 6ª cadeira.....	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor 7ª cadeira.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor 8ª cadeira.....	.....	.....	.....
Preparador do gabinete de physica e chimica.....	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professora de piano e canto.....	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 ajudante do preparador.....	800\$000	400\$000	1:200\$000
1 conservador do mesmo gabinete.....	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
1 porteiro continuo	800\$000	1:000\$000	3:000\$000

Fonte: Espirito Santo (1893, p. 30).

<sup>12</sup> (Espirito Santo, 1894, p. 30).

Quadro 9<sup>13</sup> - Vencimentos dos serventuarios da instrucção publica (1893) (conclusão).

CATEGORIAS	VENCIMENTOS		TOTAL
	ORDENADO	GRATIFIC.	
PROFESSORADO PRIMARIO			
1 professor de 4ª entrancia	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
1 professor de 3ª entrancia	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
1 professor de 2ª entrancia	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
1 professor de 1ª entrancia	800\$000	400\$000	1:200\$000

Fonte: Espirito Santo (1893, p. 30).

Ao compararmos o Quadro 8 e o Quadro 9, observamos que houve um aumento significativo no salário dos docentes, principalmente para as professoras das escolas normais femininas e para o professorado primário. Entretanto, alguns aspectos já mencionados se mantêm, a dizer da diferença salarial entre professores primários de cada entrância.

Assim, os salários eram de: 1:200\$000 para o/a docente da primeira entrância (áreas rurais); 1:500\$000 para a segunda entrância (Vilas); 1:800\$00 para a terceira entrância (cidades) e 2:400\$000 para a quarta entrância (capital do estado). Nessa direção, o orçamento salarial para o ano de 1896, sinaliza a permanência dessas questões, conforme aponta o Quadro 10.

Quadro 10: A que se refere a Lei n.143 (1895) (Continua)

CATEGORIAS	VENCIMENTOS		TOTAL
	ORDENADO	GRATIFIC.	
ESCOLA N. MASCULINA			
Professor de 1ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 2ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 3ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 4ª cadeira	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor de 5ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 6ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000

Fonte: Espirito Santo (1896, p. 42).

<sup>13</sup> (Espirito Santo, 1893, p. 30).

Quadro 10: A que se refere a Lei n.143 (1895) (Conclusão)

CATEGORIAS	VENCIMENTOS		TOTAL
	ORDENADO	GRATIFIC.	
ESCOLA N. MASCULINA			
Professor de 7ª cadeira	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor de 8ª cadeira	4:000\$000	2:000\$000	6:000\$000
Porteiro-contínuo	800\$000	400\$000	1:200\$000
ESCOLA NORMAL FEMININA			
Regente e Secretaria	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor de 1ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 2ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 3ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 4ª cadeira	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor de 5ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
CATEGORIAS	VENCIMENTOS		TOTAL
	ORDENADO	GRATIFIC.	
ESCOLA NORMAL FEMININA			
Professor de 6ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 7ª cadeira	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 8ª cadeira	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Preparador do Gabinete de physica e chimica	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Professor de piano e canto	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Ajudante do preparador	800\$000	400\$000	1:200\$000
Conservador do mesmo gabinete	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
Porteiro contínuo	800\$000	400\$000	1:200\$000
PROFESSORADO PRIMARIO			
Professor de 4ª entrância	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professor de 3ª entrância	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Professor de 2ª entrância	1:333\$334	666\$666	2:000\$000
Professor de 1ª entrância	1:066\$667	533\$333	1:600\$000
			101:400\$000

Fonte: Espirito Santo (1895, p. 42).

Considerando a análise dos dados expressos nos quadros 8, 9 e 10, notamos a continuidade de medidas que reforçavam a desvalorização salarial dos professores primários públicos que atuavam nas áreas mais distantes da capital, contribuindo para a escassez de normalistas nessas regiões, uma vez que a entrância de atuação determinava o salário docente.

Desse modo, as diferenças salariais permaneciam, apesar do aumento ao longo dos anos. Sendo: 1:600\$000 para o/a professor/a de primeira entrância (áreas rurais e povoações); 2:000\$000 para o/a professor/a de segunda entrância (vilas); 2:400\$000 para o/a docente da terceira entrância (cidades) e 3:600\$000 para o/a docente da quarta entrância (capital).

Essa questão também se faz presente nos relatórios de Instrução Pública de 1897, o último localizado desse governo, referente às ações governamentais do ano anterior, de José de Mello Carvalho Moniz Freire. Ao final do governo, observa-se a continuidade da atuação de docentes leigas e a desvalorização por elas sofrida, considerando-se que, na falta de docentes habilitados, possivelmente pela Escola Normal, tornava-se necessário, contratar aqueles/as que não tivessem formação. Nas palavras do diretor da Instrução Pública do estado, Dr. Alexandre Vaz Tavares:

*<<para as escolas do sexo masculino somos obrigados a lançar mão frequentemente de cidadãos sem estudos especiaes para o cargo, dispondo apenas de conhecimentos limitadissimos, que poucas vantagens podem offerecer, mas que justificam o rifão popular: - DE DOIS MALES O MENOR: >> pelo que, (continúa aquelle Director da Instrucção), não temos outro remedio senão utilisal-os, para não deixar muitas escolas inteiramente acephalas, e muitas crianças sem um arremedo sequer de instrucção (Espírito Santo, 1897, p. 11, grifo do autor).*

Discursos como o mencionado, caracterizam o período governamental compreendido entre a administração de Moniz Freire (1892-1896) e o governo de Jeronymo Monteiro (1908-1912). As mensagens oficiais dos governos de Graciano dos Santos Neves (1896-1897), José Marcellino Vasconcelos (1898-1900), do segundo mandato de Moniz Freire (1900-1904) e do Coronel Henrique da Silva Coutinho (1904-1908) revelam uma tendência recorrente de atribuir aos docentes do ensino primário, frequentemente descritos como pouco qualificados e de conduta inadequada, a responsabilidade pela baixa qualidade do ensino e pelos elevados gastos públicos decorrentes de sua atuação, à medida que também são contratados para suprir temporariamente a carência de normalistas.

Esses discursos ocorrem no momento em que o estado atravessava uma crise econômica que perpassa todo o período republicano contemplado no recorte dessa pesquisa, tendo em vista a dívida com a união herdada do modelo de governo imperial, os empréstimos e os créditos suplementares adquiridos pelo estado nos primeiros governos estaduais republicanos. Essas circunstâncias parecem reforçar a atuação e a desvalorização da docência exercida principalmente por não normalistas. Como informa o presidente do estado, na mensagem de governo do ano de 1904:

Devo confessar que desconfio que muito dinheiro sahe dos cofres públicos improficuamente pela verba Instrução Publica; pois estou informado de que ha innumeras escolas onde o professor publico de tudo se occupa, menos de ensinar meninos, e isto acontece até em villas e cidades. Para cohibir esse abuso já aconselhei ao honrado cidadão que exerce as funções de Director da Instrução Publica que percorra todo o Estado e que me peça as providencias necessárias (Espirito Santo 1904, p. 22).

Esses apontamentos são reforçados em discursos posteriores pelo Presidente do estado, que revelava a necessidade de maior rigor nos exames que habilitavam os alunos do ensino primário como docentes provisórios. Desse modo, nas palavras de Henrique da Silva Coutinho, ao se referir à Instrução Publica,

Muito precisamos fazer para que a instrução primaria se eleve ao nível em que deve pairar. [...] Tem havido o necessário rigor nos exames afim de que não seja o professorado primário o valliacouto de ignorantes que procurem n' esse nobre ministério o ocio, remunerado pelo, cofres públicos (Espirito Santo, 1905, p. 19).

Diante dessas questões, observamos que, apesar de o estado adotar a contratação desses docentes como uma medida de emergência, pouco valor e prestígio recebiam, tanto em termos de remuneração, quanto pelo trabalho desenvolvido. A essas condições desfavoráveis, deve-se acrescentar a dificuldade de locomoção e acesso a escolas localizadas em regiões interioranas. Nesse contexto, os relatórios de Instrução Pública possibilitam um conhecimento mais detalhado do número de docentes que se encontravam em atuação, os locais em que exerciam o magistério e os dados quantitativos, conforme os Quadros<sup>14</sup> 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17 a seguir.

Quadro 11: Escolas de 1ª entrância mixtas do Estado do Espírito Santo (1908)

Numeros	Nomes das Professoras	Titulos	Localidades		Data da Nomeação	Criação da Cadeira
			Povoação	Município		
1	Octavia das Neves Simões	Normalista	Jucutuquara	Capital	Em 11 de Julho de 1908	Em 23 de Outubro de 1902
2			Caieriras	Capital		
3	Crenolina Alves	Provisoria	Campinho de Jucuhu	Capital	Em 22 de Fevereiro de 1908	
4	Maria da Silva Cezar	Provisoria	Queimado	Capital		Em 4 de Agosto de 1873
5	Maria Mercedes Nunes	Provisoria	Vale do Dezegano	Capital	Em 20 de Maio de 1908	
6	Petronilha A. Vidigal	Provisoria	Sapucaia	Vianna	Em 8 de Fevereiro de 1900	
7	Luiza Soares de Oliveira	Provisoria	Muquiçaba	Guarapary	Em 9 de Fevereiro de 1905	
8	Angelica de M. Paixão	Provisoria	Imbetiba	Piuma	Em 26 de Novembro de 1907	
9	Idalia Pessoa Serrat	Provisoria	Araguaya	Santa Izabel	Em 15 de Janeiro de 1908	
10	Joaquina Marques da Cunha	Provisoria	Marathayses	Itapemirim	Em 15 de Setembro de 1905	
11	Amélia de Almeida Rozeiro	Provisoria	Barra de Itapemirim	Itapemirim	Em 15 de Setembro de 1905	8 de Março de 1884
12	Delphina de Amorim Ramos	Provisoria	C. do Rio Novo	Rio Novo	Em 10 de Agosto de 1906	
16	Paulina Julia da Silveira	Provisoria	S. Sebastião do Occidente	Alegre	Em 12 de Maio de 1905	Em 12 de Maio de 1905
17	Joanna Passos	Provisoria	Mangarahy	Santa Leopoldina	Em 14 de Agosto de 1907	Em 15 de Julho de 1885
18	Joanna Amelia C. Martins	Provisoria	S. João de A. Chaves	Alfredo Chaves	Em 13 de Março de 1905	Em 15 de Julho de 1898
19	Odila Loreto	Provisoria	Araçatiba	Vianna	Em 17 de Fevereiro de 1908	Em 26 de Novembro de 1907
20	Zulmira Moraes	Provisoria	Porto de Cariacica	Cariacica	Em 12 de Fevereiro de 1908	
21	Maria Pivante	Provisoria	Jaboty	Guarapary	Em 25 de Fevereiro de 1908	
22	Maria A. Baracho Barcellos	Provisoria	Mehype	Guarapary	Em 24 de Janeiro de 1908	
23	Adelina Lyrio Mullulo	Normalista	Porto das Argolas	C. do Espirito Santo	23 de Outubro de 1882	Em 1º de Fevereiro de 1905

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 16).

Quadro 12 - Escolas do sexo masculino, de 1ª Entrância, do Estado do Espírito Santo (1908)

Números	Nomes das Professoras	Títulos	Localidades		Data da Nomeação	Criação da Cadeira
			Povoação	Município		
1	José Pinto da Silva	Provisorio	Ponta da Fruta	Espirito Santo	Em 29 de Fevereiro de 1908	Em 3 de Junho de 1855
2	Antonio Joaquim de Castro	Provisorio	Valla do Souza	Alegre	Em 6 de Março de 1908	
3	Leovigildo A. do Patrocínio	Provisorio	Camboapina	Capital	Em 15 de Fevereiro de 1908	Em 18 de Janeiro de 1893
4	João Pinto Carneiro	Provisorio	Barra do Jucú	Capital	Em 10 de Dezembro de 1904	Em 28 de Setembro de 1850
5	João Pinto Machado	Provisorio	Porto de Cariacica	Capital	Em 28 de Setembro de 1905	
6	José Pereira da Cruz	Provisorio	Sapucaia	Campinho	Em 1º de Março de 1900	Em 28 de Dezembro de 1896
7	Esmerino Gonçalves	Provisorio	Itanguá	Cariacica	Em 19 de Março de 1908	
8	Manoel Francisco P. Calmon	Provisorio	Baixo Guandú	Linhares	Em 14 de Março de 1908	Em 16 de Setembro de 1873
9	José Joaquim de Siqueira	Provisorio	Itaiobaia	Capital	Em 7 de Fevereiro de 1907	
10	João da Cruz Pereira Fraga	Provisorio	Campinho da Serra	Serra	Em 11 de Janeiro de 1908	
11	Augusto Monteiro S. Nogueira	Provisorio	Biriricas	Vianna	Em 20 de Março de 1908	Em 7 de Março de 1896
12	Francisco Rodrigues da Rocha	Provisorio	Jacarahype	Serra	Em 5 de Abril de 1908	
13	Tancredo Ferreira A. Souza	Provisorio	Pitanga	Capital	Em 24 de Janeiro de 1908	
14	Cesar Cabral da Silva	Provisorio	Itaunas	Conceição da Barra	Em 22 de Maio de 1907	Em 26 de Setembro de 1850
15	Silvano Augusto de Carvalho	Provisorio	Rodeio	Piuma	Em 13 de Fevereiro de 1907	Em 28 de Outubro de 1890
16	Sebastião da Luz Junior	Provisorio	Santa Joanna	Affonso Claudio	Em 22 de Abril de 1908	
17	Apparicio Soulinho Alvarenga	Provisorio	Ribeirão	Riacho	Em 14 de Abril de 1908	
18	Titó Vieira Falcão	Provisorio	Pedanga	Pau Gigante	Em 1º de Fevereiro de 1907	
19	Horacio Plinio do Nascimento	Normalista	Porto de Argollas	C. do Espirito Santo		Em 5 de Março de 1908

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 17).

Quadro 13 – Escolas do Sexo masculino de 2ª **entrança** do Estado do Espírito Santo (1908)

Numeros	Nomes das Professoras	Titulos	Localidades		Data da Nomeação	Creação da Cadeira
			Povoação	Município		
1	João Pinto Machado	Provisorio	Cariacica	Cariacica	Em 30 de Fevereiro de 1908	
2	João Pinto Bandeira	Provisorio	Vianna	Vianna	Em 7 de Fevereiro de	
3	Manoel José Nunes Junior	Provisorio	Collatina	Linhares	Em 15 de Janeiro de 1908	Em 15 de Janeiro de 1908
4	José Giestas	Provisorio	Affonso Claudio	Affonso Claudio	Em 21 de Fevereiro de 1907	
5	José Dias da Cunha	Provisorio	Piuma	Piuma	Em 27 de novembro de 1907	Em 19 de Julho de 1853
6	João Pereira Filho	Provisorio	Nova Almeida	Nova Almeida	Em 27 de Fevereiro de 1908	
7	Washington Pinheiro Meirelles	Provisorio	Itapemirim	Itapemirim	Em 22 de Fevereiro de 1908	
8	Alfredo Lemos	Provisorio	Conceição do Castello			
9	Ozorio de Paula Vianna	Provisorio	Rio Novo	Rio Novo	Em 19 de Fevereiro de 1895	Em 29 de Julho de 1868
11	Francisco Pereira dos Santos	Provisorio	Pau Gigante	Pau Gigante	Em 1º de Fevereiro de 1907	Em 11 de Dezembro de 1884
12	Arnulpho Mattos	Provisorio	Ponte de Itabapoana	Ponte de Itabapoana	Em 13 de Outubro de 1906	Em 28 de Abril de 1890
13	Mario Lopes de Rezende	Provisorio	Calçado	Calçado	Em 7 de Fevereiro 1907	Em 30 de Outubro de 1872
14	Pedro José de Souza	Provisorio	Rio Pardo	Rio Pardo	Em 23 de Abril de 1907	
15	Aristides Costa	Provisorio	Alegre	Alegre	Em 21 de Outubro de 1898	Em 13 de Julho de 1860
16	João Augusto de Lemos	Provisorio	Santa Thereza	Santa Thereza	Em 20 de Abril de 1906	Em 8 de Maio de 1884

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 18).

Quadro 14: Escolas Mixtas de 2ª entrância do Estado do Espírito Santo (1908)

Numeros	Nomes das Professoras	Titulos	Localidades		Data da Nomeação	Criação da Cadeira
			Povoação	Município		
1	(*) <sup>14</sup>		Vianna	Vianna		
2	Ernestina França Pessôa	Provisoria	Cariacica	Cariacica	Em 19 de Abril de 1905	Em 4 de Agosto de 1873
3	Branca de Navarro Marins	Provisoria	Santa Izabel	Santa Izabel	Em 4 de Abril de 1908	
4	Joanna de Azevedo Hitchings	Provisoria	Villa do Campinho	Santa Izabel	Em 26 de Janeiro de 1905	Em 8 de maio de 1884
5	Margarida Beiriz O. Costa	Provisoria	Piuma	Piuma	Em 19 de Fevereiro de 1907	Em 31 de Dezembro de 1884
6	Maria Apollinaria Vieira	Provisoria	Iconha	Piuma		
7	Salustiana Machado Thevenard	Normalista	Itapemirim	Itapemirim		
8	Fanny dos Santos Gonçalves	Provisoria	Rio Novo	Rio Novo	Em 31 de Março de 1905	Em 1º de Dezembro de 1892
9	Lydia Vasconcellos Azevedo	Provisoria	Ponte de Itabapoana	Ponte de Itabapoana		Em 8 de Abril de 1890
10	Christina Gomes Medina	Provisoria	S. José do Caçado	Caçado		Em 7 de Agosto de 1873
11	Priama Rios Vieira	Provisoria	Rio Pardo	Rio Pardo	Em 9 de Junho de 1904	Em 7 de Agosto de 1873
12	Anna Mauricia M. de Paiva	Provisoria	Alegre	Alegre	Em 12 de Agosto de 1904	Em 7 de Agosto de 1873
13	Maria Alves da Motta e Silva	Provisoria	Alfredo Chaves	Alfredo Chaves	Em 23 de Março de 1906	Em 4 de Outubro de 1890
14	Luiza Silvina Jardim	Provisoria	Pau Gigante	Pau Gigante	Em 11 de Março de 1905	Em 4 de Agosto de 1863
15	Zenobia Horlencia Leão	Provisoria	Nova Almeida	Nova Almeida		Em 17 de Novembro de 1864
16	Izabel Ferreira Dias	Provisoria	Linhares	Linhares	Em 11 de Abril de 1907	Em 17 de Novembro de 1864
17	Candida Clementina V. Calmon	Normalista	Collatina	Collatina	Em 11 de Julho de 1908	
18	Joanna Amelia da C. Martins	Provisoria	Affonso Claudio	Affonso Claudio		
19	Cecilia Lauriano B. Lessa	Provisoria	Santa Thereza	Santa Thereza	Em 24 de Maio de 1892	Em 4 de Abril d 1892
20	Andreлина Espindula Souza	Provisoria	Mascarenhas	Linhares	Em 25 de Abril de 1908	Em 25 Abril de 1908

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 19).

<sup>14</sup> Escola vaga.

Quadro 15: Escolas do Sexo Masculino, 3ª Entrância, do Estado do Espírito Santo (1908)

Numeros	Nomes das Professoras	Titulos	Localidades		Data da Nomeação	Creação da Cadeira
			Povoação	Município		
1	Francisco Aleixino Almeida	Provisorio	Guarapary	Guarapary	Em 3 de Abril de 1908	Em 30 de Outubro de 1872
2	Ernesto Pereira do Nascimento	Provisorio	Anchieta	Anchieta	Em 4 de Maio de 1908	
3	Quintiliano F. de Azevedo	Provisorio	Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	Em 24 de Maio de 1898	Em 27 de Junho de 1857
4	Carlos Justiniano de Mattos	Provisorio	S. Pedro de Itabapoana	S. Pedro de Itabapoana	Em 24 de Março de 1908	Em 30 de Outubro de 1892
5	João Faria Bicalho	Provisorio	Moniz Freire	Moniz Freire	Em 25 de Setembro de 1906	
6	Clementino Peixoto da Silva	Provisorio	São Matheus	São Matheus	Em 12 de Fevereiro de 1908	
7	Manoel Antonio Franco	Provisorio	Santa Leopoldina	Santa Leopoldina	Em 18 de Abril de 1895	Em 30 de Outubro de 1892
8	Augusto Raphael de Carvalho	Provisorio	Santa Cruz	Santa Cruz		
9	João Loyola P. Borges	Provisorio	Serra	Serra		

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 20).

Quadro 16: Escolas Mixtas de 3º Entrância do Estado do Espírito Santo (1908) (Continua)

Numeros	Nomes das Professoras	Titulos	Localidades		Data da Nomeação	Creação da Cadeira
			Povoação	Município		
1	Orminda Escobar	Provisoria	Guarapary	Guarapary	Em 10 de Julho de 1905	Em 17 de Novembro de 1874
2	Ernestina Miranda	Provisoria	Benevente	Benevente	Em 28 de Março de 1898	Em 17 de Novembro de 1864
3	Alzira dos Santos Leal	Provisoria	Santa Cruz	Santa Cruz	Em 6 de Abril de 1905	
4	Marianalia Lima	Provisoria	Conceição da Barra	Conceição da Barra	Em 20 de Agosto de 1907	
5	Maria Camilla Rios Motta	Provisoria	São Matheus	São Matheus	Em 20 de Outubro de 1906	
6	Aurora Gonçalves Norbim	Provisoria	Santa Leopoldina	Santa Leopoldina	Em 5 de Março de 1908	
7	Corina Filgueira Mendes	Provisoria	S. Pedro de Itabapoana	São Pedro de Itabapoana	Em 19 de Outubro de 1906	Em 24 de Julho de 1854
8	Maria Duarte Soares	Provisoria	Moniz Freire	Moniz Freire		

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 21)

Quadro 16: Escolas Mixtas de 3º Entrância do Estado do Espírito Santo (1908) (conclusão)

Numeros	Nomes das Professoras	Títulos	Localidades		Data de Nomeação	Criação da Cadeira
			Povoação	Município		
9	Elvira Calmon Pereira De Aguiar	Provisoria	Serra	Serra	Em 18 de Maio de 1892	Em 18 de Maio de 1864
10	Claudina Constantina Barboza	Provisoria	Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	Em 5 de Março de 1905	Em 20 de Fevereiro de 1890
11	Alzira B. Cunha de Amorim	Provisoria	Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim	Em 28 de Abril de 1890	Em 27 de Junho de 1857
12	Maria José Faria Vellozo	Normalista	Cidade do Espírito Santo	Cidade do Espírito Santo	Em 3 de Agosto de 1904	Em 17 de Novembro de 1864
13	Maria Marcolina M. Neves	Normalista	Cidade do Espírito Santo	Cidade do Espírito Santo	Em 10 de Dezembro de 1904	

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 21).

Quadro 17 - Escolas de 4ª Entrância, do Espírito Santo (1908)

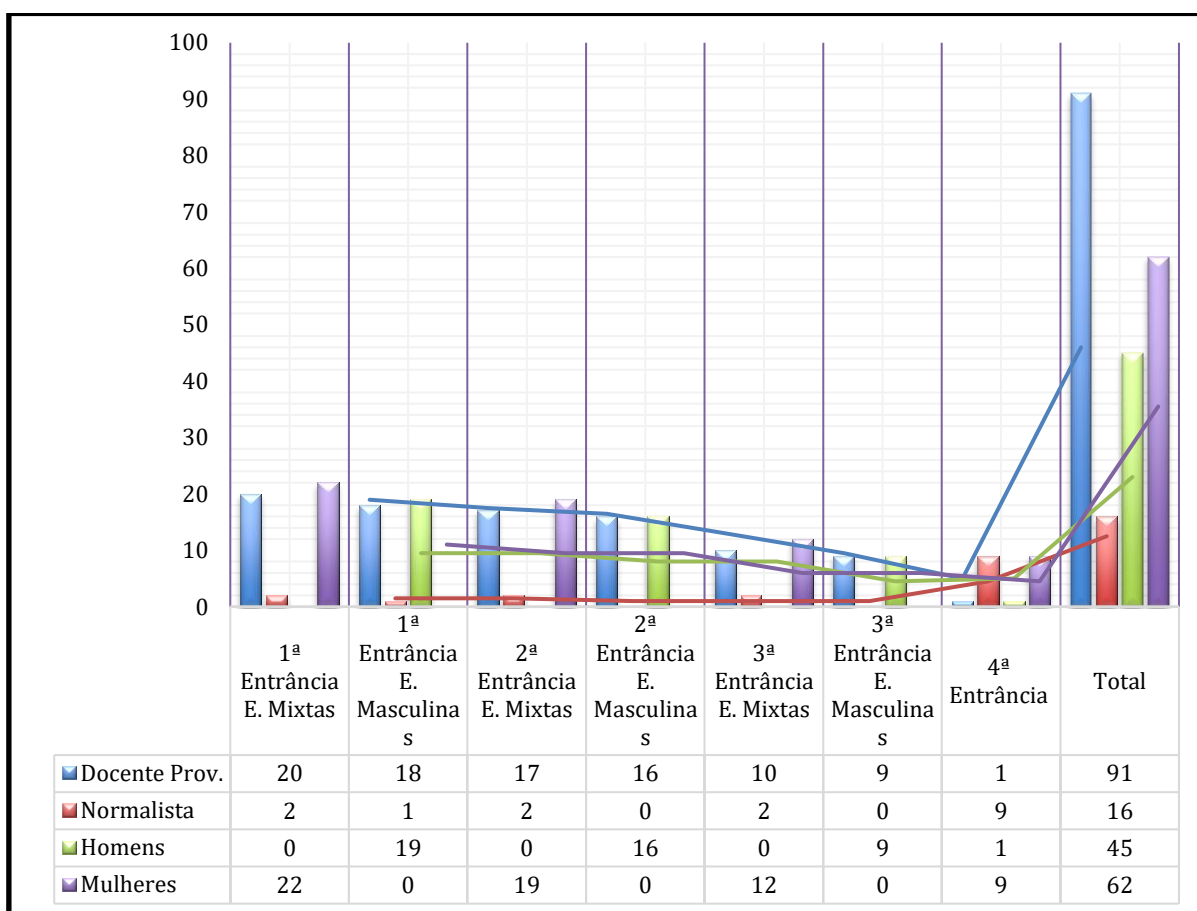
Numeros	Nomes das Professoras	Títulos	Classificação	Localidades	Data da Nomeação	Criação da Cadeira
1	José Francisco de L. Horta	Normalista	4ª Cadeira sexo masculino	Capital	Em 17 de Janeiro de 1866	Em 25 de Junho de 1847
2	Amancio Pinto Pereira	Normalista	2ª Cadeira sexo Masculino	Capital	Em 6 de Junho de 1888	
3	Candida Marques P. Povoá	Normalista	1ª Cadeira sexo Mixta	Capital	Em 27 de Fevereiro de 1882	Em 18 de Março de 1853
4	Arminda Argentina Lyrio	Normalista	2ª Cadeira sexo Mixta	Capital	Em 1º de Fevereiro de 1905	
5	Thereza Freitas Calazans	Provisoria	3ª Cadeira sexo Mixta	Capital	Em 31 de Julho de 1896	Em 27 de Abril de 1893
6	Maria Luiza Otten S. Pinto	Normalista	4ª Cadeira sexo Mixta	Capital	Em 13 de Junho de 1890	Em 13 de Junho de 1890
7	Licina Mullulo Fortes	Normalista	5ª Cadeira sexo Mixta	Capital		
8	Octavia das Neves Simões (*)	Normalista	6ª Cadeira sexo Mixta	Capital	Em 11 de Agosto de 1906	
9	Adalgisa A. da Fonseca e Silva	Normalista	7ª Cadeira sexo Mixta	Capital	Em 21 de Maio de 1904	Em 21 de Maio de 1904
10	Corinna Placida de Lyrio Salles	Normalista	8ª Cadeira sexo Mixta	Capital	Em 15 de Janeiro de 1908	Em 15 de Janeiro de 1908

Fonte: Espírito Santo (1908, p. 21).

Os dados apresentados estão indicados no primeiro relatório da Directoria da Instrução Publica Primaria e Secundaria do governo de Jerônimo Monteiro, em 1908, elaborados pelo director da Instrução Dr. Henrique A. Cerqueira Lima. Ao analisar esses dados, apresentados nos

quadros organizados por entrâncias, observa-se que, nas primeiras, segundas e terceiras entrâncias, há uma predominância da atuação de docentes provisórios. Em contrapartida, nas escolas de quarta entrância, localizadas na capital, verifica-se o predomínio de docentes normalistas. Assim, ainda que haja a presença de alguns docentes normalistas atuando nas demais entrâncias, conforme indicado nos quadros analisados, sua representatividade é significativamente menor. Conforme exposto no Gráfico 3, abaixo.

Gráfico 3 – Dados quantitativos dos docentes referentes ao ano de 1908 no Espírito Santo.



Fonte: Elaboração Própria (2025).

No que concerne à atuação docente por gênero, constata-se que, há uma predominância da atuação feminina. Desse modo, dos 107 docentes, 45 eram homens e 62 mulheres<sup>15</sup>. Entretanto, vale ressaltar que os dados indicam que nas escolas masculinas, somente homens exerciam a docência, enquanto, nas escolas mistas, predominava a atuação feminina. Já no que se refere à

<sup>15</sup> A análise do Relatório de Instrução Pública de 1908, nos permite reafirmar que apesar da presença de homens no magistério, havia uma predominância feminina em atuação. Nos ajuda a entender, também, que a maioria dos homens atuava em escolas do sexo masculino, localizadas em regiões de 1ª, 2ª e 3ª entrância.

atuação por formação, observamos uma predominância de docentes provisórios, sendo 91 provisórios e 16 normalistas.

Almeida (1998), nos convida a compreender a predominância feminina no magistério. Decorrente de desdobramentos históricos, marcados por lutas sociais femininas, tomando força ao longo de anos. Esse teria sido o primeiro, resultado da Proclamação da República brasileira, que ao impulsionar a urbanização e a industrialização, contribuiu para que muitos homens deixassem a profissão docente em busca de outros trabalhos. Contudo, para além das cadeiras vagas, havia ainda a ampliação da Instrução Pública feminina tendo em vista os preceitos republicanos de expansão do ensino. Almeida (1998), aponta que esse processo inicialmente não foi bem aceito pelos homens, os quais frequentemente ocupavam espaços de poder na sociedade e nas instituições de ensino. Diante disso, os discursos de desqualificação do trabalho desempenhado pelas mulheres, tornou-se comum.

Os fios que conduzem à constituição da docência leiga no Espírito Santo, nos indicam que a Instrução Pública somente aparece com maior ênfase nas pautas políticas, a partir do governo do presidente do estado Jeronymo de Souza Monteiro (1908). Este aspecto fica evidente nas mensagens de governo, nos relatórios de Instrução e na legislação local.

Nesse sentido, é fundamental compreendermos as relações de força que contribuíram para esse movimento. Salim e Manso (2016), entendem que os períodos marcados pela reforma educacional de Gomes Cardim (1908-1909), implementada durante o governo Monteiro, e a reforma liderada por Attilio Vivacqua (1928-1930), constituíram-se como as duas grandes fases da penetração do *escolanovismo* no Brasil. Segundo as autoras,

A primeira fase, período em que ocorreu a Reforma Cardim, vai dos últimos anos do Século XIX até a segunda década do Século XX e corresponde ao momento inicial de propagação das novas ideias e da criação das condições facilitadoras para o mais amplo movimento que ocorreria nos anos posteriores. A segunda fase, período da Reforma Vivacqua, começou a partir da década de 1920 e marcou a difusão sistemática dos ideais da Escola Nova e as primeiras tentativas governamentais de promover, na prática, uma nova estruturação das instituições escolares (Salim; Manso, 2016, p. 26).

Nesse contexto de expansão dos ideais pedagógicos *escolanovistas*, o estado de São Paulo abrigava o setor oligárquico modernizador, que desempenhou um papel fundamental na uniformização do processo de implantação da República (Carvalho, 2000). Desse modo, desde

o princípio, aquele estado passa a representar o signo do moderno e do progresso almejados para a nação brasileira, inclusive no âmbito educacional, destacando-se a adoção do método intuitivo de ensino em escolas paulistas, a partir da Reforma Caetano de Campos.

Nesse cenário, era frequente que líderes e representantes de diferentes estados brasileiros viajassem a São Paulo para absorver ideias modernas e implementá-las em suas regiões. Nesse contexto, Novaes (2020) destaca que Jerônimo Monteiro também se desloca para São Paulo em busca de soluções e inspirações para modernizar o Espírito Santo. Como resultado, ele convida o paulista Carlos Alberto Gomes Cardim para colaborar no desenvolvimento do ensino no estado. Simões e Salim (2012), apontam que a reforma de Gomes Cardim (1908-1909) representava a modernização da Instrução Pública, principalmente por meio da criação dos Grupos Escolares.

Como observa Faria Filho (2000), pelo projeto para a Instrução Pública (leia-se especialmente a criação dos grupos escolares) os republicanos procuravam materializar aspirações da República brasileira. Nessa linha de pensamento, Monteiro buscava promover a ideia de desenvolvimento republicano por meio da educação, postulando que

Em um paiz republicano, onde os indivíduos, conscientes dos seus direitos, devem sentir-se Habilitados para defendel-os ; onde os concidadãos, em comícios geraes, têm obrigação de organizar os seus governos— é missão sagrada do administrador proporcionar ao povo todas as facilidades para se instruir e educar. E ' dever primordial do Governo ministrar aos seus subordinados, mesmo com obrigatoriedade, a verdadeira instrucção que os prepare para as lutas da vida. Com tal orientação e sentindo o pezo das graves responsabilidades della decorrentes, não vacillei em submeter-me ao pezadissimo encargo de reformar, por completo, o serviço da instrucção entre nós. Para isto convidei, de S. Paulo, o emerito educador Dr. Carlos Alberto Gomes Cardim, cuja competência e preparo são assas conhecidos, e cujo zelo e dedicação pela causa da instrucção constituem o seu melhor e mais precioso padrão de gloria (Espírito Santo, 1908, p. 20)

A partir dessa fala, nota-se o quanto o ensino de São Paulo e pessoas que trabalhavam no contexto paulista eram valorizadas naquele momento, além do fato de que a educação passa a compor, de modo mais consolidado, as pautas para um estado republicano. Desse modo, algumas mudanças quanto à organização da Instrução Pública primária e secundária, são realizadas durante o governo de Jeronimo Monteiro, por meio da lei nº 545 de 16 de novembro de 1908.

Art. 3º O ensino primário será dado pelas escolas isoladas (diurnas e nocturnas), pelas escolas reunidas, pelos grupos escolares e pela Escola Modelo, anexa á Escola

Normal. Art. 4º O ensino secundário será ministrado pelo Gymnasio do Estado equiparado ao Gymnasio Nacional, ou por aquelle que, em idénticas condições, fôr subvencionado pelo Estado. Art. 5º O ensino secundário profissional será ministrado pela Escola Normal do Estado. **Art 6º As escolas estadoaes serão classificadas por entrancias, conforme as suas sedes, do modo seguinte: Primeira – as escolas urbanas do município da Capital. Segunda – as escolas situadas num raio de seis kilometros do centro da Capital, as da cidades de Cachoeiro do Itapemirim, Porto do Cachoeiro, S. Matheus e Espirito Santo. Terceira – as escolas das sedes dos outros municípios e das povoações que tiverem sido sedes de município. Quarta – as demais escolas (Espirito Santo, 1909, p. 38-39, grifo nosso).**

Mesmo diante dessas mudanças iniciais expressas na lei de nº 545, de 16 de novembro de 1908, a “tabella de vencimentos” indicada no art. 70, sinaliza permanências das adversidades enfrentadas pelos docentes desde 1893, durante a reforma do ensino de Muniz Freire, como analisado inicialmente.

Quadro 18 - Vencimentos dos profissionais da instrução publica (1908)

CATHEGORIAS	ORDENADO	GRATIFICAÇÃO	TOTAL
Inspector Geral da Instrução	6:400\$000	3:200\$000	9:600\$000
Isnpector Escolar	2:800\$000	:400\$000	4:200\$000
<b>ESCOLA NORMAL</b>			
Lentes	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professores contractados (mediante ajuste prévio)			
Amanuense e inspectora de alumnas	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Secretario		1:800\$000	1:800\$000
Porteiro	1:000\$000	500\$000	1:500\$000
Continuo	800\$000	400\$000	1:200\$000
Sevente		600\$000	600\$00
<b>ESCOLA MODELO</b>			
Professores	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
<b>GRUPOS ESCOLARES</b>			
Director	2:400\$000	1:200\$000	3:600\$000
Professores	2:160\$000	1:080\$000	3:240\$000
Porteiro	800\$000	400\$000	1:200\$000
Servente		600\$000	600\$000
<b>ESCOLAS REUNIDAS</b>			
Director	2:160\$000	1:080\$000	3:240\$000
Professores	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Servente		600\$000	600\$000
<b>ESCOLAS ISOLADAS</b>			
Primeira entrancia	2:000\$000	1:000\$000	3:000\$000
Segunda entrancia	1:600\$000	800\$000	2:400\$000
Terceira entrancia	1:200\$000	600\$000	1:800\$000
Quarta entrancia	960\$000	480\$000	1:440\$000
Escolas nocturnas		1:200\$000	1:200\$000

Fonte: ESPÍRITO SANTO (1909, p. 57).

No Quadro 18, apesar das mudanças propostas no âmbito educacional observa-se a permanência da diferença salarial entre os docentes, não somente de acordo com a entrância, ou seja, localização das escolas, mas agora também privilegiando aqueles/as que atuavam na

Escola Modelo (anexa à Escola Normal), que funcionava como um centro irradiador do método analítico<sup>16</sup> para a formação de professores (3:600\$000); do recém-criado Grupo Escolar (3:240\$000) e das Escolas Reunidas (3:000\$000), formadas pela junção de escolas isoladas (Novaes, 2020).

Assim como na reforma de Moniz Freire (1892), as entrâncias também passam a definir o salário dos/as docentes nesse momento. Dessa maneira, quanto às escolas isoladas da primeira entrância (escolas urbanas da capital), havia um salário de 3:000\$000; já a segunda entrância (escolas situadas num raio de 6 km da capital; Cachoeiro do Itapemirim; Porto do Cachoeiro; S. Matheus e Espírito Santo), com um salário de 2:400\$000; seguida da terceira entrância (escolas das sedes dos outros municípios e das povoações que tiverem sido sedes de município), com o salário de 1:800\$000, como também, da quarta entrância (demais escolas) com o salário de 1:400\$000 e as escolas nocturnas com 1:200\$000.

Em linhas gerais, tanto no Governo Muniz Freire como no Governo Jerônimo Monteiro, observa-se a atuação de um número maior de docentes provisórios nas áreas mais afastadas da capital. Apesar das alterações relacionadas às entrâncias dessas escolas instituídas pela Reforma Cardim, as diferenças salariais permaneciam, como se observa no quadro 18.

Ao analisarmos a lei nº 545, de 16 de novembro de 1908 identificamos, pela primeira vez, a menção aos chamados professores habilitados em concurso. A análise dessa legislação leva-nos à compreensão de que essa nomenclatura faz referência aos docentes primários provisórios, agora sob nova denominação e obedecendo a critérios mais definidos.

Art. 54. O quadro dos professores do Estado continuará a ser composto: a) Dos lentes e professores effectivos da Escola Normal e do Gymnasio; b) Doas actuaes professores primários effectivos; c) Dos professores primários formados pela Escola Normal; d) **Dos professores primários que se habilitarem, em concurso, perante uma comissão examinadora, composta de lentes da Escola Normal e presidida pelo Inspector Geral da Instrucção Publica** (Espírito Santo, 1909, p. 52, grifo nosso).

Quando analisamos essa lei e o relatório de ensino de 28 de julho de 1909, elaborado pelo Inspetor Geral do Ensino Carlos Alberto Gomes Cardim, fica evidente que os professores formados a partir do método de ensino analítico e os que tiveram acesso ao Congresso

Pedagógico Espírito Santense<sup>16</sup>, realizado também na capital, foram docentes normalistas efetivos ou professores primários habilitados pela Escola Normal, que também atuavam e residiam na capital do estado. Isso, levando-se em conta os altos custos de locomoção e estadia que essa participação poderia representar para os docentes das áreas mais remotas, e a ausência de informações no Relatório de 28 de julho de 1909, na lei nº 545, de 16 de novembro de 1908, e na mensagem de governo referente ao ano de 1909, quanto às demais classes de professores.

Desse modo, para solucionar a precariedade da formação docente, medidas herdadas do período do governo anterior (Moniz Freire) reaparecem como signo do “novo”. Por exemplo:

Art. 58 Os actuaes professores públicos primários continuarão a ser de livre remoção e demissão do Presidente do Estado, que usará dessa faculdade, como convier melhor ao interesse publico. [...] Art. 59. Para ser admitido à regência das escolas primarias, no regimen provisório, é mister que, em exame perante uma comissão constituída por lentes da Escola Normal, o candidato prove saber: 1) Ler e escrever correctamente, fazendo interpretações fieis de trechos lidos. 2) Os mecanismos da língua portuguesa. 3) Effectuar com presteza as operações fundamentadas da arithimetica, fracções ordinárias e decimais, systema metricao decimal e proporções. 4) Noções de Geometrizza. 5) Noções de Geographia Geral do Brazil. Especialmente do Estado do Espirito Santo, Constituição Federal e Estadual. 6) História do Brazil. 7) Sciencias Physicas e Naturaes. 8) Desenho. 9) Musica. 10) Gymnastica (Espirito Santo, 1909, p. 53 – 54).

Diante do exposto, possivelmente por conta da Reforma do ensino, observa-se um certo cuidado na referência a professores provisórios, agora referidos como professores primários habilitados em “regimen provisório”, conforme o Art. 59 da lei nº 545 de 1908. Esses são, também, os mesmos professores de concurso, identificados na mesma lei. Ambas as nomenclaturas e os critérios que deveriam atender no processo de seleção, conhecimentos prévios, remetem aos conhecimentos advindos da habilitação pelas escolas primarias, como se lê na lei nº 545 de 1908:

Art. 60 Os actuaes professores primários que quiserem vir habilitar-se na Escola Normal, poderão requerel-o ao Presidente do Estado, e, sendo atendidos, terão durante todo o curso dous terços dos seus vencimentos, salvo si forem reprovados ou perderem qualquer dos anos, casos em que perderão a licença com as prerrogativas da lei.

---

<sup>16</sup> Congresso realizado durante a Reforma do Ensino de Carlos Alberto Gomes Cardim, com o intuito de contribuir com a formação docente, a partir do novo método de ensino. Sobre isso, o relatório de ensino, apresentado ao presidente do estado Jeronymo de Souza Monteiro, pelo Inspetor Geral de Ensino, Carlos Alberto Gomes Cardim, indica que: “Durante o tempo que permaneceram nesta capital, os professores frequentaram aulas, distribuídas pelas escolas da capital, onde tiveram ocasião de acompanhar a marcha do ensino moderno, concorrendo, á noite, ás sessões do Congresso Pedagógico. O escol da sociedade espirito santense, correu cheio de intenso entusiasmo para assistir ás sessões, ressarcindo, com o vivo interesse que demonstrava, os sacrificios realizados pelos dignos preceptores do Estado. As sessões realizaram se no vasto salão da escola modelo *Jeronymo Monteiro*, que se tornou pequeno para conter o grande numero de assistentes” (Espirito Santo, 1909, p. 35).

§Único. O presidente do Estado só concederá licença para os professores virem habilitare-se na Escola Normal, quando convier ao ensino. Art. 61 O professor primário, por concurso que por espaço de cinco anos, tenha prestado bons serviços e obtido bons termos de visita e boa classificação, só perderá o direito á sua cadeira se esta fôr suprimida ou transferida pelo Presidente do Estado. [...] Art. 63. Os professores primários, habilitados por concursos, não poderão ser nomeados para cadeira na Capital, a não ser temporariamente, enquanto não houver normalista que a requeira. Art. 64. Desde que o professor, habilitado por concurso, não esteja nas condições do arti 61, perderá o direito á cadeira, quando qualquer professor normalista a requerer (Espírito Santo, 1909, p. 54-55).

Os sinais de que o curso complementar e o Congresso Pedagógico Espírito Santense realizado durante a Reforma Cardim, não eram direcionados aos docentes habilitados pelo ensino primário, ganham força a partir da análise dos artigos anteriores, uma vez que não identificamos o movimento consolidado em formar ativamente essa classe docente. O art. 60 da lei n. 545 de 1908, estabelece que professores primários admitidos como provisórios podiam solicitar uma licença para a formação na Escola Normal. Entretanto, nem sempre isso era possível, pois necessitava da aprovação do Presidente do estado. Caso isso ocorresse, o estado arcaria com a licença do docente, mais o salário de quem o substituísse.

Já o art. 61 da mesma lei, aponta que a boa conduta moral, ética e os costumes dos professores, somadas ao tempo de cinco anos de trabalho docente, tornava-se mais importante que a formação pela Escola Normal, ao passo que o aumento do número de docentes habilitados por concurso atuando nas regiões distantes da capital, passa a ser potencializada pelo art. 63. Tal medida está ligada ao modelo reformador do Governo Monteiro, o qual focava seus esforços na modernização da capital, como signo do republicanismo.

Diante da atuação de docentes leigos sob a nomenclatura de "docentes de concurso", a análise realizada por Alencar (2016), referente ao município capixaba de São Mateus, evidencia a predominância desses profissionais nos anos subsequentes à reforma Gomes Cardim, em 1908. Além disso, observa-se a ausência de referências ao termo "docentes provisórios", tendo em vista a nova terminologia, alavancada a partir da referida reforma (ver Quadro 19).

Quadro 19 – Mapeamento dos professores de São Mateus (continua)

	Ano	1910-1919		1920-1921		1922-1923		1924		1927 a 1930	
	Escola	Professor(a) – Formação		Professor(a) – Formação		Professor(a) – Formação		Professor(a) – Formação		Professor(a) – Formação	
São Mateus	Masculina da cidade	João Baptista Sarmet	C	Agenor de Souza Lé	N	Agenor de Souza Lé	N	Agenor de Souza Lé	N	Zelia Neves Cunha	-
	Masculina da cidade	Olyntho Rodrigues Batalha	C	Aflordisio Carvalho da Silva	N	Aflordisio Carvalho da Silva	N	Aflordisio Carvalho da Silva	N	Oswaldo Cordeiro Marchiore	N
	Feminina da cidade	Aflordizia Maria da Conceição	N	Carmelina Rios	N	Carmelina Rios	N	Carmelina Rios	N	Carmelina Rios	N
	Mista da cidade	Claudina Constantina Barbosa		Euridice R. Rodrigues	N	Ubaldina Santo Amaro do Amaral	N	Vaga		Acelina Ramos de Assis Cunha	N
	Cadeira vaga da cidade									Aurélia Andrade Pimentel	N
	Escola da cidade de São Mateus			Antonio Vello (1920)						Newton Brandão/ Ubaldina Tatagiba	
	Mista particular da cidade									Maria Durão	C
	Mista particular da cidade									Rogoberto Ferreira da Silva	
	Masculina de Rio do Norte	Vaga									
	Masculina de Barra Nova	Vaga						Vaga			
	Mista de Santa Leocádia	Vaga		Ubaldina Santo Amaro do Amaral	N					Ubaldina Santo Amaro do Amaral	N
	Nova Venécia	Vaga		Vaga		Vaga		Zuleika Oliveira Fernandes		Cassilda Cunha Xavier	
	Barra do Rio Preto	Vaga						Vaga			
	Rio Preto (1921)			Vaga		Vaga		Vaga		Maria Elisa Rios	C
	Biriricas (1921)			Vaga		Vaga				Helena Moraes de Andrade	C
Santa Maria (1928)									Ondina Pirola	C	

Legenda: C (Concurso); N (Normalista)

Fonte: Alencar (2016, p. 97-98).

Quadro 19 – Mapeamento dos professores de São Mateus (conclusão)

	Ano	1910-1919		1920-1921		1922-1923		1924		1927 a 1930	
	Escola	Professor(a) – Formação		Professor(a) - Formação		Professor(a) – Formação		Professor(a) – Formação		Professor(a) – Formação	
	Tapuio (1927)									Maria Candida (dos Santos ou Senna)	N
	Taquarassú (1928)									Elida Maia Assumpção	C
	Kilometro 41 (1928)									Iracema Ramos	N
	Mista, particular de Villa Operária									Maria José Patrocínio	
	Masculina de Mariricu	Vaga						Vaga		Aguinaldo Guaynuby	
<b>C. da Barra</b>	Feminina da Cidade	D. Maria Ribeiro da Silva	C	Maria Ribeiro da Silva	C	Maria Ribeiro da Silva	C	Maria Ribeiro da Silva	C	Risoletta Pereira	
	Mista da cidade	D. Mariannali de Lima	C	Francelina C. Setubal	N	Francelina C. Setubal	N	Francelina C. Setubal	N	Norbertina Norbim de Oliveira	N
	Masculina da Cidade	Joaquim Ignácio da Fonseca	C	Cezar Cabral da Silva	C	Cezar Cabral da Silva	C	Cezar Cabral da Silva	C		
	Masculina da cidade					Luiz Barbosa de Gouveia (1923)		Assisolina de Assis		Bartouvino Costa/ Agenor de Souza Lé	N
	Masculina de Itaunas	Cezar Cabral da Silva	C	Vaga		Vaga				Newton Brandão	N
	Melheiros/Meleiras (1921)			Vaga		Vaga				Deolinda da Silva Lage (1929)	
	Mista de Santa Izabel									Luiza Bastos Faria	
	Santa Rosa (1924)									Argentina de Oliveira Carneiro	
	Mucuratá (1924)										
	Ipopoca (1924)										
	Guararema (1924)										
	Saué (1924)										
Sant'Ana (1927)										Luiz Barbosa de Gouvêa	

Legenda: C (Concurso); N (Normalista)

Fonte: Alencar (2016, p. 97-98).

Conforme indicam os dados analisados por Alencar (2016), observamos que os governos que atuaram no período entre a reforma do ensino de Gomes Cardim (1908-1909) e a reforma educacional posterior, implementada por Attilio Vivacqua (1928-1930), também enfrentaram a escassez de docentes normalistas, ao mesmo tempo em que mantiveram a contínua atuação dos professores de concurso. Isso é indicado nos quadros elaborados por Alencar (2016), que expressam o exercício de docentes de concurso (leigos/provisórios) entre os anos de 1910 e 1930, no município de São Mateus, localizado na região Norte do Espírito Santo.

Paralelamente, esses governos tenderam a exaltar os resultados da reforma implementada em 1908, enfatizando a educação como um instrumento essencial para o desenvolvimento do estado. Essa perspectiva é evidenciada como exemplo nas declarações do presidente do estado Marcondes Alves de Souza, em 1914.

A instrução sendo a mola real da civilização, deve ser cuidadosamente amparada pelos poderes públicos. Assim pensando, não tenho descuidado de promover os meios para o seu desenvolvimento e se mais não tenho feito é porque as rendas do Estado não me permitem. Adoptando um regimen severo de economia. Cortando vergas, suprimindo outras. Augmentei comtudo a despesa com a instrução publica creando e provendo escolas em todo o Estado. Infelizmente, porém há grande falta de professores para o interior do Estado. A maioria das normalistas não quer acceitar cadeiras no interior, poucas são as que se dispõem a deixar a capital. Justifica-se em parte esta recusa porque sendo a maioria das normalistas solteira e residente nesta capital, lucta com dificuldades para deixar sua família (Espírito Santo, 1914, p. 121).

Diante disso, identificamos a permanência de dois fatores que contribuíam para a prevalência da atuação de docentes leigos (provisórios e/ou de concurso): as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Estado e a escassez de normalistas em regiões fora da capital. Observa-se que poucos profissionais estavam dispostos a se deslocar para atuar em áreas mais remotas. É relevante destacar, ainda, que as instituições responsáveis pela formação de docentes normalistas estavam igualmente localizadas<sup>17</sup> na capital do estado, o que contribuiu essa distribuição desigual da força de trabalho docente.

Entre a reforma do Ensino de Gomes Cardim (1908-1909) e a Reforma implementada pelo secretário de Instrução Pública, Attilio Vivacqua (1928-1930), há um espaço de tempo de 20 anos, no qual o Espírito Santo foi governado por: Marcondes Alves de Sousa (1912-1915);

---

<sup>17</sup> Como indica o relatório de 1922 apresentado pelo secretário de Instrução Mirabeau Pimentel ao Presidente do Estado, havia, na capital, três instituições de formação de professores no ensino normal: o Gymnasio do Espírito Santo; a Escola Normal e o Collegio Nossa Senhora Auxiliador, este último, equiparado à Escola Normal.

Bernardino de Sousa Monteiro (1916-1920); Nestor Gomes (1920-1924), Florentino Ávidos (1924-1928) e Aristeu Borges de Aguiar (1928-1930). Diante disso, realizo o movimento de traçar vestígios da docência leiga, inclusive nesse período, a fim de compreender as descontinuidades e as permanências dessa atuação docente entre as reformas do ensino local.

Novaes (2020), indica que com o Decreto nº 43, de 5 de março de 1910, uma 5ª entrância<sup>18</sup> foi criada relativamente à classificação das escolas primárias e, conseqüentemente, o salário para os docentes das escolas isoladas dessas localidades era ainda menor. Para garantir a atuação docente nessas regiões, os concursos eram simplificados, impulsionando a precariedade da formação docente, ou seja, a contratação de professores sem habilitação pela Escola Normal. Como consequência, os conteúdos ofertados nessas localidades do meio rural estavam em discussão, pois pouca importância dava-se para a formação dos docentes em exercício nessas escolas.

Essa questão aparece na Mensagem de governo do presidente do estado Bernardino de Souza Monteiro, em 1916, na qual se lê:

Basta dizer que a capacidade dos candidatos ao professorado de 5ª entrância é apurada em concurso especial, pela exibição de rudimentaríssimos conhecimentos, podendo o candidato submeter-se a exame na sede do município, onde reside, perante o delegado litterario. Os concursos de 5ª entrância se afastam sempre do programma adoptado no ensino primário, e em regra habilitam para o magistério candidatos que não se acham absolutamente em condições de o exercer (Espírito Santo, 1916, p. 25 – 26).

Reafirma-se, desse modo, o impulsionamento da contratação de docentes leigos, a partir de concursos marcados pela pouca rigidez nos critérios de seleção. Diante dessas questões, Bernardino de Souza Monteiro, expõe em sua mensagem de governo do ano de 1917, as extinções das escolas de 5ª entrância através da lei nº 1.094. A partir dessa lei, nas palavras do presidente, vários professores de concurso foram dispensados e, outros, providos para as escolas rurais, após submeterem-se ao um novo exame de concurso. Quanto à formação desses docentes que atuavam nas extintas escolas de 5ª entrância, Monteiro dizia que,

A extinção dessas escolas produziu algum resultado, pois, dos candidatos que prestaram novo concurso perante a Directoria do Ensino Público, não foram poucos os excluídos por falta de conhecimento das matérias do programma. A' parte raras

---

<sup>18</sup> Quaisquer outras localidades do interior e as que, por efeito do decreto que as criou, tiverem logo a classificação de 5ª entrância, ainda que sejam em sede de distrito (Espírito Santo, 1910, *apud* Novaes, 2020, p. 69).

exceções, professores providos por concurso nas extintas cadeiras de quinta entrância eram completamente ignorantes das disciplinas elementares que deviam ensinar, além de desconhecerem absolutamente as disposições regulamentares e os métodos de ensino adoptados. Não bastam programas de ensino bem organizados e escolas montadas de acordo com os preceitos da hygiene e da pedagogia para êxito da instrução publica. E' preciso também que o professorado tenha a competência profissional necessária ao desempenho da árdua missão de ensinar. Por isso o governo, contrariando embora pretendidos direitos e não atendendo a solicitações politicas, tem sido inflexível no proposito de fazer observar a lei, rigorosamente, nos concursos para o magistério, de modo a evitar que, ao em vez de uma prova publica de habilitação, continue o concurso a ser considerando uma simples formalidade a preencher pelo candidato a mestre-escola (Espirito Santo, 1917, p. 55-56).

Desde a reforma de Moniz Freire, observa-se que a criação e/ou a extinção de entrâncias ocorre como uma medida de solução para os problemas enfrentados. Entretanto, o corpo docente das escolas das vilas e demais áreas rurais continuava deficitário, quando se trata da contratação de normalistas. A rigidez ou a falta dela nos concursos mascaravam o problema principal: que os concursos existiam como consequência da necessidade em contratar pessoas que tinham passado apenas pela escola primária.

Em 1918, segundo a Mensagem de Governo de Bernardino de Souza Monteiro, o quadro de professores primários do Estado era composto por 121 professores normalistas e 134 professores de concurso, conforme indica o quadro abaixo.

Quadro 20 – Professores primários do Estado (1918)

Normalistas		Concurso	
Professores	Professoras	Professores	Professoras
1ª entrancia .....8	1ª entrancia.....32	1ª entrancia.....6	1ª entrancia.....2
2ª //..... 9	2ª //.....22	2ª // .....12	2ª // .....16
3ª //.....0	3ª //.....50	3ª //.....33	3ª // .....65
Total: 17	Total: 104	Total: 51	Total: 83

Fonte: Espirito Santo (1918, p. 61).

O quadro indicado anteriormente, aponta que o número de docentes de concurso era superior ao de normalistas e que, nesse período, crescia a quantidade de docentes do sexo feminino, em contraste com o número de professores homens, tanto normalistas, como de concurso. Em 1922, já no governo Nestor Gomes, a docência leiga continua a aparecer no relatório apresentado em 15 de agosto de 1922, produzido pelo secretário da Instrução Mirabeau da Rocha Pimentel.

Nesse documento, o secretario informava que a maioria das escolas eram dirigidas por pessoas sem habilitação profissional e acreditava que enquanto os municípios não passassem a nomear

somente pessoas habilitadas pela Secretaria da Instrução ou diplomadas pela Escola Normal, o investimento financeiro prestado pelo estado aos municípios, permaneceria falho.

No relatório publicado em 1924, Mirabeau da Rocha Pimentel, faz referência aos professores leigos sob a nomenclatura de professores substitutos. Esse termo aparece pela primeira vez nas fontes analisadas, em referência aos docentes sem formação. Mirabeau cita esses professores em um contexto que problematizava os pedidos de licença, comuns no âmbito educacional que, segundo o secretário, ocorriam sem um motivo plausível:

Um dos maiores entraves á boa marcha do ensino primário é o abuso das licenças. Não raro é o mês em que muitos desses professores, que são elementos prejudiciais ao magistério, pleiteiam licenças para o fim exclusivo de ficar vadiando. Não se encontra na lei um apoio para contrariar essas pretensões descabidas! Quando o professor não consegue licença com vencimentos, solicita-a sem os ditos, aponta a pessoa que deva substituí-la e com essa faz o conchavo da divisão dos vencimentos! As substituições, em regra geral, são inconvenientíssimas: **Os substitutos são costumeiramente pessoas de nenhum preparo e que assumem o encargo de preencher a vaga, ás vezes, pela ninharia de setenta mil reis mensais!** Como coibir essa pratica prejudicialíssima ao ensino, se a lei concede aos funcionários de qualquer categoria o direito de requerer licenças por prazos longos? (Espírito Santo, 1924, p. 32, grifo nosso).

Ao analisarmos o discurso de Mirabeau, fica evidente a recorrência política em culpabilizar os docentes pelos problemas de ordem pública enfrentados pela educação local. Os professores substitutos mencionados pelo secretário de ensino são as mesmas pessoas idôneas indicadas na legislação que a Reforma de Moniz Freire e a Reforma de Gomes Cardim, mencionavam. Os substitutos assumiam cadeiras de docentes normalistas e provisórios por concurso, em casos de licenças. Esse movimento de culpabilização docente, é potencializado pelo secretário, inclusive ao sugerir que as mulheres casadas e as grávidas eram um problema para a educação. Segundo o secretário,

A professora casada por um dos dous sacerdócios tem que se sacrificar: ou trata dos filhos, ou cuida da escola. Si se entrega ao primeiro será má funcionaria; si se desvela pelo segundo, causa enormíssimos prejuízos á Patria, porque se descursa da prole, exatamente quando seus carinhos ella mais precisa. [...]. Si appelarmos para a physiologia constatamos que a mulher gravida está sujeita a uma serie enorme de serias e diversas perturbações. Torna-se irritadiça frequentemente; perde a paciencia e a bondade, qualidades tão preciosas á boa preceptora; emfim as grandes alterações por que ella passa se reflectem todas no mau desempenho do cargo pelo tempo que durar o seu estado anormal. Essa é a verdade que não permite refutação (Espírito Santo, 1924, p. 32-33).

Pronunciamentos como esse, reforçam o quanto o estado buscava se abster da responsabilidade política sobre os problemas educacionais desde a reforma do ensino empreendida em 1892.

Revela também o quanto a cultura patriarcal se perpetuava moldando o âmbito educacional capixaba, marcado por figuras masculinas em posições de poder. Apesar disso, Almeida (1998) aponta que o processo de inserção e atuação das mulheres no magistério foi marcado por esforços por romper com a cultura imposta sobre as mulheres<sup>19</sup>. Dessa maneira, o magistério representava a possibilidade de a mulher alcançar autonomia financeira, prestígio social, como também, romper com o ideal de realização através dos casamentos.

Para Mirabeau Pimentel, a educação demandava ações emergentes a serem solucionadas, inclusive a questão do analfabetismo que permeia todo esse percurso histórico, que inclui a constituição da docência leiga. Segundo o secretário,

Nada há que mais estorve o desenvolvimento de um povo do que o analfabetismo. A educação popular é uma questão de vida ou morte. O ignorante é uma massa bruta, um peso morto, uma quantidade negativa no seio do povo. Combater o analfabetismo, propagar a instrução, disseminar-a com carinho e persistência, é o dever indeclinável de todos os governos. Em nosso Paiz a Massa de analfabetos é formidável. Legou-nola o Império, e a Republica pouco há feito para liquidar-a, ou siquer diminuir-a. Não há Estado, brasileiro que se possa vangloriar de ter, pelo menos 50% de sua população escolar aproveitada. Mesmo o mais adiantado de todos eles, no assumpto, que é S. Paulo, confessa-se impotente para levar a cabo a tarefa de ilustração dos seus filhos (Espírito Santo, 1924, p. 3).

O desafio de alfabetizar a população capixaba faz parte de todo o percurso histórico do campo educacional desde a Proclamação da República. A constituição da docência leiga atravessa esse movimento, que alcança os governos de Florentino Ávidos (1928-1929) e de Aristeu Borges de Aguiar (1928-1929). Em busca por fontes entre 1924 e o período da reforma de Attilio Vivacqua (1928-1930), poucas informações foi possível acessar. Muito provavelmente, entretanto, docentes leigos continuaram a atuar nesse tempo, tendo em vista o que indicam as fontes que apontam a reforma do ensino de 1928.

De todo modo, a docência leiga continua a aparecer no relatório apresentado ao presidente do estado pelo secretário da Instrução, Ubaldo Ramallete Maia, em 15 de fevereiro de 1927, quando nos deparamos com a implementação do decreto nº 7.994, em vigor a partir do mesmo ano. Este decreto indica a permanência das medidas adotadas desde a reforma do ensino de

---

<sup>19</sup> A dissertação de Bezerra (2019), exemplifica esse esforço por meio da investigação do caso da professora capixaba Joanna Passos, que após sofrer difamações sobre a sua conduta moral e profissional, realizadas por figuras de poder do estado, no início do século XX, manifestou-se através da imprensa local, estimulando manifestações públicas a seu favor.

Moniz Freire (1892), como também movimentos para sanar a contratação e o exercício de docentes sem habilitação, a partir dos seguintes artigos:

Art. 46º - **Os professores de concurso**, nomeados a partir da data deste Decreto, e os que, de nomeação anterior a esta data, não tenham cinco anos de exercício no magistério publico do Estado, serão considerados provisórios. Art. 47º - Serão dispensados os **professores provisórios** á medida que forem sendo providos professores normalistas nas diversas escolas isoladas, da entrancia inferior para a superior. Art. 48º - **Os professores de concurso**, nomeados até a data deste Decreto, que tenham completado cinco anos de exercício, serão titulados na entrancia em que estiverem. §Unico – **Os professores de concurso, titulados**, que não tiverem concurso de entrancia superior, prestado até esta data, não poderão ter acesso de entrancia sem que se habilitem em novo concurso, prestado na forma estabelecida por este Decreto. Art. 49º - **Os professores provisórios** não poderão concorrer, com os titulados normalistas, á promoção de entrancia por categoria, nem contarão tempo para o efeito de estabilidade no magistério. Art. 50º - Fica abolida a diversidade de concursos de habilitação ao magistério, por entrancias. § Unico - O concurso de habilitação constará de exame prestado perante uma comissão designada pelo Secretário da Instrução, no qual o candidato prove o conhecimento das matérias constantes do programma do curso complementar. [...]. Art. 51º - E' facultado aos **professores de concurso titulados ou provisórios**, com mais de dois anos de exercício, matricularem-se na Escola Normal, para obterem o diploma de normalistas. Art. - 52º - Para isto deve o professor requerer ao Presidente do Estado a necessária licença, deixando **substituto idôneo aceito pelo Secretario da Instrução** (Espírito Santo, 1927, p. 62 – 63, grifo nosso).

Nessa legislação, observamos recorrências históricas, a exemplo da relevância dada pelo governo ao tempo de serviço docente, como alternativa para solucionar a falta da formação pela Escola Normal, impulsionada pelos artigos 46, 48 e 51. Além disso, a denominação professores de concurso titulados indica uma posição superior, quando comparada aos professores provisórios, uma vez que um professor de concurso titulado precisaria comprovar cinco anos de atuação docente contados na data do decreto.

Outras medidas que apontam permanências, decretadas como signo do novo naquele momento, são os exames de concurso e a atuação de docentes substitutos. Apesar de o cargo denominado professor de concurso titulado aparecer nesse contexto como algo novo, a análise das fontes nos conduz a indicar que continuavam sendo estes os mesmos professores de concurso e provisórios, que haviam concluído apenas o ensino primário e ingressaram no magistério através de exames ou de indicações políticas.

Quando analisamos os documentos referentes ao ano de 1928, uma quinta categoria docente aparece pela primeira vez sob a nomenclatura de professores rurais, referindo-se aos docentes provisórios que atuavam nas regiões mais remotas do estado. Apesar de não ser expressa na

legislação desse período, é indicada na mensagem de governo de Aristeu Borges de Aguiar que, ao discorrer sobre a reforma do ensino de Attilio Vivacqua, apontava que

Como pontos a attender de mais sensível importância, conforme a indicação do dr. Secretario da Instrução, seriam convenientes providencias sobre os seguintes assumptos [...] b) a incorporação aos grupos escolares principaes de um curso de dois annos para **a formação de professores ruraes, como meio de supprir a deficiência de normalistas**, sendo a matricula desses cursos subordinada a condições indispensáveis; c) verificação da capacidade technica do **actual professorado provisório de concurso** mediante provas especiaes afim de afastar do magistério os elementos inaptos ao exercício das suas funcções ; d) introdução na legislação vigente de ensino primário de modificações, visando, ao lado de outras providencias, aproximá-lo cada vez mais em sua organização e processo do typo da *escola activa*;" (Espírito Santo, 1928, p. 9-10, grifo nosso).

A análise dos dados tecida até o momento, nos permite indicar que os professores rurais a serem formados nessa conjuntura, continuavam atendendo ao mesmo propósito que os professores provisórios e/ou os professores de concurso e professores substitutos, que atuavam durante a reforma do ensino de Moniz Freire (1892) e de Gomes Cardim (1908-1909), que era: por meio de uma formação básica, suprir o déficit de professores normalistas em exercício, principalmente nas áreas rurais e afastadas da capital. Além, também, de assim como na reforma anterior, utilizar a rigidez nos exames de concurso, como alternativa para a contratação de pessoas aptas para a docência, apesar de, ainda assim, o estado continuar contratando pessoas formadas apenas pela escola primária.

Nesse contexto, problematizamos e destacamos a recorrente tendência, observada ao longo das reformas educacionais, de empregar novas denominações para os docentes que não possuíam formação pela Escola Normal. Tal prática reflete os anseios modernizadores e republicanos que orientaram cada uma dessas reformas, evidenciando seu alinhamento com os projetos políticos de sua época, assim como a realizada durante o governo de Aristeu Borges de Aguiar, entre 1928 e 1930.

Essa reforma é marcada pela constituição da *escola activa*, que, tomando como referência os pressupostos da Escola Nova, traçava estratégias para a formação docente, a partir da criação da Escola Activa de Ensaio e o Curso Superior de Cultura Pedagógica. Além disso, “Sob a inspiração de experiências estadunidenses e europeias, eles defendiam a utilização do cinema e do rádio como ferramentas educativas” (Berto; Simões, 2017, p. 68). A ideia era que, a partir da formação ofertada, os professores propagassem esse “novo” modelo de ensino pelas escolas capixabas. Nesse sentido, a partir da Lei nº 1.693 de 29 de dezembro de 1928, que autorizava a

reforma da Instrução Pública do Estado, estabeleciam-se algumas medidas referentes aos docentes leigos, utilizando-se das seguintes nomenclaturas: professores ruraes, professorado provisorio de concurso e professores de concurso.

Diante do exposto, observamos o contínuo movimento, por meio das reformas do ensino, para solucionar as adversidades enfrentadas pela educação, decorrentes da carência de formação docente. Isso também é visível no artigo 7º da legislação citada, que instituía:

**Os professores de concurso, nomeados com caracter provisório,** que forem aprovados no exame de capacidade tecnica, não poderão ser dispensados a requerimento de professores normalistas, dentro dos três anos seguintes á aprovação e, quando completarem 5 annos de exercicio, serão titulados (Espírito Santo, 1929, p. 4, grifo nosso).

Desse modo, em conformidade com o Decreto nº 7.994, de 1927, os professores de concurso nomeados provisoriamente, continuavam com o direito de tornarem-se titulados quando completassem cinco anos de exercicio. Tal medida indica, mais uma vez, permanências da docência leiga, sem habilitação pela Escola Normal, mas sob a nomenclatura de docentes titulados ou docentes de concurso titulados. Berto (2013) sinaliza em sua pesquisa que nesse período o estado contava com 304 professores normalistas e 574 professores de concurso, contratados provisoriamente, a fim de serem substituídos à medida que houvessem diplomados pela Escola Normal.

Conforme evidenciado pela análise das fontes, a contratação de docentes leigos no Espírito Santo constituiu-se como uma prática persistente, mesmo diante das sucessivas reformas educacionais. Tal permanência revela-se como resultado de políticas públicas que, embora se apresentassem com aparente inovação em diferentes períodos, buscaram, por meio da adoção de novas nomenclaturas, encobrir a expressiva presença de professores sem formação pela Escola Normal, atuando no ensino primário. Diante desse cenário, destacamos a importância da realização de novas investigações que deem continuidade ao estudo da docência leiga na história da educação capixaba, especialmente nos anos que sucedem o recorte temporal delimitado para esta pesquisa.

## 5 RASTROS DA DOCENCIA LEIGA NOS RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO DE ENSINO

Em busca de compreender a constituição da docência leiga nas escolas públicas do estado do Espírito Santo, encontramos alguns rastros desse processo nos relatórios de inspeção do ensino. O mapeamento dessas fontes nos possibilitou o acesso a 18 relatórios, situados entre 1928 e 1930. Contudo, atentando-nos ao limite temporal de produção dessa pesquisa, optamos pela análise de quatro desses relatórios, uma vez que integram o período entre os anos de 1928 e 1930. Além, também, de indicar a contínua atuação de docentes leigas em regiões mencionadas no capítulo anterior, como indicado nos Quadros de 11 a 17, durante a reforma de Gomes Cardim (1908 - 1909).

Os quadros mencionados, indicavam que, naquele momento, havia professoras sem formação atuando nos municípios de: Vitória, Viana, Guarapari, Piúma, Santa Izabel, Itapemirim, Rio Novo, Alegre, Santa Leopoldina, Alfredo Chaves, Campinho, Linhares, Afonso Claudio, Riacho, Pau Gigante, Nova Almeida, Rio Pardo, Calçado, Santa Tereza, Ponte de Itabapoana, Santa Izabel, Anchieta Moniz Freire, Santa Cruz, Serra, Conceição da Barra, São Mateus, Benevente e Cachoeiro de Itapemirim. Nesse sentido, tomamos nesse momento como centralidade a análise dos quatro relatórios de inspeção, uma vez que sinalizam entre esses municípios a docência leiga no município de Alegre, Rio Pardo, Santa Leopoldina, Alfredo Chaves e Santa Tereza, municípios inseridos na análise anterior.

Tais relatórios foram elaborados por inspetores de ensino e contemplam registros detalhados de cada escola localizada nas diferentes regiões capixabas. Entre as informações constantes nesses documentos, destacam-se:

- Nome da escola;
- Nome do(a) professor(a);
- Formação docente e suas práticas pedagógicas;
- Informações sobre a disciplina dos(as) alunos(as);
- Número de matrículas;
- Número de frequência;
- Número de alunos(as) analfabetos(as) por turma;

Condições do espaço onde ocorriam as aulas, incluindo a qualidade da estrutura física e a indicação se era alugado ou se funcionava na residência e/ou propriedade do(a) docente, bem como se estava provida de material e mobiliário escolar.

Considerando os dados levantados e os limites desta pesquisa, propomo-nos a analisar, a partir do objeto de estudo delineado, os três primeiros tópicos anteriormente mencionados: o nome das escolas, o nome do(a) professor(a) e a formação docente, bem como suas práticas pedagógicas. Entretanto, primeiramente devemos compreender quem eram os inspetores de ensino e qual o papel que desempenhavam na conjuntura governamental, especialmente no contexto das reformas do ensino local.

Apesar de analisarmos relatórios dos anos de 1928, 1929 e 1930, a função de fiscalizar o funcionamento das escolas públicas primárias e o trabalho docente, foi criada durante o governo de Moniz Freire, a partir do Decreto n. 2, de 4 de junho de 1892. Naquele momento, os cargos de fiscalização escolar organizavam-se em: “Director da Instrução Publica”, “Delegados de Ensino” e “Fiscal Escolar”. Segundo o decreto,

Art. 3<sup>a</sup> O director da instrução publica é o supremo fiscal do ensino publico no Estado e especialmente do ensino primário. Elle exercerá suas attribuições pessoalmente sempre que puder, e por meio de seus delegados em todas as comarcas com a excepção da capital. [...] Art. 5<sup>o</sup> Além das attribuições geraes do cargo e das que forem-lhe expressamente commettidas n'este decreto, ao director especialmente incumbe: §1<sup>o</sup> Formar juízo proprio das aptidões Moraes e intellectuais de todos os professores primários; §2<sup>o</sup> Visitar periodicamente as escolas do Estado, e acompanhar de perto o ensino nas da capital; §3<sup>o</sup> Indicar ao Presidente do Estado as nomeações provisórias de professores primários; §4<sup>o</sup> Abrir e presidir os concursos que em virtude d'este decreto tiverem lugar; §5<sup>o</sup> Nomear e demittir o official, porteiro e continuo de sua secretaria, sujeitando o acto á approvação do Presidente e indicar a este a nomeação de seu secretario. (Espirito Santo, 1892, p. 31).

Dessa forma, ao diretor de ensino cabia a responsabilidade pelas questões mais amplas relacionadas à Instrução Pública, enquanto aos delegados e fiscaes de ensino eram atribuídas funções de caráter mais específico e minucioso. Conforme o decreto de 1892,

Art.10<sup>o</sup> O estado será dividido em tantos districtos escolares quantas forem as comarcas, exceptuada a comarca da capital, que será o centro dos mesmos districtos, sob a fiscalização imediata do director. Em cada districto haverá um delegado geral da instrução, nomeado pelo Presidente do Estado e subordinado ao director. Art 11<sup>o</sup> Para os logares de delegados, que serão gratuitos, escolherá o Presidente pessoa de distincção e cultivo, dentre as de mais notas das sedes comarcas. Art.12<sup>o</sup> A esses delegados compete: §1<sup>o</sup> Inspeccionar as aulas de seu districto, visitando-as em épocas indeterminadas, o maior numero de vezes que poderem; §2<sup>o</sup> Suspende por oito até quinze dias os professores que por ocasião d'essas visitas reconhecerem que se

afastam das regras da moral ou descuram do ensino a seu cargo, representando contra elles ao director; §3º Propôr nomeação e demissão dos fiscaes escolares; §4º Impor as outras penas regulamentares que lhes competirem; §5º Conceder aos professores até oito dias de licença com ordenado; §6º Dar posse aos professores; §7º Prover interinamente as vagas das escolas nos impedimentos temporários dos professores effectivos; §8º Coordenar os mappas e informações que os fiscaes lhes remetterem, ministrar ao director todos os esclarecimentos, dados estatísticos e relatorios sobre o desenvolvimento da instrução de seus districtos, sobre os merecimentos dos respectivos professores, sobre a execução e interpretação dos programmas por parte dos mesmos professores, e sobre tudo mais que concernir a esse serviço; §9º Presidir aos exames das aulas da sede do districto; §10º Nomear os examinadores para as aulas da sede da comarca; §11 Mandar passar aos alumnos habilitados em exame final o competente certificado e assignal-o; §12º receber reclamações, queixas e representações providenciando como lhes competir ou levando-as ao conhecimento do director; §13º Communicar as vagas que se derem nos seus districtos; §14º Velar sobre a disciplina das escolas, sobre a moralidade e efficácia do ensino e sobre a obrigatoriedade d'este, pela forma prescripta n'este decreto, cooperando para que tenham êxito as intenções em que ele se funda (Espírito Santo, 1892, p. 33 - 34).

Diante disso, observamos que, aos delegados de ensino, cabiam diversas funções que deveriam contribuir para o funcionamento geral da Instrução Publica no estado, seguindo os princípios morais e políticos da época. Os fiscaes de ensino, nomeados pelo diretor, sob a proposta do delegado geral, tinham atribuições parecidas, porém, mais especificas. Assim,

Art.13º Incumbe aos fiscaes: §1º Visitar as escolas frequentemente e velar sobre o procedimento e assiduidade dos professores; §2º Enviar ao delegado de seu districto no fim de cada trimestre um mappa dos alumnos das escolas publicas do território de sua fiscalização, acompanhado das informações e observações que julgar conveniente; §3 Reclamar os livros, moveis e objectos de que carecerem as escolas e inventariar aos que existirem; §4 º passar atestado de exercicio aos professores publicos para o fim de poderem receber os seus vencimentos; §5º Presidir aos exames nas sedes dos seus districtos fiscaes e propor ao delegado pessoas idôneas para essa presidência nas outras escolas do districto fiscal; §6º Advertir aos professores por faltas no exercicio de suas funções nas outras escolas do districto fiscal; §6º Advertir aos professores por faltas no exercicio de suas funções e representar contra elles; §7º Conceder licenças até três dias com ou sem vencimentos (Espírito Santo, 1892, p. 34 -35).

Tais informações revelam-se relevantes na medida em que contribuem para a compreensão dos processos de constituição dos cargos de fiscalização no âmbito das reformas do ensino local. Embora tenham ocorrido alterações na nomenclatura desses cargos ao longo do tempo, suas atribuições permaneceram, em grande medida, inalteradas. Esse aspecto permite supor que, assim como a docência leiga foi sendo renomeada a cada reforma, com o intuito de ser apresentada como uma inovação e um marco político, outras funções vinculadas à Instrução Primária, incluindo os cargos de fiscalização, também passaram por processos semelhantes de reformulação nominal, mantendo, contudo, suas funções originaes.

É o que indica a legislação que rege a Reforma Cardim (1908) e a Reforma Vivacqua (1928). Nesse sentido, a análise da Lei n. 545 do ano de 1908 sinaliza que as mesmas funções fiscais descritas durante a reforma de Moniz Freire aparecem no parágrafo único, do art. 22, sob as seguintes nomenclaturas: a) Inspector Geral da Instrução Pública; b) Inspectores escolares e c) Delegados litterários. Assim, “A direção e a inspecção suprema do ensino cabem ao Presidente do Estado e ao Inspector Geral da Instrução Pública e a fiscalização compete aos inspectores escolares e delegados litterarios” (Espírito Santo, 1909, p. 55-56).

Nesse seguimento, ao analisarmos o Relatório da Instrução Pública apresentado em 1927, pelo secretário da instrução, Ubaldo Ramallete Maia, ao presidente do estado, observamos que o mesmo movimento é novamente descrito como uma inovação política. Nessa conjuntura, os cargos anteriormente mencionados são unificados sob a denominação Inspetores de Ensino. Esses profissionais, à semelhança de períodos anteriores, continuavam responsáveis pela fiscalização das atividades escolares, agora organizadas em sete zonas de inspeção no território estadual. Nesse contexto, os inspectores de ensino elaboravam os relatórios diretamente para a Secretaria de Instrução Pública.

O trabalho de fiscalização dos inspectores escolares, funcionava como um meio de controle político sob as práticas pedagógicas, à medida que havia o anseio por modernização do estado a partir da Instrução Pública, somadas às reformas educacionais. Diante disso, os relatórios de inspeção nos aproximam do quadro formativo docente predominante no Espírito Santo, incluindo a atuação de docentes leigas, sob a nomenclatura de professoras de concurso e professoras provisórias, entre os anos finais da década de 1920, período também marcado pela reforma educacional de Attilio Vivacqua (1928-1930), conforme indicam os Quadros 21, 22, 23 e 24.

Quadro 21: Mapeamento dos professores do município de Alegre, Rio Pardo (1928).

Região Sul Espírito - Santense	Inspetor de Ensino	Ano/ Data	03 de outubro de 1928	
		Escola	Professor(a) – Formação	
Município de Alegre	Aristides Costa	Cotia – Mixta	Zilah Eugenio de Paiva	“Professora de pouco preparo”
		Conceição – Mixta	Irene Conde Sandoval	Normalista
		Collegio N. S. da Penha – Mixta	Directora – D. Aurora Gonçalves Norbin	“Velha professora, entretanto, dos novos methods de ensino, que desconhece quase que de modo absoluto”.
		Café – Mixta	Edina Vianna Teixeira	Professora de concurso
		Boa Esperança – Mixta	Adeline Fraga Valentim	Professora de concurso
		Bom – Vêr – Mixta	Maria Eugenia de Paiva	“Preparo Mediocre”
		S. Luiz – Mixta	Eugenia Paiva Gama	“Mediocremente preparada”
		Santa Barbara do Caparaó – Mixta	Judith Peres de Almeida	“De preparo regular”
		Escola Baptista de Villa do Sul	Carlos Leimann	Director
		Veado – Feminina	Edith de Castro	“Competente, assidua e criteriosa”
		Santa Catharina – Mixta	Cecilia Vianna Emery	Professora normalista
Rio Pardo	Aristides Costa	Rosario – Mixta	Alda Correa de Jesus	Professora de concurso
		Ponte do Gregorio – Mixta	Maria da Penha Varejão	“ella é a ignorância personificada”
		Perdição – Mixta	Terpsichore Felisberto	Professora normalista
		Cachoeira – Mixta	Carolina Franco Valporto	“apezar do seu pouco preparo é esforçada e assidua”
		Rio Pardo – Feminina	Norbertina Norbin de Oliveira	Professora normalista
		Rio Pardo – Masculina	Mario Bodart	Professor de concurso

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 22 – Mapeamento dos professores do município de Alfredo Chavez (1929)

Região Central Espírito – Santense	Inspetor de Ensino	Ano/ Data	06 de abril de 1929	
		Escola	Professor (a) – Formação	
4ª Zona – Alfredo Chavez	Flavio de Moraes	Escola masculina de Alfredo Chaves	Jayme Abreu	Professor de concurso
		Escola feminina de Alfredo Chaves	Francisca de Moraes	Normalista
		Escola mixta de terceira entrância, isolada de Nova Estrella	Yolanda Lucas	Professora provisória
		Escola mixta de Estrella do Norte	Lybia da Costa Carvalho	Professora provisória
		Escola mista de Santo Antonio	Otilia Neves	Professora provisória
		Escola Mixta de Barra do Batatal	Arlinda Farnazotti	Professora de concurso
		Escola Mixta de Assumpção	Elvira Petri	Professora provisória
		Escola Mixta de Sta Maria Magdalena	Herminia Franzotti	Professora provisória
		Escola Mixta de S. Sebastião	Odette	-
		Escola Mixta de S. João	Elvira Lorenzini	Professora provisória
		Escola Mixta de S. Joaquim	Aurora Santiago	Professora provisória
		Escola Mixta de S. Vicente	Altair Vieira Santiago	Professora provisória
		Escola Mixta de Recreio	Elival Tavares	Professora provisória
		Escola Mixta de Quatinga	Bilalva Villar	Professora provisória

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 23 – Mapeamento dos professores do município de Santa Leopoldina (1929).

Região Central Espírito - Santense	Inspetor de Ensino	Ano/Data	30 de Abril de 1929	
		Escola	Professor(a) - Formação	
Escolas de Santa Leopoldina	Luiz Edmundo Malisek	Masculina da cidade de Santa Leopoldina	Eurydes Vieira Machado	Normalista
		Masculina de Santa Leopoldina	Anna do Carmo Loureiro	Normalista
		Femenina do Santa Leopoldina	Maria Alayr Gonçalves.	Substituta
		Femenina de Santa Leopoldina	Doralice de Oliveira Neves	Normalista
		Mixta Ponte do Balanço	Amelia da Penha Loureiro	Normalista
		Mixta de Suissa	Julia M. Barboza	-
		Mixta de Caioba	Edith Bermudes Barcellos	Professora de concurso
		Mixta da Fazenda Rabello	Zulmira de Moraes Bersan	-

Fonte: Elaboração própria (2025).

Quadro 24 – Mapeamento dos Professores do município de Santa Thereza (1930).

Região Central Espírito – Santense	Inspetor de Ensino	Ano/ Data	10 de Abril de 1930	
Santa Thereza	Archimino Gonçalves	<b>Escola</b>	<b>Professor (a) – Formação</b>	
		Escolas Reunidas Peçanha Póvoa	- Substituta idônea	
		Mixta de Caldeirão	Juracy M. da Silva	Professora Normalista
		Mixta -	Margarida de Oliveira Lima	Professora de concurso
		Mixta de Fazenda de Vaccari	Gilda Coutinho Athayde	Professora substituta
		Mixta de Tabocas	-	Professora Normalista
		Mixta de S. João	Judith Cardoso	-
		Mixta de São Pedro	Dulcinéa Fansceres Castinho	Professora de concurso
		Mixta de Corrego Seco	Virgilia Faria	Professora de concurso
		Mixta de Tancredo	Leni Pereira	Professora de concurso
		Mixta de Tancredo Grande	Hilda Furtado Jaspertino	Professora titulada
		Mixta de Alto Tancredinho	Maria da Penha Antunes	Professora de concurso
		Mixta de Corrego dos Hespanhoes	Maria de O. Pimentel	Normalista
		Mixta de Picadão	Davina Monteiro	-
		Vista de Valsuyana	Bemilda de Miranda Rocha	Professora de concurso
		Mixta de Corrego do Veado	Anna Santos	Professora de Concurso
		Mixta de Santo Anselmo	-	[...] a actual regente, que é casada com o filho do proprietário, não precisa de esforçar-se pelo desenvolvimento da escola e deixa-a ao desamparo de providencias.
		Mixta patrimônio Santo Antonio	-	Professora substituta
		Mixta de São Sebastião	Stella Arpini	Professora de concurso
		Mixta de Cabeceiras do Triumphe	Zulmira dos Anjos	-
		Mixta de Ribeirão Alegre	-	Torna-se necessario nomear-se ja uma normalista
		Mixta de 15 agosto	Maria da Motta Gomes	Professora de concurso
		Mixta de S. Jacinto	Garcia L. Neves	-
		Mixta de Santa Julia	Noemia Pereira	Professora de concurso
		Mixta de Cabeceiras de Mutum	Isabel Sarmento Roque	Professora de concurso
		Mixta de Valão de São Pedro	Alsinila Souza Bonfim	Professora de concurso
		Mixta de Treis Barras	Dahil Bittencourt Feu	Professora de Concurso
		Mixta de Goupaboasse	Lilva Dias	Professora de concurso
Masculina da Sede de Fundão	-	-		

Fonte: Elaboração própria (2025).

Embora não tenhamos dados precisos sobre o número total de escolas localizadas em áreas urbanas e rurais, bem como acerca do gênero e da formação dos docentes que atuaram entre os anos de 1928 e 1930, no estado do Espírito Santo, as informações apresentadas no quadro possibilitam algumas aproximações em relação ao panorama educacional do período analisado. Observamos, nesse contexto, uma expressiva predominância de mulheres no exercício do magistério, atuando sob os títulos de professoras de concurso, professoras substitutas e professoras provisórias.

Considerando as discussões tecidas por Rosa (2011), sobre a feminização do magistério, compreendemos que apesar dessa realidade ter sido uma conquista para as mulheres, ainda havia a necessidade de contínuas lutas sociais por seus direitos na sociedade. As professoras mulheres, tanto normalistas, como de concurso, substitutas e provisórias que representavam uma maioria no magistério, também recebiam um dos menores salários do estado, que apesar disso, era uma remuneração maior do que de outras profissões ocupadas por mulheres. Rosa (2011) indica que dentro da política, isso também representava uma estratégia, uma vez que socialmente tratava-se de uma realidade melhor aceita, quando vivenciada por mulheres.

Entretanto, ainda eram comuns as divergências de pensamentos. Segundo a autora, ao mesmo tempo que o estado nutria a ideia de que a mulher tinha a vocação para o magistério, tendo em vista o dom materno, delicado e feminino, também era comum discursos de desqualificação do trabalho desempenhado por elas, tendo em vista as questões de gênero e a cultura da época. Diante dessa análise, compreendemos que a falta de formação docente, somada a essas questões, reforçavam discursos, geralmente produzidos por homens, de que as mulheres não tinham preparo para a atuação profissional no magistério, como é o caso dos discursos dos inspetores de ensino.

Assim, as fontes apontam que a atuação dessas docentes se dava, majoritariamente, em escolas mistas, as quais também apresentavam maior número em comparação às escolas exclusivamente masculinas. Além disso, os relatórios de inspeção indicados nos quadros 21, 22, 23 e 24 evidenciam que a atuação de professoras leigas ainda predominava em regiões afastadas da capital do estado, geralmente classificadas como áreas rurais. A carência de formação dessas docentes, é também reafirmada nos discursos dos inspetores de ensino do estado.

Como exemplo, o inspetor de Instrução Aristides Costa, em seu relatório datado de 3 de outubro de 1928, discorreu sobre a professora Adeline Fraga Valentim, do município de Alegre, que se tratava de uma “Professora de concurso, de preparo quase nullo, pouco esforçada, pouco cuidadosa. É assídua. O serviço de escripta estava cheio de incorreções; ensinei como devia ser feito, dando-lhe todas as explicações precisas” (Costa, 1928, s/p).

Entre alguns outros discursos, o mesmo inspetor Aristides Costa, do município de Alegre, relatava sobre a professora Alda Correa de Jesus: “A nomeação dessa professora pode ser classificada como um insulto atirado á laboriosa população da localidade, tal o seu gráo de atrazo. Pode-se dizer, sem medo de constetação, que ella é a ignorancia personificada” (Costa, 1928, s/p).

O inspetor Flavio de Moraes, por sua vez, referente ao município de Alfredo Chaves, em 6 de abril de 1929, dizia sobre a professora provisória Herminia Franzotti, da escola Mixta de Santa Maria Magdalena: “Orientei sobre os actuais methodos de ensino, mas quase que nullos foram os resultados. Necessita de prática pedagógica” (Moraes, 1929, s/p); “Tem poucos conhecimentos de prática pedagógica” (Moraes, 1929, s/p).

Um terceiro inspetor, Archimino Gonçalves, que visitava as escolas da região de Santa Tereza, na data de 10 de abril de 1930, relatava sobre a professora Dulcinéa Fansceres Castinho, da escola Mixta de São Pedro: “Professora de pouco conhecimento de pedagogia, não está satisfazendo á população que já se manifestou contraria a sua permanencia alli [...]” (Gonçalves, 1930, s/p). Em um outro relato, o mesmo inspetor indicava sobre a professora de concurso Maria da Penha Antunes, regente da escola Mixta de Alto Tancredinho que: “Não tendo pratica pedagógica, muito embora houvesse se submetido a concurso há mais de seis annos, torna-se necessário a nomeação de uma normalista com urgência” (Gonçalves, 1930, s/p).

Conforme indica Berto (2013, p. 196), com base na Lei nº 1.698, de 29 de dezembro de 1928, a reforma do ensino promovida por Attilio Vivacqua pretendia contribuir para que essas docentes se qualificassem a partir de um exame de capacidade técnica. Entretanto, “A reprovação de quase 40% dos professores indica, de algum modo, as condições gerais nas quais se encontrava o corpo docente, que precisaria, na avaliação dos reformadores, passar por um profundo processo de formação”.

O exercício da docência leiga, nesse período, contrariava a formação docente idealizada pelas reformas educacionais em curso. A reforma de Attilio Vivacqua pretendia, através da prática pedagógica docente, renovar a educação capixaba a partir dos preceitos da escola ativa. É nesse sentido que os professores e professoras normalistas citados nos relatórios de inspeção eram, geralmente, muito elogiados e enaltecidos pelos inspetores de ensino, ao passo que são raros os casos de docentes leigas recebendo elogios e reconhecimento pelo trabalho desempenhado.

Diante dessa análise, ressaltamos a relevância de novos estudos sobre a História da Educação no Espírito Santo que deem continuidade a investigação tecida nesta pesquisa. Tendo em vista, a análise dos demais relatórios de inspeção e a busca por novas fontes, a fim de contabilizarmos e comprovarmos ou não a atuação e contratação de docentes sem formação específica em cada município do estado, como também, as práticas pedagógicas desenvolvidas durante as aulas, somadas as perspectivas dos inspetores escolares.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos com esta pesquisa, nos aproximam dos desdobramentos históricos que contemplaram a constituição da docência leiga no estado do Espírito Santo, entre as reformas educacionais promovidas por Moniz Freire (1892), Gomes Cardim (1908-1909) e Attilio Vivacqua (1928-1930). Integrando o conjunto de investigações sobre a História da Educação local, a investigação pretendia, também, contribuir para a elaboração de novos estudos sobre os processos de formação e constituição docente no estado.

Compreendemos que a constituição da docência leiga no Espírito Santo mobilizou um conjunto de relações de força, envolvendo questões políticas, sociais e econômicas. À medida que representantes políticos republicanos se preocupavam com o desenvolvimento e a modernização do estado, a expansão do ensino local passou a representar um dos meios de se materializar o ideal modernizador almejado.

Esse movimento apontou a carência de professoras habilitadas para o exercício do magistério. Mesmo com a criação e a reorganização das Escolas Normais durante reforma de Moniz Freire (1892), o número de docentes normalistas para atender a demanda do estado era reduzido. Diante disso, o Decreto n. 2, de 4 de junho de 1892, regulamentou a contratação de docentes provisórios, ou seja, de pessoas que contavam apenas com o ensino primário, sendo assim consideradas leigas, para atender de modo temporário a demanda de expansão do ensino do estado, a fim de serem gradativamente substituídas por normalistas.

O processo de contratação de professoras primárias em caráter provisório, demandava das candidatas, em sua maioria mulheres, a realização de um exame perante a diretoria de Instrução e a comissão de examinadores, comprovando conhecimentos compatíveis com a formação nesse nível de ensino. No período pesquisado, apesar de essa medida aparecer na Reforma Moniz Freire (1892) como uma alternativa temporária, a análise das fontes indica tratar-se de uma tendência que atravessou três importantes reformas do ensino capixaba realizadas durante a Primeira República: a Reforma Moniz Freire (1892), a Reforma Gomes Cardim (1908 - 1909) e a Reforma Vivacqua (1928-1930).

Entre os fatores que contribuíram para definir a contratação de docentes em caráter provisório em grande escala, destaca-se a organização das escolas por entrâncias, que representavam a

localização geográfica de cada estabelecimento escolar e definiam os salários pagos aos professores. Diante disso, observamos que as áreas com o maior número de normalistas e, conseqüentemente com os maiores salários, encontravam-se na capital do estado, ao passo que, quanto mais distante a localização da escola em relação à capital Vitória, menores eram os salários pagos ao corpo docente. Somada à baixa remuneração, a dificuldade de acesso às áreas rurais impulsionava a carência de normalistas nessas localidades, contribuindo para a contratação de docentes provisórias.

Durante o período investigado, o número crescente, tanto de normalistas, quanto de docentes leigas, tendo em vista as medidas de expansão do ensino local, atreladas aos ideais de progresso e de modernização, impulsionaram o acesso de meninos e meninas mais pobres à escolarização. Nesse contexto, Rosa (2011) argumenta que o processo de urbanização e industrialização ampliou as oportunidades de empregos com melhores salários para os homens, que em sua maioria deixaram o magistério, sendo este um dos fatores que contribuíram para a feminização do magistério.

Entre os demais fatores, a autora indica que para as mulheres tratava-se de uma oportunidade de atravessarem as fronteiras domésticas, como também a oportunidade de circularem por novos âmbitos da sociedade, tendo em vista que, apesar de o magistério oferecer uma baixa remuneração, ainda assim, socialmente tratava-se de uma profissão de prestígio. Contudo, conforme indica a autora, não foi um processo fácil, ao mesmo tempo em que havia discursos que reforçavam a existência de um instinto materno das mulheres, que colaborava com a atuação docente, havia também discursos contrários, que relacionavam o gênero feminino com a falta de preparo intelectual.

Assim como indicado nesta pesquisa, observamos que apesar de as mulheres serem maioria no magistério, os homens seguiam predominantes em cargos de poder, tanto na política, quanto nas instituições de ensino. Isso reforçava discursos de desqualificação do trabalho desempenhado pelas mulheres. É nessa perspectiva que a análise documental aponta discursos ora do presidente do estado, ora do secretário da Instrução Pública, como também, dos inspetores de ensino local, desqualificando o trabalho de professoras. Na falta de formação pela Escola Normal, a avaliação negativa da docência leiga, acabava reforçando esse discurso.

Nesse sentido, esta investigação indica que as docentes leigas, que inicialmente aparecem como professoras provisórias, atravessam todo o recorte temporal da pesquisa, entretanto, sob outras nomenclaturas, tendo em vista, a iniciativa de reformadores educacionais interessados em demonstrar avanços perante a sociedade. Dessa maneira, durante a reforma de Gomes Cardim (1908-1909), essas docentes passam a ser reconhecidas como professoras de concurso a partir da Lei nº 545, de 16 de novembro de 1908.

Sendo assim, estudantes que concluíam o ensino primário, continuavam podendo tanto se matricular nas Escolas Normais, como também ingressar como docentes no ensino primário. Porém, para isso, deveriam submeter-se a um concurso, por meio do qual provariam seus conhecimentos básicos adquiridos através da escola primária. Outra nomenclatura comum em referência à docência leiga – os professores substitutos – aparece pela primeira vez no relatório de Instrução Pública elaborado pelo secretário da Instrução Mirabeau da Rocha Pimentel, publicado em 1924. Segundo o secretário, eram docentes sem formação que substituíam as cadeiras de regentes vagas, em caso de licenças.

Contudo, quando analisamos a reforma implementada por Attilio Vivacqua (1928-1930), a partir da Lei nº 1.693 de 29 de dezembro de 1928, observamos o uso das nomenclaturas: professores ruraes, professorado provisório de concurso, professores de concurso, fazendo referência à categoria de docentes leigas que ainda se faziam presentes no magistério. Como medida para solucionar essa realidade, o art.7º da legislação previa que

**Os professores de concurso, nomeados com caracter provisório**, que forem aprovados no exame de capacidade técnica, não poderão ser dispensados a requerimento de professores normalistas, dentro dos três anos seguintes à aprovação e, quando completarem 5 anos de exercício, serão titulados (Espírito Santo, 1929, p. 4, grifo nosso).

Desse modo, professores de concurso, nomeados provisoriamente, continuavam com o direito de tornarem-se titulados, quando completassem cinco anos de exercício. Tal medida, indica permanências dessa categoria docente, ou seja, sem habilitação pela Escola Normal, mas sob a denominação de docentes titulados ou de concurso titulados. Diante disso, sua admissão pela formação do/a candidato/a realizada apenas nas escolas primárias, e observando-se também iniciativas de regulação dos exames de concurso, que eram falhos, tendo em vista que era comum a contratação por indicações políticas. Além disso, muitas vezes o tempo de serviço

era o critério utilizado para a contratação, conforme o art. 7º da Lei nº 1.693 de 29 de dezembro de 1928, citado anteriormente.

Em linhas gerais, esta investigação nos ajuda a compreender que a constituição da docência leiga no estado do Espírito Santo no período pesquisado, resultou de um conjunto de fatores políticos, históricos e sociais que, como ponto em comum, buscava atender a uma demanda de expansão do ensino capixaba. Diante da carência de professores e professoras habilitados pela Escola Normal, emergiu como uma alternativa “temporária” para suprir essa falta.

O que seria temporário, como se viu, tornou-se constante na mesma proporção em que a insuficiência de Escolas Normais e, por consequência, de professores normalistas, contrastava com a expansão e a pretendida renovação do ensino primário durante a Primeira República. Pelo exposto, ao abordar um tema pouquíssimo estudado no Brasil e, particularmente, no Espírito Santo, este estudo contribui para a compreensão da escolarização no início do século XX, não somente pela idealização da escola moderna, mas pelas respostas aos imensos déficits e às demandas dirigidas aos docentes leigos. Se nos documentos oficiais analisados, pela visão das autoridades governamentais, a presença da docência leiga carrega o peso e a culpa pelo insucesso da Instrução Pública, pela ótica desta pesquisa trata-se de compreendê-la e problematizá-la como parte de políticas e ações que circundaram o campo da educação.

Fica o convite, portanto, a novas e necessárias investigações sobre processos de constituição da docência leiga e das práticas dessas professoras, em períodos que integram e ultrapassam o recorte temporal dessa investigação. Para tanto, nos parece relevante analisar os demais relatórios de inspeção mencionados no capítulo anterior, como também seguir os rastros da atuação de docentes leigas entre a década de 1940 e 1950, conforme indicam os projetos de iniciação científica que desenvolvi durante o curso de graduação. Finalmente, acreditamos que acompanhar o exercício da docência leiga pode contribuir para a compreensão da escolarização pública brasileira.

## 7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Mulher e Educação: A Paixão pelo Possível**. São Paulo: UNESP, 1998.

ALVARENGA, Elda. **A inserção das mulheres no magistério capixaba: Desdobramentos possíveis no trabalho docente no estado do Espírito Santo (1845-1920)**. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz. **Escolarização no norte do espírito santo no início do século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares**. 2016. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos: um Haussman Tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1992.

BENJAMIN, Walter. **Sobre o conceito de História**. São Paulo: Alameda, 2020.

BERTO, Rosianny Campos. **A constituição da Escola Activa e a formação de professores no Espírito Santo (1928-1930)**. 2013. Tese (Doutorado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BERTO, Rosianny Campos; SIMÕES, Regina Helena Silva. **Rádio e cinema escolares como elementos de inovação pedagógica na escola ativa capixaba (1928 – 1930)**. Rev. bras. hist. educ., Maringá-PR, v. 17, n. 1 (44), p. 65-88, jan./mar. 2017.

BOREL, Tatiana. **A configuração da docência no Ginásio do Espírito Santo (1906-1951)**. 2017. Tese (Doutorado). - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2017.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 225 – 251.

CARLOS, Valter Natal Valim. **“Ilustrações de Cartilhas Escolares na Primeira República (1889-1930): A historiografia da educação no Espírito Santo por entre traços e espaços em branco”**. 2015. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós – Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

CHAMON, Carla Simone; FILHO, Luciano Mendes Faria de. O olhar comparativo: Estevão de Oliveira e os grupos escolares em Minas, no Rio e em São Paulo. **Revista Brasileira de História da Educação**, Belo Horizonte, nº22, p. 17-41, jan./abr. 2010.

FILHO, Luciano Mendes de Faria. Instrução Elementar no século XIX. In: **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 135 – 150.

FERNANDES, Aline de Medeiros. **A expansão das escolas unitárias primárias públicas norte-rio-grandenses (1835-1961)**. 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.

GINZBURG, Carlo. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 249-279.

GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 143-179.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, Emblemas, Sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo. **História da Educação Brasileira: Leituras**. São Paulo: Thomson, 2007.

INTRODUÇÃO. In: VENDRAME, Maria Ines (Org.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. p. 17-22.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Diretrizes para formação de professores espírito-santenses na antessala da ditadura do Estado Novo (1930-1937)**. 2018. Tese (Doutorado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

LIMA, Henrique Espada. **O Laboratório da Micro-História**. In: VENDRAME, Maria Ines (Org.). **Territórios da história: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda, 2023. pp. 7-16.

LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e tempos de grupos escolares capixabas na cena Republicana do início do século XX: Arquitetura, Memórias e História**. 2012. Tese (Doutorado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

MANSO, Marcia Siervi; SALIM, Maria Alayde Alcantara. **O cenário da política educacional no Espírito Santo durante a primeira república**. Revista Temas em Educação, [S.I], v.25, n. 1, p. 22-42, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/issue/view/1633>>. Acesso em: 2 jun. 2025.

NOVAES, Maria Anna Xavier Serra Carneiro de. **A emergência do grupo escolar e a produção, pela diferenciação, das “escolas isoladas” no Espírito Santo (1908-1916)**. 2020. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

NÓVOA, Antônio. Para o Estudo sócio-histórico da gênese e desenvolvimento da profissão docente. In: **Teoria e Educação**, Porto Alegre – RS, nº4, p. 109-139, 1991. Dossiê: Interpretando o trabalho docente, 1991.

PEZZIN, Ana Cláudia. **A educação pública primária espírito-santense: vestígios da matemática na formação de professores no período de 1892 a 1960**. 2015. Dissertação

(Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2015.

ROSA, Renata Vidica Marques da. **Feminização do Magistério: Representações e Espaço Docente.** Revista Pandora Brasil. 2011. Disponível em: <[http://revistapandorabrasil.com/revista\\_pandora/materialidade/renata.pdf](http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/materialidade/renata.pdf)>. Acesso em: 27 mai. 2025.

SALIM, Maria Alayde. **Encontros e desencontros entre o mundo do texto e o mundo dos sujeitos nas práticas de leitura desenvolvidas em escolas capixabas na Primeira República.** 2009. Tese (Doutorado) - Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.

SANTOS, Rosangela Miranda. **Formação de professores primários na reforma da instrução pública proposta por Attilio Vivacqua nos idos 1928-1930: Vestígios do ensino de Arithmetica.** 2018. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós - Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2018.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da Educação Profissional. In: **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 205 - 224.

SIMÕES, Regina Helena Silva, BERTO, Rosianny Campos, SALIM, Maria Alayde Alcantara. Escritas da história da educação capixaba produzidas no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo. In: SIMÕES, Regina Helena Silva, BERTO, Rosianny Campos, SALIM, Maria Alayde Alcantara. **Temas da história e da historiografia da educação no Espírito Santo.** Campos dos Goytacazes: Brasil Multicultural, 2018.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcantara. **A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908-1909).** Cadernos de Pesquisa em Educação - PPGE/UFES Vitória, ES. a. 9, v. 18, n. 35, p. 93-111, jan./jun. 2012.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. **Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa.** Revista tempo, 13(26), p. 32-55. 2009. Disponível em: <[scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/?format=pdf&lang=pt](http://scielo.br/j/tem/a/KSZxRDV8gHqmvWNmnr8bNnf/?format=pdf&lang=pt)>. Acesso em: 2 jun. 2025.

VEIGA, Cynthia Greive. Educação Estética para o Povo. In: **500 anos de Educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 399-422.

## FONTES

**Mensagens de Governo**

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1892: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Discurso Pronunciado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1892.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1893: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem lida no congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1893.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1894: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem lida no congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1894.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1895: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem lida no congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1895.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1896: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem lida no congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1896.

ESPÍRITO SANTO. Vice-presidente do estado (1897: Graciano dos Santos Neves). **Mensagem lida no congresso legislativo do estado [por]**. Graciano dos Santos Neves, **Vice-Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1897.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1898: José Marcellino P. de Vasconcellos). **Mensagem lida no congresso legislativo do estado [por]**. :José Marcellino P. de Vasconcellos, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1898.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1900: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem lida no congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1900.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1901: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1901.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1902: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1902.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1903: José de Mello Carvalho Moniz Freire). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado [por]**. Dr. José de Mello Carvalho Moniz Freire, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1903.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1904: Coronel Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado [por]**. Coronel Henrique da Silva Coutinho, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1904.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1905: Coronel Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado [por]**. Coronel Henrique da Silva Coutinho, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1905.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1906: Coronel Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado [por]**. Coronel Henrique da Silva Coutinho, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1906.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1907: Coronel Henrique da Silva Coutinho). **Mensagem apresentada ao congresso legislativo do estado [por]**. Coronel Henrique da Silva Coutinho, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1907.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1908: Dr. Jeronymo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Jeronymo de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1908.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1909: Dr. Jeronymo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Jeronymo de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1909.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1910: Dr. Jeronymo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Jeronymo de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1910.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1911: Dr. Jeronymo de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Jeronymo de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1911.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1912: Marcondes Alves de Souza). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Marcondes Alves de Souza, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1912.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1909-1912: Dr. Jeronymo de Souza Monteiro). **Exposição sobre os negócios do Estado no quadriênio [por]**. Jeronymo de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1913.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1914: Marcondes Alves de Souza). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Marcondes Alves de Souza, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1914.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1915: Marcondes Alves de Souza). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Marcondes Alves de Souza, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1915.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1916: Bernardino de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Dr. Bernardino de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1916.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1917: Bernardino de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Dr. Bernardino de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1917.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1918: Bernardino de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Dr. Bernardino de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1918.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1919: Bernardino de Souza Monteiro). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Dr. Bernardino de Souza Monteiro, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1919.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1921: Nestor Gomes). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Nestor Gomes, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1921.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1922: Nestor Gomes). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Nestor Gomes, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1922.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1927: Dr Florentino Avidos). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Florentino Avidos, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1927.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1928: Dr Florentino Avidos). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Florentino Avidos, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1928.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1929: Dr Aristeu Borges de Aguiar). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Aristeu Borges de Aguiar, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1929.

ESPÍRITO SANTO. Presidente do estado (1930: Dr Aristeu Borges de Aguiar). **Mensagem dirigida ao congresso legislativo do estado [por]**. Aristeu Borges de Aguiar, **Presidente do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1930.

### Relatórios de Governo

ESPÍRITO SANTO. Diretor da Instrução Pública do Estado (1897: José Joaquim Pessanha Nóvoa). **Relatório da Directoria da Instrução Publica Apresentado ao Exm. Sr. Dr. José de Mello Carvalho Muniz Freire [por]**. José Joaquim Pessanha Nóvoa, **Director da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: 1897.

ESPÍRITO SANTO. Diretor da Instrução Pública do Estado (1908:Dr. Henrique A. Cerqueira Lima). **Relatório da Directoria da Instrução Publica Apresentado ao Exm. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro [por]**. Dr. Henrique A. Cerqueira Lima, **Director da Instrução Pública do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1908.

ESPIRITO SANTO. Diretor de Finanças Estado (1909: Antonio Bernardino Ferreira Rios). **Relatório de finanças apresentado ao Exm. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro [por]**. Antonio Bernardino Ferreira Rios, **Director e finanças do Estado do Espirito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1909.

ESPÍRITO SANTO. Inspector Geral do Ensino (1909: Carlos Alberto Gomes Cardim). **Relatório da Instrução Publica Apresentado ao Exm. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro [por]**. Carlos Alberto Gomes Cardim, **Inspector Geral do Ensino do Estado do Espírito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1909.

ESPIRITO SANTO. Diretor de Finanças Estado (1910: Domingos Vicente Gonçalves de Souza). **Relatório de finanças apresentado ao Exm. Sr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro [por]**. Domingos Vicente Gonçalves de Souza, **Director e finanças do Estado do Espirito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1910.

ESPIRITO SANTO. Secretário Geral (1915:José Bernardino Alves Junior). **Relatório apresentado ao Exm. Sr. Dr. Coronel Marcondes Alves de Souza [por]**. José Bernardino Alves Junior, **Secretário Geral do Estado do Espirito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1915.

ESPIRITO SANTO. Secretário dos Negocios da Instrução (1924: Dr. Mirabeau Pimentel). **Relatório apresentado presidente do estado [por]**. Dr. Mirabeau Pimentel, **Secretário dos Negócios da Instrução do Estado do Espirito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1924.

ESPIRITO SANTO. Secretário dos Negócios da Instrução (1922: Dr. Mirabeau Pimentel). **Relatório apresentado presidente do estado [por]**. Dr. Mirabeau Pimentel, **Secretário dos Negócios da Instrução do Estado do Espirito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1922.

ESPIRITO SANTO. Secretário da Instrução (1927: Ubaldo Ramalhete Maia). **Relatório apresentado presidente do estado [por]**. Ubaldo Ramalhete Maia, **Secretário da Instrução do Estado do Espirito Santo**. Vitória: Imprensa Oficial: 1927.

ESPIRITO SANTO. Situação Financeira do Estado do Espirito Santo. Vitória: Imprensa Oficial: 1929.

### Relatórios de inspeção Escolar

COSTA, Aristides. **Relatório de inspeção**. Alegre e Rio Pardo, Vitória, 03 out. 1928.

COSTA, Aristides. **Relatorio de inspeção da 6ª zona - Itapemirim (sede), Rio Negro, Iconha e Benevente**, Vitoria, 20 ago. 1929.

COSTA, Aristides. **Relatorio de inspeção das escolas de Anchieta e Marathayses**, Vitoria, 3 dez. 1929.

COSTA, Aristides. **Relatorio de inspeção das escolas de Itapemirim e Rio Novo**, Vitoria, 16 jun. 1930.

COSTA, Artistides. **Relatorio de inspeção dos municípios de Marathayses e Itapemirim**, Vitoria, 5 abr. 1929.

D'ALMEIDA, Alberto. **Relatorio de inspeção das escolas de Collatina**, Vitoria, 28 jun. 1929.

D'ALMEIDA, Alberto. **Relatorio de inspeção das escolas de Mimoso e Ponte do Itabapoana**, Vitoria, 12 dez. 1929.

FONSECA Francisco Generoso da. **Relatorio (resumo) de inspeção das escolas de São Matheus**, Vitoria, 29 set. 1930.

GONÇALVES, Archimino. **Relatorio de inspeção da 9ª zona - São Pedro do Itabapoana e Ponte do Itabapoana**, Vitoria, 1 jun. 1929.

GONÇALVES, Archimino. **Relatorio de inspeção das escolas de Santa Thereza**, Vitoria, 26 out. 1929.

GONÇALVES, Archimino. **Relatorio de inspeção das escolas de Santa Thereza**, 10 abr. 1930.

GONÇALVES, Esmerino. **Relatorio de inspeção das escolas da Serra e de Victoria**, Vitoria, 20 jun. 1929.

LEMOS, Alfredo. **Relatorio de inspeção da 2ª zona - Cachoeiro de Itapemirim e São João de Muquy**, Vitoria, 6 maio 1929.

MALISEK, Luiz Edmundo. **Relatorio de inspeção das escolas de Santa Leopoldina**, Vitoria, 30 abr. 1929.

MORAES, Flavio de. **Relatorio de inspeção da 4ª zona - Alfredo Chaves**, Vitoria, 6 abr. 1929.

REGO, Olavo. **Relatorio de área agrícola de Vargem Alta**. Vitoria, 3 jul. 1930.

RIBEIRO, Claudionor. **Relatorio de inspeção da 7ª zona - Afonso Claudio e Castello**, Vitoria, 6 maio. 1929.

RIBEIRO, Claudionor. **Relatorio de inspeção da 7ª zona - Castello e Afonso Claudio**, Vitoria, 2 abr. 1929.

### **Leis e Decretos**

ESPIRITO SANTO (estado). **Lei 1, de 4 de junho de 1892**. Victoria, 1892.

ESPIRITO SANTO (estado). **Leis do congresso legislativo do estado do Espírito Santo votadas em 1892**. Victória, 1893.

ESPIRITO SANTO (estado). **Leis do congresso do estado do Espírito Santo votadas em 1893**. Victória, 1894.

ESPIRITO SANTO (estado). **Leis do congresso legislativo do estado do Espírito Santo votadas em 1895**. Victória, 1896.

ESPIRITO SANTO (estado). **Leis do congresso legislativo votadas nas sessões ordinárias de 1908**. Victória, 1909.

ESPIRITO SANTO (estado). **Secretaria da Instrução Lei N.1693 Dispõe sobre a Instrução Publica do Estado e dá outras providencias**. Vitória, 1929.